

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Associação Internacional de Desenvolvimento

INSP/148927-BR

**RELATÓRIO DE RESPOSTA E RECOMENDAÇÃO DA GERÊNCIA
EM RESPOSTA AO
RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO DO PAINEL DE INSPEÇÃO
BRASIL
PROJETO DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E DA GESTÃO
MUNICIPAL DE TERESINA - FINANCIAMENTO ADICIONAL (ACORDO DE
EMPRÉSTIMO NO. 8586-BR)**

30 de setembro de 2020

**RELATÓRIO DE RESPOSTA E RECOMENDAÇÃO DA GERÊNCIA EM
RESPOSTA AO RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO DO PAINEL DE INSPEÇÃO**

BRASIL

**PROJETO DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E DA GESTÃO
MUNICIPAL DE TERESINA - FINANCIAMENTO ADICIONAL (ACORDO DE
EMPRÉSTIMO NO. 8586-BR)**

Conforme o parágrafo 23 da Resolução que estabelece o Painel de Inspeção (Resolução BIRD 93-10 e Resolução IDA 93-6), encontra-se anexo, para a consideração dos Diretores Executivos, o Relatório de Resposta e Recomendação da Gerência em resposta aos achados dispostos no Relatório de Investigação No. 148927-BR datado de 22 de julho de 2020, do Painel de Inspeção sobre o Projeto em epígrafe (Brasil: Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e da Gestão Municipal de Teresina - Financiamento Adicional (Acordo de Empréstimo No. 8586-BR).

TERMO DE RESPONSABILIDADE – Tradução

Este documento é uma tradução da versão original do texto em Inglês.

Caso existam discrepâncias entre a versão original em Inglês e a presente tradução, a versão original prevalecerá.

**RELATÓRIO DE RESPOSTA E RECOMENDAÇÃO DA GERÊNCIA EM
RESPOSTA AO RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO DO PAINEL DE
INSPEÇÃO No. 148927-BR**

BRASIL

**PROJETO DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E DA GESTÃO
MUNICIPAL DE TERESINA - FINANCIAMENTO ADICIONAL (ACORDO DE
EMPRÉSTIMO NO. 8586-BR)**

SUMÁRIO

Siglas e Acrônimos	III
Sumário Executivo	IV
I. Introdução	1
II. Histórico do Projeto	2
III. Observações e Achados do Painel	8
IV. Resposta da Gerência	26
V. Plano de Ação da Gerência em Resposta aos Achados	44
VI. Conclusão	52

Anexos

- Anexo 1. Achados, Comentários e Ações
- Anexo 2. Participação das Pessoas Afetadas pelo Projeto e Outras Principais Partes Interessadas

Figura

- Figura 1. Cenários dos Níveis de Água da Lagoa

Tabela

- Tabela 1. Plano de Ação da Gerência – Ações por parte do Mutuário
- Tabela 2. Plano de Ação da Gerência - Ações por parte do Banco

Mapas

- Mapa 1. BIRD No. 41306 – Programa Global Mostrando as Áreas 1-4
- Mapa 2. BIRD No. 44689 – Localização dos Bairros na Região do Lagoas do Norte
- Mapa 3. BIRD No. 44705 – Localização dos Diques e Lagoas na Área do Projeto na Fase 2
- Mapa 4. BIRD No. 44706 – Localização das Áreas das Obras da Fase 2 do Projeto

SIGLAS E ACRÔNIMOS

APP	Área de Proteção Permanente
ANM	Acima do nível do mar
BP	Procedimento do Banco
COLAB	Aplicativo para celular usado em cidades brasileiras, incluindo Teresina, para engajar o cidadão na gestão pública
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COVID-19	Coronavírus
GRM	Mecanismo de Reparação de Queixas
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
IPN	Painel de Inspeção
ISR	Relatório de Situação da Implementação
km	Quilômetro
m	Metro
MAP	Plano de Ação da Gerência
NBR	Norma Brasileira
ONG	Organização Não Governamental
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OP	Política Operacional
PAP	Pessoas Afetadas pelo Projeto
PRI	Plano de Reassentamento Involuntário
RAAS	Relatório de Avaliação Ambiental e Social
RPF	Marco de Reassentamento Involuntário
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto
UPS	Unidade de Projeto Socioambiental

Unidade monetária – Real brasileiro (em 30 de setembro de 2020)

1 US\$ = R\$5.68

1 R\$ = US\$0.18

SUMÁRIO EXECUTIVO

Histórico

- i. ***Um dos maiores problemas enfrentados pelo Município de Teresina (população total aproximada: 865.000) está relacionado às enchentes recorrentes na Região do Lagoas do Norte, uma das áreas mais pobres e mais vulneráveis da cidade dos pontos de vista social e ambiental.*** O Projeto foi concebido para responder aos principais desafios de desenvolvimento dessa área, com foco na abordagem de problemas urbanos, sociais, ambientais e relacionados a enchentes que a separam do restante da cidade. Espera-se que o Projeto beneficie diretamente cerca de 100.000 habitantes da área por meio de intervenções para a solução desses problemas.
- ii. ***Resultados tangíveis vêm sendo alcançados desde a primeira fase do Projeto até o momento.*** Especialmente na Fase 1, 493 famílias foram reassentadas longe das áreas de risco de enchentes; 568 famílias foram beneficiadas com melhorias habitacionais; foram criadas áreas verdes e de lazer de acesso público (incluindo o Parque Lagoas do Norte e Mocambinho); e as três principais lagoas foram recuperadas (Piçarreira do Cabrinha, Lourival, e Mocambinho). Uma estação de bombeamento foi reabilitada e a sua capacidade quadruplicada em 2018, o que foi determinante na redução do risco de enchentes para aproximadamente 100.000 habitantes.
- iii. ***A Fase 2 do Projeto continua enfatizando a proteção contra enchentes, com foco em seis outros bairros da região do Lagoas do Norte.*** A Fase 2 dá continuidade e expande o escopo e os benefícios da primeira fase. As intervenções da Fase 2 abordam o sistema global de drenagem da área, composto por diversas lagoas de retenção de enchentes, sendo a Lagoa dos Oleiros (53,1 hectares) a maior entre elas. As intervenções incluem obras civis, entre as quais parques que servem como zona de amortecimento ao redor das lagoas, que se destinam a reduzir consideravelmente o risco de enchentes e ajudam a tratar a degradação ambiental causada por assentamentos irregulares e práticas sanitárias precárias. As intervenções do Projeto também irão ajudar a reforçar a gestão financeira do município, bem como programas socioculturais e ambientais com foco nas comunidades locais e populações vulneráveis, incluindo mulheres e jovens afro-brasileiros.

Relatório de Resposta e Recomendação da Gerência

- iv. ***A Gerência aprecia as ideias apresentadas pelo Painel em seu Relatório de Investigação. A Gerência reconhece os desafios iniciais referentes à supervisão do Projeto e algumas deficiências na documentação do reassentamento e no mecanismo de reparação de queixas (GRM) do Projeto. Conforme observado na Resposta da Gerência à Solicitação na fase de elegibilidade, estes desafios foram identificados pela Gerência a partir de setembro de 2019, e abordados pelo Mutuário com a implementação do plano de ação, que foi concluído em maio de 2020, com o apoio e a supervisão do Banco.*** A Gerência reconhece os achados de conformidade do Painel referentes à identificação de pessoas afetadas pelo Projeto, indenização pelas estruturas demolidas, gestão de bens culturais, e aspectos de

supervisão. A Gerência aprecia a confirmação do Painel de que as questões identificadas foram tratadas e colocadas em conformidade com a implementação do plano de ação apresentado na Resposta da Gerência durante a fase de elegibilidade. A Gerência continuará a oferecer apoio na implementação de melhorias ao mecanismo de reparação de queixas (GRM) do Projeto, conforme detalhado no plano de ação proposto abaixo.

- v. ***Na visão da Gerência, os casos de não-conformidade identificados no Relatório do Painel não causaram impactos adversos. Na verdade, o Painel não identificou nenhum dano real direto resultante do Projeto, conforme será explicado neste relatório.*** O “risco de dano” antecipado identificado pelo Relatório do Painel será tratado de maneira adequada por meio de ações estabelecidas no Plano de Ação da Gerência (MAP). Todas as deficiências encontradas nos Planos de Reassentamento Involuntário (PRIs), após a Solicitação para Inspeção, foram prontamente tratadas na revisão dos PRIs e na implementação de ações previstas na Resposta da Gerência à Solicitação. Entretanto, a Gerência assumiu o compromisso de trabalhar com o Mutuário na implementação das ações identificadas no MAP a fim de mitigar quaisquer potenciais impactos adversos, especificamente no que se refere à assistência ao reassentamento da população vulnerável e ao restabelecimento dos meios de vida. Este último será devidamente abordado por meio de diferentes instrumentos, incluindo os PRIs revisados bem como o plano de assistência social, a Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento e os Relatórios de Conclusão do PRI, com o suporte de uma ferramenta aprimorada de monitoramento do reassentamento. A Gerência ressalta que o pacote de compensação oferecido às pessoas afetadas pelo reassentamento é abrangente e excede os requisitos das políticas do Banco.
- vi. ***A Gerência reafirma que o projeto de proteção contra enchentes escolhido é a solução mais adequada para a região do Lagoas do Norte. A Gerência acredita que a análise de alternativas para o projeto de proteção contra enchentes apoiado pelo Projeto, que determina um nível permanente de água, levou em consideração os requisitos da política do Banco, incluindo a OP 4.01 sobre Avaliação Ambiental, a OP 4.04 sobre Habitats Naturais e a OP 4.12 sobre Reassentamento Involuntário.*** A Gerência acrescenta que a alternativa para o projeto de proteção contra enchentes para a Lagoa dos Oleiros sugerida no Relatório do Painel não era uma solução viável para atender aos objetivos do Projeto de reduzir os riscos de enchentes e proteger o meio ambiente, ao mesmo tempo em que diminui os impactos do reassentamento e melhora a qualidade de vida das pessoas que moram na área do Projeto. A alternativa não permite atingir os objetivos e, conseqüentemente, as pessoas continuariam expostas aos riscos de enchentes. A adoção de medidas de “adaptação informal a enchentes” também se contrapõe aos requisitos da política do Banco sobre Habitats Naturais. A solução proposta analisou o conjunto limitado de alternativas viáveis (OP 4.01) que permitiriam ao Projeto atingir seus objetivos de proteção contra enchentes e a restauração ambiental (OP 4.04), minimizando o reassentamento (OP 4.12).
- vii. ***Por fim, a Gerência discorda das interpretações de duas das políticas do Banco no Relatório do Painel. No que se refere à OP 4.12, Reassentamento Involuntário, o Relatório afirma que as pessoas afetadas pelo Projeto que vivem em terras***

públicas deveriam ser compensadas pelo valor de reposição da terra, embora não tenham direitos legais sobre essas terras. Isso é inconsistente com a política, que afirma claramente que as pessoas afetadas pelo Projeto somente terão direito a compensação se tiverem os direitos legais sobre a terra “reconhecidos pelas leis do país”, ou que venham a ser reconhecidas através de processo identificado no PRI. Isso não se aplica ao Projeto. Essas pessoas certamente permanecem elegíveis à assistência ao reassentamento de acordo com as políticas do Banco e, de fato, a compensação oferecida pelo PRI vai além das exigências da política. ***Com relação à OP 4.10, Povos Indígenas, o Relatório do Painel propõe que os quatro critérios ali estabelecidos “não precisam ser rigorosamente atendidos.”*** Essa interpretação também é inconsistente com a política, que exige que todos os quatro critérios sejam atendidos, mesmo que em graus variados. No entanto, a ausência de uma das quatro características não pode simplesmente ser ignorada ao aplicar a Política, conforme sugere o Relatório do Painel.

- viii. ***A Gerência acredita que as políticas e os procedimentos do Banco foram aplicados de maneira apropriada para apoiar a declaração de missão do Banco no contexto do Projeto.*** A Gerência está ciente dos achados do Painel e acredita que as ações propostas descritas no Plano de Ação da Gerência tratam desses achados.

I. INTRODUÇÃO

1. Em 19 de setembro de 2019, o Painel de Inspeção registrou uma Solicitação para Inspeção, IPN RQ19/10 (doravante denominada “A Solicitação”), referente ao Projeto Brasil: Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e da Gestão Municipal de Teresina - Financiamento Adicional (“O Projeto”), financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A Solicitação para Inspeção foi proposta por 202 famílias, moradoras dos bairros Mafrense e São Joaquim, em Teresina (doravante denominados os “Solicitantes”).
2. Os Diretores Executivos e o Presidente do BIRD foram notificados pelo Painel sobre o recebimento da Solicitação. A Gerência respondeu às reivindicações da Solicitação em 22 de outubro de 2019. Em seu Relatório para o Conselho, o Painel considerou a Solicitação elegível e recomendou que os Diretores Executivos autorizassem a investigação. A investigação foi autorizada pelos Diretores Executivos em 13 de dezembro de 2019.
3. Em 22 de julho de 2020, o Painel entregou o relatório da investigação. A Gerência aprecia a apresentação dos achados do Painel. Este relatório, em resposta aos achados do Painel, está organizado em seis seções. A Seção II apresenta o histórico do Projeto. A Seção III resume os achados e as observações do Painel. A Seção IV contém a resposta da Gerência ao Relatório de Investigação e a Seção V apresenta o Plano de Ação da Gerência em resposta aos achados do Painel. A Seção VI é a conclusão. Os achados do Painel, bem como as respostas da Gerência, encontram-se detalhados no Anexo 1.

II. HISTÓRICO DO PROJETO

4. **O Projeto.** Brasil: Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e da Gestão Municipal de Teresina - Financiamento Adicional (o Projeto) é uma operação com duas fases de investimento financiada por dois empréstimos junto ao BIRD: um Empréstimo Original (AE 7523-BR) (“Fase 1 do Projeto”) de US\$31,13 milhões, aprovado em março de 2008, totalmente desembolsado e encerrado em junho de 2016; e um Empréstimo de Financiamento Adicional (AE 8586-BR) (“Fase 2 do Projeto”) de US\$88 milhões, aprovado em 24 de fevereiro de 2016, com desembolso de 21% em 16 de agosto de 2020, e encerramento previsto para 15 de dezembro de 2021. O Acordo de Empréstimo para a Fase 1 do Projeto foi firmado entre o Município de Teresina (“Mutuário”) e o Banco em 24 de julho de 2008, e se tornou efetivo em 3 de setembro de 2008. O Acordo de Empréstimo para a Fase 2 do Projeto foi firmado entre o Mutuário e o Banco em 27 de abril de 2016, e entrou em vigor em 1 de junho de 2016. Os acordos AE 7523-BR e AE 8586-BR foram garantidos pela República Federativa do Brasil (“Garantidor”), de acordo com os Acordos de Garantia firmados entre o Garantidor e o Banco em 24 de julho de 2008 e 27 de abril de 2016, respectivamente.
5. **Objetivos do Projeto.** Os objetivos do Projeto (conhecido localmente como Programa Lagoas do Norte) são (i) modernizar e melhorar a capacidade de gestão do Mutuário nos aspectos financeiros, urbanos, ambientais, de prestação de serviços, e desenvolvimento econômico; e (ii) melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da Região do Lagoas do Norte.
6. **Principais desafios do Município de Teresina.** Um dos maiores problemas enfrentados em Teresina (população total aproximada: 865.000 em 2019) está relacionado às enchentes recorrentes na Região do Lagoas do Norte, uma das áreas mais pobres e mais vulneráveis da cidade dos pontos de vista social e ambiental. O Projeto foi concebido para responder aos principais desafios de desenvolvimento da área, com foco na abordagem de problemas urbanos, sociais, ambientais e relacionados a enchentes, que a separam do restante da cidade. Espera-se que o Projeto beneficie diretamente cerca de 100.000 habitantes da área por meio de suas intervenções para o tratamento desses problemas.
7. **Resultados do Projeto até o momento.** Resultados tangíveis vêm sendo alcançados pelo Projeto até o momento. Especialmente na Fase 1, 493 famílias foram reassentadas longe das áreas de risco de enchentes; 568 famílias foram beneficiadas com melhorias habitacionais; foram criadas áreas verdes e de lazer de acesso público (incluindo o Parque Lagoas do Norte e Mocambinho); e as três principais lagoas foram recuperadas (Piçarreira do Cabrinha, Lourival, e Mocambinho). Uma estação de bombeamento foi recuperada e teve a sua capacidade quadruplicada em 2018, o que foi determinante na redução do risco de enchentes para aproximadamente 100.000 habitantes. Uma nova área residencial construída durante a Fase 1, denominada “Zilda Arns”, tem 327 unidades habitacionais e foi selecionada para representar o Brasil durante o Fórum Urbano Mundial realizado no Rio de Janeiro em 2010; o projeto também foi condecorado com o prêmio Boas Práticas em Gestão Local, realizado pela Caixa, em 2015.¹ As reformas do Teatro do Boi, Mercado Rui Barbosa e Praça dos Orixás² foram consideradas pelo Painel obras de fortalecimento do reconhecimento da cultura afro-brasileira e das tradições locais. A melhora no acesso ao sistema de abastecimento de água e esgoto para aproximadamente 23.000 habitantes, melhorias em 8 km de estradas urbanas locais

¹<https://cidadeverde.com/noticias/207974/firmino-recebe-em-Brasília-premio-nacional-pelo-lagoas-do-norte>

²Página XVI, parágrafo 46 do Relatório do Painel.

e revitalização do Parque Encontro dos Rios (um dos principais pontos turísticos da cidade, na confluência dos Rios Poti e Parnaíba) também são alguns destaques das realizações concretizadas através do Projeto.

8. Em conjunto com as melhorias de infraestrutura, planos e estudos importantes foram desenvolvidos para dar suporte à capacidade municipal, tais como o Plano Diretor de Drenagem Urbana, o Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana, o Plano Diretor de Abastecimento de Água e Esgoto, o Estudo Antropológico, e o Plano de Desenvolvimento Econômico Local. Outras melhorias incluem a modernização do sistema de gestão financeira do município e dos sistemas de controle interno; melhoria no sistema de gestão de recursos humanos; e melhoria na agência regulatória municipal, entre outras atividades. A Unidade Socioambiental do Projeto apoiou mais de 130 eventos para promover a responsabilidade comunitária, despertar a consciência para o uso sustentável dos recursos e promover a educação ambiental e de higiene. Além disso, foram conduzidas atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, bem como o Diagnóstico de Violência de Gênero e o Plano de Prevenção e Combate à Violência.

9. **Componentes do Projeto.** Os componentes da Fase 1 do Projeto foram:

- *Componente 1: Modernização da Gestão Municipal, Desenvolvimento da Cidade e Gestão de Projeto.* Algumas das atividades relacionadas a este Componente incluem: (i) consolidar e melhorar a eficiência da capacidade de planejamento e gestão financeira e orçamentária do Mutuário; (ii) modernizar a prestação de serviços de abastecimento de água e esgoto para cumprir a Lei de Saneamento Básico; (iii) modernizar a gestão educacional do Mutuário; (iv) modernizar a gestão urbana e ambiental do Mutuário; (v) desenvolver e implementar uma estratégia de desenvolvimento econômico local para o Mutuário; e (vi) conduzir a gestão, o monitoramento e a avaliação do Projeto, para dar suporte à Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) com vistas a atender as necessidades do Projeto em termos de aquisições, gestão financeira, ambiental, social, entre outras exigências.
- *Componente 2: Melhorias Urbano-Ambientais Integradas na Região do Lagoas do Norte.* O Componente inclui atividades para: (i) otimizar e expandir o abastecimento de água; (ii) implementar sistemas de coleta e tratamento de esgotos; (iii) executar atividades urbanas críticas de macro e microdrenagem; (iv) restaurar os aspectos ambientais naturais da rede de lagoas e canais da região, e as margens adjacentes dos rios Parnaíba e Poti; (v) promover a revitalização urbana, reabilitar e construir espaços verdes, parques e áreas de lazer e de uso comunitário; (vi) melhorar a rede viária local, fluxo de tráfego, acesso e segurança na região; e (vii) reassentar as famílias beneficiárias, tirando-as das áreas de risco e de outras áreas de atividade do Projeto, e implementar melhorias habitacionais para outras famílias elegíveis.
- *Componente 3: Desenvolvimento Social e Econômico da Região do Lagoas do Norte.* Este componente envolve atividades sociais e econômicas na Região do Lagoas do Norte que são complementares ao Componente 2. Algumas das atividades deste Componente incluem: (i) fortalecer as associações comunitárias e outros grupos comunitários a fim de melhorar o acesso das famílias elegíveis aos programas sociais do Projeto, creche, e serviços básicos de saúde e educação; (ii) promover atividades de educação ambiental e de higiene; (iii) promover programas de geração de empregos e renda; (iv) reformar, expandir e construir espaços comunitários; e (v) promover a mobilização e a participação da comunidade em todos os aspectos dos Componentes 2 e 3 do Projeto.

10. ***Na Fase 2 do Projeto:***

- O Componente 1 concentra-se no fortalecimento da capacidade e das atividades ligadas à gestão ambiental do município e na consolidação e melhoria da eficiência da capacidade de planejamento e gestão financeira e orçamentária do município.
- O Componente 2 mantém o foco no mesmo conjunto de atividades estipuladas no Empréstimo Original, incorporando as lições aprendidas durante a implementação da Fase 1 do Projeto, com foco em seis bairros da Região de Lagoas do Norte. Neste aspecto, o Componente 2 apoia atividades abrangentes e integradas (drenagem, esgoto, modernização urbana e reassentamento) que estão sendo executadas nas Áreas 2 e 3 da Região do Lagoas do Norte (a maioria das atividades da Fase 2 estão sendo realizadas na Área 2 do Projeto - vide Mapa 1).
- O Componente 3 apoia o Mutuário no desenvolvimento de atividades socioeconômicas complementares às atividades do Componente 2, incluindo atividades dedicadas às populações mais vulneráveis (ex.: mulheres e jovens afro-brasileiros).

11. ***Elaboração do Projeto — Fase 1.*** Durante a elaboração da Fase 1 do Projeto, em 2005, foram conduzidas avaliações de macrodrenagem, abastecimento de água, sistemas de esgotos, projetos urbanísticos e paisagísticos e aspectos relacionados à rede viária das Áreas 1, 2, 3 e 4. Estudos específicos foram conduzidos em 2005 durante a preparação da Fase 1 do Projeto para definir a melhor abordagem de mitigação dos problemas ambientais e relacionados a enchentes, incluindo, entre outros: (i) modelagem hidráulica do sistema de drenagem da lagoa, com cenários de simulações de enchentes; e (ii) modelagem da qualidade da água das lagoas e os rios adjacentes, demonstrando os efeitos de diferentes cenários em relação à quantidade e à qualidade dos efluentes em vários possíveis corpos receptores de água.

12. ***Elaboração do Projeto — Fase 2.*** Durante a elaboração da Fase 2 do Projeto, em 2014, no entanto, um novo conjunto de alternativas foi analisado, levando em consideração o novo marco regulatório ambiental e habitacional brasileiro em vigor e os resultados das intervenções realizadas durante a Fase 1 do Projeto: (i) o estudo de “Controle de Inundações e Manutenção dos Níveis das Lagoas do Norte: Simulações hidrológicas e hidráulicas dos cenários de inundações” reavaliou o sistema global de macrodrenagem e a Região de Lagoas do Norte; e simulou cenários para diferentes períodos de retornos, bem como os diferentes níveis de bombeamento necessários para mitigar as enchentes; (ii) novas alternativas para soluções de esgotamento sanitário foram analisadas, resultando na canalização de efluentes das Áreas 2, 3 e 4 até a Estação de Tratamento de Esgoto Pirajá; e (iii) foram analisados cenários para o projeto urbanístico e paisagístico das áreas ribeirinhas das lagoas (APP - Áreas de Proteção Permanente).

13. ***Salvaguardas.*** O Projeto foi classificado na categoria “A” para fins de avaliações ambientais e sociais, para as quais se aplicam as seguintes Políticas de Salvaguarda do Banco: Avaliação Ambiental (OP/BP 4.01); Habitats Naturais (OP/BP 4.04); Recursos Culturais Físicos (OP/BP 4.11); Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12); e Segurança de Barragens (OP/BP 4.37).

Contexto do Projeto

14. ***Características da Região do Lagoas do Norte.*** A Região do Lagoas do Norte é formada por 13 bairros distribuídos em uma área aproximada de 1.311 km². Aproximadamente 100.000 pessoas vivem nessa área e a densidade populacional varia entre 20 habitantes por hectare no bairro

Vila São Francisco e 18 habitantes por hectare em Olarias. A Fase 1 do Projeto concentrou as atividades em cinco bairros da região do Lagoas do Norte: Matadouro, Parque Alvorada, São Joaquim, Olarias e Nova Brasília. A Fase 2 do Projeto concentra as atividades em seis bairros: Mafrense, Matadouro, Mocambinho, Poti Velho, Olarias, e São Joaquim (vide Mapa 2).

15. ***A Região do Lagoas do Norte, localizada na confluência dos rios Poti e Parnaíba, é altamente vulnerável do ponto de vista ambiental*** devido à combinação dos seguintes fatores: (i) alta incidência de deposição de sedimentos de rios/lagoas; (ii) uma área extensa, plana, baixa, propensa a inundações; (iii) solos arenosos permeáveis; e (iv) grandes corpos de água, rasos e interligados por uma série de lagoas. A região costumava ter cerca de 34 lagoas formadas pelos paleocanais³ do rio Parnaíba, sendo que a área da Lagoa do Mocambinho formava um sistema independente de drenagem superficial. Atualmente, no entanto, a maioria dessas lagoas foram aterradas devido ao depósito de sedimentos, mas também, em grande parte, em decorrência de assentamentos informais.⁴

16. ***Impactos da estação chuvosa na área do Projeto.*** A estação chuvosa normalmente causa um aumento acentuado nos níveis das águas dos rios Parnaíba e Poti, principalmente entre fevereiro e abril, quando as chuvas torrenciais são frequentes. A região é parcialmente protegida por dois diques – O Dique Boa Esperança, construído em 1974⁵ ao longo do rio Parnaíba; e o Dique Mocambinho,⁶ construído ao longo do rio Poti após a enchente de 1985 (a pior enchente da história⁷). Em decorrência da proteção oferecida pelos diques e do rápido crescimento populacional, os assentamentos informais urbanos não planejados começaram a ocupar as planícies de inundação delineadas pelos diques. Apesar da proteção dos diques, a região continua vulnerável à elevação dos níveis de água, que fazem com que os rios transbordem e inundem a área onde estão localizados os sistemas de lagoas.

17. ***Além dos impactos causados pelo fluxo dos rios, a região também é vulnerável aos riscos de inundações em áreas urbanas.*** O sistema de drenagem na área da lagoa é formado por canais que conectam as diversas lagoas com a Lagoa do São Joaquim, que atua como principal corpo de água receptor do sistema, e dali para a Lagoa dos Oleiros, de onde a água é bombeada para o rio Parnaíba. As mesmas chuvas torrenciais que elevam os níveis das águas dos rios também afetam e causam o transbordamento das lagoas e dos canais entre as lagoas, visto que são a rota preferencial de fluxo das águas pluviais no sistema de drenagem (vide Mapa 3).

18. ***O desenvolvimento urbano não planejado ao longo de muitos anos interferiu nos sistemas de drenagem natural da Região do Lagoas do Norte e reduziu consideravelmente a capacidade das lagoas de absorver as cheias recorrentes.*** As 34 lagoas originais formavam um sistema de drenagem superficial interligado que conseguia absorver uma quantidade significativa de águas pluviais. O sistema natural de drenagem incluía os canais que conectavam as lagoas a uma estação de bombeamento, de onde a água era bombeada para o rio Parnaíba. Atualmente, no entanto, a ocupação da maioria dessas lagoas provocou importante degradação e reduziu consideravelmente a capacidade de absorção, contenção e canalização das águas pluviais. Isso impactou negativamente a segurança e a qualidade de vida da população local devido aos danos

³ Um *paleocanal* é um resquício de um riacho ou rio inativo que foi preenchido por sedimentos.

⁴ Sem intervenção, as lagoas seguiriam um ciclo vicioso de desenvolvimento urbano informal que aterra as lagoas e está sujeito a inundações sazonais recorrentes; e o esgoto não tratado que polui a água da lagoa, causando eutrofização, transformando as lagoas primeiro em pântanos e eventualmente em terrenos. O descarte de lixo também acelera esse processo de degradação ambiental.

⁵ Este é um dique de terra, com 4,6 km de extensão e 5 m de altura (máximo). Não há projetos ou estudos disponíveis referentes a sua construção para ajudar a monitorar ou sustentar a avaliação da sua segurança. A maior parte da coroa do dique é pavimentada e integrada à rede viária da cidade, formando a Avenida Boa Esperança, que tem duas faixas e aproximadamente 7m de largura.

⁶ Este é um dique de terra, com 4,7 km de extensão e 5 m de altura (máximo).

⁷ Conforme os Relatórios de Segurança de Barragem, elaborados pelo Painel de Especialistas em Segurança de Barragens.

causados pelas inundações recorrentes e à alta contaminação das lagoas em decorrência da descarga não controlada de esgoto e lixo doméstico.

19. ***Um dos principais problemas enfrentados pelo município de Teresina está relacionado às inundações recorrentes na Região do Lagoas do Norte, que frequentemente terminam em catástrofes.*** Em 1995, uma chuva intensa caiu durante um curto período, elevando os níveis das águas das lagoas a 57 metros acima do nível do mar, ou 2 metros acima do nível da maré alta, causando uma grave inundação que deixou aproximadamente 2.000 famílias desabrigadas. Inundações desastrosas aconteceram novamente no início de 2004, deixando outras 3.000 famílias desabrigadas, na dependência de abrigos temporários oferecidos pelo Serviço de Assistência Social da Prefeitura. Embora o risco de recorrência de inundações desse porte tenha sido estimado em 2005 como de uma vez a cada 16 anos, ocorreram enchentes em 2009, 2018 e, mais recentemente, em abril de 2019, quando fortes chuvas e o transbordamento do rio na área do Projeto levaram a Prefeitura a declarar estado de emergência.⁸ Mais de 500 famílias foram afetadas nessa ocasião e três pessoas perderam suas vidas.⁹ Em decorrência disso, a UGP solicitou apoio adicional para acelerar a implementação do Projeto, baseado nas solicitações de 140 famílias afetadas pelas enchentes.

20. ***Visando aumentar a proteção dos moradores contra as inundações recorrentes e melhorar a qualidade de vida deles, o Projeto procura reabilitar e modernizar a infraestrutura de proteção contra enchentes.*** Isso inclui melhorar o sistema de drenagem com a recuperação e preservação das lagoas, mitigar e evitar futuras invasões, bem como fortalecer e aprimorar os diques Boa Esperança e Mocambinho, canais e aterros. A coroa do dique Boa Esperança e parte do dique Mocambinho estão pavimentadas e integradas à rede viária da cidade. Ao longo dos anos, ocorreram invasões de diversos tipos na coroa dos diques e estima-se que há aproximadamente 174 casas construídas ilegalmente na coroa ou nos taludes do dique Boa Esperança. Isso ameaça a integridade do dique e, por sua vez, põe em risco a segurança da população da região do Lagoas do Norte - aproximadamente 100.000 pessoas.

21. Conforme exigido pela legislação ambiental brasileira, para proteger os corpos de água e evitar invasões futuras nas lagoas recuperadas, o Projeto também auxilia na recuperação das APPs como áreas tampão na forma de “parques lineares” (faixas estreitas e compridas de vegetação), para melhorar a recuperação das lagoas e minimizar o risco de invasões futuras. As APPs são faixas estreitas de solo com até 30 metros de largura (a largura média na área do Projeto é de 10 metros), medidas com base no nível máximo da lagoa, que varia entre 55-56 metros ANM. Outras atividades de modernização urbana, tais como a melhoria do sistema de esgoto, das unidades habitacionais e da mobilidade e integração urbana também são apoiadas pelo Projeto para melhorar a qualidade de vida da população local, bem como a qualidade da água das lagoas.

22. ***As obras civis que deverão ter impacto de reassentamento na Fase 2 foram agrupadas em oito pacotes.*** São eles: (i) Obras do Mocambinho, no bairro Mocambinho, relacionadas à restauração da Lagoa do Mocambinho; (ii) Obras do Matadouro, no bairro Matadouro, para a reabilitação do canal de drenagem do Matadouro; (iii) Obras No. 1 no bairro São Joaquim, para a restauração das lagoas São Joaquim, Mazerine, Oleiros e Piçarreira; (iv) Obras No. 2, no bairro

⁸ Um estado de emergência é declarado pela Prefeitura através de um Decreto, em estreita consulta à Defesa Civil, quando uma situação anormal causada por adversidades resulta em danos iminentes à saúde e aos serviços públicos das populações afetadas. Durante um estado de emergência, e em resposta à situação de emergência, a Prefeitura pode conduzir, excepcionalmente, procedimentos de aquisições definidos pela legislação brasileira e torna-se elegível para obter recursos adicionais de fundos federais e estaduais.

⁹ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/teresina-chuva-atinge-mais-de-40-casas-e-deixa-pelo-menos-tres-mortos>

Mafrense, para a restauração da Lagoa dos Oleiros; (v) Obras No. 3, no bairro São Joaquim, também para restaurar a Lagoa dos Oleiros; (vi) Obras No. 4, nos bairros Mafrense e Olarias, também relacionadas à restauração da Lagoa dos Oleiros; (vii) Obras No. 5, no bairro Mafrense, para restaurar a Lagoa da Piçarreira; (viii) e Obras No. 6, nos bairros São Joaquim, Poti Velho e Olarias, relacionadas ao reforço dos Diques Boa Esperança e Mocambinho. (Vide localização das áreas do Projeto no Mapa 4).

III. OBSERVAÇÕES E ACHADOS DO PAINEL

Área	Observações e Achados do Painel
Lagoas do Norte: Mitigação das Inundações em Áreas Urbanas	<p>O Painel verifica que, embora a análise e o projeto das Áreas de Proteção Permanente para as Lagoas do Norte tenha buscado minimizar o reassentamento, não foi realizado o mesmo esforço quando da determinação do nível de água permanente de 55 metros acima do nível do mar na Lagoa dos Oleiros. Como resultado disso, o Painel constata que a avaliação de alternativas para definir o nível de água permanente é inadequada e está em desacordo com a Política do Banco sobre Avaliação Ambiental, OP 4.01, parágrafos 2 e 8 (a), e a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (a).</p>
Considerações sobre a Segurança dos Diques	<p>Considerando que a análise de alternativas para o reforço do Dique Boa Esperança está em andamento, é prematuro concluir se foi respeitado o princípio de evitar ou minimizar o reassentamento. Portanto, o Painel não inclui achados de conformidade nesta etapa</p>
Identificação de PAPs, Dados Censitários e Socioeconômicos	<p>O Painel constata, conforme mencionado na Política do Banco, que a data de corte para determinação da elegibilidade é a data de início do censo. A data de corte também poderia ser a data de definição da área do projeto, anterior ao censo. Conforme mencionado na sua Resposta, a Gerência falhou em definir a data-limite antes para determinação da elegibilidade de pessoas afetadas pelo projeto (PAPs), conforme exigido pela Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12. No entanto, considerando que a Gerência definiu a data de corte após o recebimento da Solicitação para Inspeção pelo Painel, observa-se agora a conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 14. O Painel constata que a nova data de corte deve permitir que as PAPs cujas casas foram demolidas antes desta data se beneficiem das provisões do PRI.</p> <p>Contudo, o Painel considera que a falta de dados socioeconômicos abrangentes referentes aos sistemas de produção, mão-de-obra, organização familiar e dados relacionados à meios de vida não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, Anexo A, parágrafo 6 (a). Os dados coletados deveriam ter incluído os níveis de produção e renda derivados tanto de atividades econômicas formais quanto informais, e as informações sobre os padrões de vida da população deslocada.</p>
Adequação da Indenização	<p>O Painel constata que os Planos de Reassentamento Involuntário (PRI) não incluem uma metodologia abrangente ou fórmula de avaliação da extensão total das perdas sofridas pelas PAPs que serão deslocadas, o que se configura não-conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, Anexo A, parágrafo 10. A fórmula nos PRIs fica limitada ao terreno e às moradias e não valora o fluxo de renda e as perdas de meios de vida vinculados aos produtos gerados na propriedade. Além disso, a fórmula não faz diferença entre os vários tipos de negócios dos quais as famílias dependem para o seu sustento. O Painel notou que em caso de uso misto ou comercial da propriedade, o valor unitário padrão da construção sofre aumento de 50% sobre a área com uso comercial.</p> <p>O Painel constata que nem o Marco da Política de Reassentamento</p>

	<p>nem os PRIs avaliaram as situações em que as PAPs não têm título legal à propriedade, mas ocupam as terras há tempos sem sofrer ações de despejo (ou seja, com a permissão implícita do governo). Esta situação está em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 15.</p> <p>O Painel constata que, devido ao recente aumento na inflação imobiliária, o limite de R\$ 77.000,00 estipulado para o reassentamento monitorado, embora fosse adequado inicialmente, não reflete o custo total para o reassentamento desde 2018. Esta situação está em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 6 (a) (iii).</p> <p>O Painel constata ainda que o Projeto estava em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, por deslocar pessoas e demolir casas antes de pagar a indenização ou disponibilizar novo local para o reassentamento. No entanto, mediante as garantias da Gerência em sua Resposta de que o deslocamento ocorrerá após o pagamento da indenização, e que os proprietários elegíveis de estruturas demolidas serão indenizados segundo a Política do Banco, o Painel constata que o Projeto encontra-se agora em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 10.</p> <p>O Painel considera o uso de um programa preexistente para financiar a construção de uma área de reassentamento como uma iniciativa prática e custo-efetiva. Entretanto, o Painel constata que deveriam ter sido incluídas as modalidades para assegurar que as disposições da política do Banco seriam aplicadas, incluindo a participação das PAPs na escolha do local e consulta quanto ao potencial produtivo e localização da área, bem como outros fatores de comparação com a área antiga. O Painel constata que essa falha configura uma não-conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 6 (b) (ii).</p>
<p>Vulnerabilidades e Ruptura de Redes Sociais</p>	<p>O Painel constata que algumas PAPs podem estar em risco de dano, visto que o Projeto não dedicou atenção especial à assistência no reassentamento de pessoas vulneráveis. Esta situação está em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 8.</p> <p>O Painel constata que o Projeto está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 13 (c) por ter reconhecido a necessidade de deslocar as PAPs de modo a preservar as suas instituições sociais e culturais, comunidades e grupos.</p> <p>No entanto, o Painel constata que o Projeto não deu atenção suficiente durante o deslocamento para o apoio assimétrico das relações de vínculo das famílias mais vulneráveis às de estratos sociais mais altos.</p>

<p>Restabelecimento de Meios de Vida para Evitar o Empobrecimento</p>	<p>O Painel constata que a Gerência não assegurou a criação de programas para auxiliar as PAPs a melhorar – ou no mínimo restabelecer – os seus meios de subsistência e padrões de vida, o que, portanto, está em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (b).</p> <p>O Painel constata ainda que as pessoas deslocadas não receberam a devida assistência durante o período de transição após o deslocamento, com base no tempo necessário para restabelecer os seus meios de subsistência ou padrões de vida. Esta situação está em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 6 (c) (i). O Painel destaca a importância dessa assistência, além das medidas de compensação, que pode ser oferecida na forma de facilidades de crédito, capacitação ou oportunidades de emprego.</p>
<p>Exclusão dos Benefícios do Projeto</p>	<p>O Painel constata que os benefícios deste Projeto são de natureza comunitária e pública e, portanto, acessíveis àqueles que foram deslocados pelo Projeto. Proteção contra enchentes, melhores serviços de saneamento básico e áreas de lazer são de interesse do público em geral. Considerando que o Banco exige que as atividades de reassentamento disponham de recursos de investimentos suficientes para permitir que as pessoas deslocadas compartilhem dos benefícios do Projeto, o Painel considera que a Gerência agiu em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (b).</p>
<p>Divulgação de Informações, Consulta e Participação</p>	<p>O Painel constata que os documentos de salvaguarda não foram disponibilizados, conforme estipula a política do Banco, em local de fácil acesso para as pessoas deslocadas e organizações não governamentais (ONGs) locais, em forma, maneira, e linguagem compreensível para eles. O Painel constata que os processos de divulgação e consulta do Projeto não foram eficazes nem significativos e, portanto, estão em desacordo com a Política do Banco Sobre Avaliação Ambiental, OP 4.01, parágrafos 15 e 16, e a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 22.</p> <p>O Painel constata que o Banco não conseguiu assegurar a participação das PAPs no planejamento do reassentamento – ou seja, discussões sobre alternativas viáveis de reassentamento, indenização no valor total de reposição, assistência para a transferência, opções de moradias, áreas residenciais e apoio na transição após o deslocamento. Isso está em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (b).</p> <p>Com relação à propriedade cultural, o Painel constata que o Projeto consultou líderes culturais a partir de 2014 e realizou consultas públicas com diferentes entidades locais. Tal prática está em conformidade com a Política do Banco sobre Recursos Culturais físicos, OP 4.11, parágrafos 11 e 12. O Painel também observa que o Projeto avaliou recursos culturais físicos relacionados aos grupos afro-brasileiros presentes no Lagoas do Norte e encomendou um estudo antropológico à parte, concluído em 2018</p>

Mecanismo de Reparação de Queixas	O Painel constata que, embora algumas das reivindicações dos Solicitantes transcendam o alcance do que um GRM pode resolver, há graves falhas no sistema de GRM do Projeto. O Painel observa a falta de informações sobre os processos e cronogramas do GRM, a falta de clareza quanto aos papéis e responsabilidades de seus diversos atores, o treinamento e a capacidade inadequados do Comitê de Mobilização e a falta de acesso ao COLAB por grande parte da comunidade afetada constituem desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 13 (a).
Classificação das Comunidades das PAPs	O Painel constata que a Gerência está em conformidade com a Política do Banco sobre Povos Indígenas, OP/BP 4.10, por não tê-la acionado, uma vez que as comunidades afetadas no Lagoas do Norte não são consideradas indígenas, conforme a Política do Banco sobre Povos Indígenas, OP 4.10, parágrafo 4.
Impacto sobre Recursos Culturais	O Painel constata que a Gerência está em conformidade com a Política do Banco sobre Avaliação Ambiental, OP/BP 4.01, e a Política do Banco sobre Recursos Culturais Físicos, OP/BP 4.11, no que diz respeito à identificação, avaliação e mitigação do impacto do Projeto sobre os recursos culturais físicos.
Realocação de Recursos Culturais físicos	O Painel constata que a Gerência está em conformidade com a Política do Banco sobre Recursos Culturais Físicos, OP/BP 4.11, e a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 13 (c), no que diz respeito à transferência de recursos culturais físicos pelo Projeto.

Supervisão	<p>O Painel constata que a supervisão da Gerência antes da apresentação da Solicitação falhou na identificação de questões e desafios fundamentais relacionados ao reassentamento e que, portanto, não ofereceu o apoio devido na implementação do Projeto. O Painel constata que tal prática está em desacordo com a Política do Banco sobre Financiamento de Projetos de Investimento, OP 10.00, parágrafo 19.</p> <p>Após setembro de 2019, a divulgação de informações relacionadas à supervisão do Projeto pela Gerência, a identificação e a avaliação de desafios melhoraram consideravelmente. As dificuldades na implementação do Projeto estavam ligadas aos aspectos das políticas de salvaguardas - tais como definir uma data de corte, realizar consultas relevantes, fortalecer o GRM e outros fatores mencionados no Plano de Ação. Ao fazê-lo, a Gerência identificou áreas dos PRIs que não estavam em conformidade com a política do Banco e constatou a falta de conhecimento dos PRIs por parte das PAPs. A Gerência também acordou com o Mutuário um conjunto de ações a serem adotadas para resolver as questões levantadas. O Painel considera que a supervisão por parte da Gerência após a apresentação da Solicitação está em conformidade com a Diretiva do Banco relativa ao Financiamento de Projetos de Investimento, parágrafo 43.</p> <p>O Painel observa ainda que, considerando a complexidade e a natureza controversa da Fase 2, a Gerência não conseguiu assegurar que o Mutuário se engajasse um painel independente consultivo de especialistas em reassentamento, internacionalmente reconhecidos. O Painel observa que, até novembro de 2018, quando dois PRIs foram implementados ou estavam em implementação por mais de um ano, a contratação de um avaliador para monitorar a implementação do reassentamento ainda estava pendente. O Painel constata que a Gerência está em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 24, por falhar em assegurar o monitoramento e a avaliação adequados da implementação do reassentamento.</p>
------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

IV. RESPOSTA DA GERÊNCIA

23. ***A Gerência aprecia as percepções apresentadas pelo Painel em seu Relatório de Investigação. A Gerência reconhece os desafios iniciais referentes à supervisão do Projeto e alguma deficiência na documentação do reassentamento e no mecanismo de reparação de queixas (GRM) do Projeto. Conforme observado na Resposta da Gerência à Solicitação durante a fase de elegibilidade, estes desafios foram identificados pela Gerência no início de setembro de 2019 e tratados pelo Mutuário mediante a implementação do plano de ação, que foi concluído em maio de 2020 com o apoio e a supervisão do Banco.*** A Gerência reconhece os achados do Painel referentes à conformidade com relação à identificação das pessoas afetadas pelo Projeto, indenização para estruturas demolidas, propriedade cultural e supervisão. A Gerência aprecia a confirmação do Painel de que os temas identificados foram tratados e postos em conformidade pela implementação do plano de ação apresentado na Resposta da Gerência durante a fase de elegibilidade. A Gerência continuará oferecendo apoio prático na implementação para promover novas melhorias ao GRM do Projeto, conforme detalhado no plano de ação proposto abaixo.

24. ***Na visão da Gerência, os casos de não conformidade identificados no Relatório do Painel não causaram impactos adversos. Na verdade, o Painel não identificou danos diretos resultantes do Projeto, conforme será explicado abaixo. O “risco de dano” antecipado, identificado no Relatório do Painel, será abordado adequadamente por meio de ações definidas no Plano de Ação da Gerência (MAP).*** Todas as deficiências encontradas nos Planos de Reassentamento Involuntário (PRIs), após a Solicitação para Inspeção, foram prontamente corrigidas mediante a revisão dos PRIs e da implementação de ações especificadas na Resposta da Gerência à Solicitação. Foi feita uma nova revisão em resposta aos achados do Painel sobre a não conformidade e os possíveis danos relacionados à falta de ajuste do teto de R\$ 77.000 para a opção de Reassentamento Monitorado. A revisão concluiu que todas as pessoas afetadas pelo Projeto que optaram por essa compensação não foram afetadas nesse sentido, visto que o valor dos seus bens era inferior ao teto e todas elas foram indenizadas pelo valor total, conforme a OP 4.12. No entanto, a Gerência se compromete a trabalhar com o Mutuário para implementar as ações identificadas no MAP para mitigar quaisquer possíveis impactos adversos, especificamente com relação à assistência no reassentamento de grupos vulneráveis e à restauração dos meios de vida. Este último tema será devidamente tratado usando diferentes instrumentos, incluindo os PRIs revisados, mas também os planos de serviços sociais, a Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento e os Relatórios de Conclusão do PRIs, com o suporte de uma ferramenta avançada de monitoramento do reassentamento.

25. ***A Gerência reafirma que o projeto de proteção contra enchentes selecionado pelo Projeto oferece a solução mais apropriada para o Lagoas do Norte. A Gerência acredita que a análise de alternativas para o projeto de proteção contra enchentes apoiado pelo Projeto, que define um nível permanente de água, considerou adequadamente as exigências da Política do Banco, incluindo a OP 4.01, sobre Avaliação Ambiental, a OP 4.04, sobre Habitats Naturais e a OP 4.12, sobre Reassentamento Involuntário. Além disso, a Gerência observa que a alternativa para o projeto de proteção contra enchentes do Projeto para a Lagoa dos Oleiros, sugerida no Relatório do Painel, não oferece uma solução viável para reduzir os riscos de enchentes e proteger o meio ambiente, ao mesmo tempo em que minimiza os impactos de reassentamento e melhora a qualidade de vida das pessoas que vivem na área do Projeto. Não seria possível atingir os objetivos do Projeto e, vale ressaltar, as pessoas continuariam expostas ao risco de inundações.*** A adoção de medidas de “adaptação informal no combate a inundações” também seria contraditória às exigências da Política do Banco sobre Habitats Naturais. A solução proposta analisou o conjunto limitado de alternativas viáveis (OP 4.01) que permitiriam ao Projeto atingir os seus objetivos de proteção contra enchentes e recuperação ambiental

(OP 4.04), minimizando o reassentamento (OP 4.12).

26. *Alguns dos achados e observações do Painel dizem respeito à interpretação e aplicação da Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e a Política sobre Povos Indígenas (OP 4.10). Na visão da Gerência, o Relatório do Painel levanta questões gerais sobre a aplicação das duas políticas, o que a Gerência considera importante abordar neste Relatório.*

Interpretação da OP 4.12

27. *A Gerência não concorda com a declaração do Painel sobre a exigência da OP 4.12 de indenização por desapropriação de terras no valor de reposição para as pessoas afetadas pelo Projeto que ocupam terras públicas sem o direito legal reconhecido pela legislação brasileira.* Segundo o Relatório do Painel, essa indenização pelo valor total de reposição seria justificada, visto que as pessoas afetadas pelo Projeto desfrutaram de "*posse continuada de terras públicas sem ação governamental de despejo.*" Essa interpretação não é consistente com a OP 4.12, que contempla uma qualificação significativa que não foi citada no Relatório do Painel. O parágrafo 15(b) da OP 4.12 esclarece que ela se aplica às pessoas afetadas pelo Projeto que têm direito legal sobre as terras que ocupam, "*desde que esse direito seja reconhecido pelas leis do país ou passem a ser reconhecidas por um processo identificado no plano de reassentamento.*" A legislação brasileira, incluindo a Constituição Federal e o Código Civil, não reconhece as reivindicações de direito de posse de terras públicas derivadas de invasões, portanto, as pessoas afetadas pelo Projeto que ocupam terras públicas não são elegíveis nos termos da OP 4.12, parágrafo 15(b). Como alternativa, o parágrafo 15(b) poderia ser aplicado apenas no caso de um Mutuário que desejasse que a reivindicação "*se tornasse reconhecida por um processo identificado no plano de reassentamento,*" o que não é o caso, conforme o Marco da Política de Reassentamento do Projeto (RPF) ou os seus PRIs.

28. A Gerência ressalta ainda que o Relatório do Painel cita o Livro Referência do Banco para Reassentamento Involuntário para sustentar essa conclusão. O Livro Referência é uma publicação do Banco Mundial que fornece orientações para aprimorar o planejamento e a implementação de reassentamentos.¹⁰ Vale ressaltar que o Livro Referência não constitui uma política ou procedimento operacional obrigatório por parte do Conselho, conforme o parágrafo 12 da Resolução do Painel de 1993. Ademais, a afirmação do Painel de que o Livro Referência sustenta a interpretação do Painel da OP 4.12, parágrafo 15, está incorreta e resulta da má interpretação do referido parágrafo do Livro Referência, onde os fatores citados pelo Painel são apresentados como exemplos de inúmeros fatores que podem ser relevantes para compreender as situações complexas envolvendo a posse de terra. A Gerência constata que não obstante a inelegibilidade nos termos do parágrafo 15(b) da OP 4.12, as pessoas afetadas que ocupam terras públicas são elegíveis nos termos da OP 4.12, parágrafo 15(c) para **assistência** em detrimento à indenização para atingir os objetivos da Política. Na realidade, conforme será explicado no parágrafo 37 abaixo, serão oferecidas às pessoas afetadas compensação e assistência, além do que é exigido pela OP 4.12.

Interpretação da OP 4.10

29. *Embora não seja um achado referente a conformidade, o Relatório do Painel apresenta uma interpretação da OP 4.10 que não é consistente com a política.* O Relatório declara que "*para aplicar*

¹⁰ O "Livro Referência para Reassentamento Involuntário: Planejamento e Implementação no Desenvolvimento de Projetos" foi publicado em 2004 e encontra-se disponível no endereço abaixo:
<http://documents1.worldbank.org/curated/en/206671468782373680/pdf/301180v110PAPE1ettlement0sourcebook.pdf>

a Política do Banco para Povos Indígenas, OP/BP 4.10, os quatro critérios não precisam ser rigorosamente atendidos, mas podem ser cumpridos em diversos níveis. Por exemplo, em alguns casos, os grupos indígenas perderam suas línguas autóctones ao longo do tempo, mas atendem a todos os outros critérios e ainda podem, portanto, ser encaixados na política.” A Gerência constata que a OP 4.10 afirma que “o termo ‘Povos Indígenas’ será usado de forma genérica para se referir a um grupo social e cultural distinto, vulnerável e que possua as seguintes características em diferentes graus. Vale ressaltar que a presença irrisória ou a ausência de uma das quatro características não pode ser ignorada, conforme sugere o Relatório do Painel. Inclusive, este é um dos fatores que o Banco leva em consideração ao decidir se um determinado grupo se qualifica à cobertura de uma determinada política ou não. Ademais, na visão da Gerência, não cabe ao Painel opinar sobre a interpretação da política do Banco em linhas gerais, ou seja, quando isso não for relevante para determinar questões de conformidade com a política no contexto de uma investigação.

Respostas a Achados Específicos do Painel

A. Reassentamento

30. ***Na visão da Gerência, os casos de não conformidade referentes ao Projeto e à implementação do programa de reassentamento identificados no Relatório do Painel não causaram danos às pessoas afetadas pelo Projeto.*** A Gerência observa que o Projeto oferece um pacote de compensação para as pessoas afetadas por ele que atende totalmente às exigências da OP 4.12. A Gerência admite alguma deficiência na documentação referente ao reassentamento, na divulgação de informações e na qualidade da comunicação, e no GRM do Projeto, que foram identificados após a entrega da Solicitação e abordados por meio do plano de ação incluído na Resposta inicial da Gerência. O potencial risco de danos identificados pelo Painel em seu Relatório em relação à restauração dos meios de vida foi devidamente abordado no MAP, que inclui medidas para o monitoramento rigoroso e, se necessário, a assistência adicional às pessoas afetadas pelo Projeto, de acordo com a OP 4.12.

A.1. Identificação de Pessoas Afetadas pelo Projeto, Censo, e Dados Socioeconômicos

31. ***Na visão da Gerência, os estudos abrangentes socioeconômicos conduzidos pelo Mutuário no início da preparação do Projeto estão de acordo com a OP 4.12.*** Esses estudos socioeconômicos consistem no Estudo Socioeconômico de Linha de Base e no censo socioeconômico (Censo), conduzidos em 2012 e 2014, respectivamente. Esses estudos incluem informações sobre sistemas de produção, mão-de-obra, organização familiar e dados sobre os meios de vida da população deslocada. Esses dados foram informados e incluídos no RPF e PRI posteriores. Outros estudos e coletas de dados foram - e continuam sendo - realizados durante a implementação do Projeto para validar e, quando necessário, atualizar os dados socioeconômicos colhidos durante o Estudo Socioeconômico de Linha de Base e o Censo (incluindo os níveis de produção e as fontes geradoras de renda formais e informais), mantendo, dessa forma, os dados socioeconômicos abrangentes e atualizados. Os dados obtidos por esses instrumentos servem de base para o planejamento de reassentamento do Projeto.

32. ***O Estudo Socioeconômico de Linha de Base e o Censo foram conduzidos com o envolvimento das pessoas afetadas pelo Projeto.*** Os dados coletados e desagregados incluíram características detalhadas das famílias afetadas pelo Projeto, incluindo a sua composição e fontes de renda; acesso a infraestrutura e serviços públicos; vulnerabilidade a inundações, entre outros aspectos. Os achados dos estudos contribuíram para a preparação do RPF em 2014 e dos PRIs posteriores e ajudaram no desenvolvimento de uma série de opções de reassentamento e meios de vida.

33. ***O Relatório do Painel aponta que os dados socioeconômicos não estão atualizados. A***

Gerência, no entanto, observa que novos estudos foram e continuam sendo realizados. Esses estudos incluem o Estudo Antropológico concluído em 2018, que teve foco nos grupos adeptos aos meios tradicionais de subsistência, com recomendações relacionadas aos meios de vida que estão sintetizadas nos PRIs revisados, e a análise suplementar de dados socioeconômicos durante a implementação de cada PRI através da aplicação de um detalhado Formulário de Validação de Informações das Famílias (Anamnese) durante as negociações de reassentamento. O Painel não considera este processo “sistemático, nem abrangente.” Entretanto, a Gerência observa que o Mutuário vem usando esse formulário sistematicamente desde o início do reassentamento do Projeto em 2015-2016; o formulário foi preenchido por cada pessoa afetada pelo Projeto reassentada até o momento, antes da negociação da compensação e assistência para confirmar e, quando necessário, atualizar as informações socioeconômicas. O formulário foi recentemente revisado em 2019 (com as revisões dos PRIs), para incluir questões mais claras e detalhadas relacionadas aos meios de vida.

34. ***Pouco tempo antes do início da pandemia da COVID-19, o Mutuário havia lançado uma Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento junto às pessoas afetadas pelo Projeto que já haviam sido compensadas e receberam assistência para restaurar os meios de subsistência em conformidade com os PRIs.*** A intenção da pesquisa é monitorar a eficácia e a qualidade dos reassentamentos passados e, quando necessário, fazer ajustes para aprimorar a implementação do PRI. Os achados iniciais da pesquisa (envolvendo 49 das 171 pessoas afetadas pelo Projeto) apresentam resultados positivos: uma revisão preliminar dos resultados realizada pelo Banco indica que todas as 49 pessoas receberam a compensação no valor total de reposição e a devida assistência. A coleta de dados foi suspensa até recentemente devido à pandemia; o Mutuário retomou agora a coleta de dados por telefone para completar a pesquisa.

A.2. Adequação da Indenização

35. ***Os PRIs revisados agora descrevem adequadamente a metodologia ou fórmula para a valoração das perdas econômicas.*** O Mutuário revisou os PRIs para, entre outras coisas, incluir a descrição completa da metodologia adotada para a valoração de todos os bens e perdas econômicas sofridos pelas pessoas afetadas pelo Projeto, incluindo a perda de renda devido aos impactos nas atividades comerciais realizadas pelas famílias afetadas pelo Projeto. Essa metodologia não estava suficientemente refletida nos PRIs. No entanto, tratava-se de uma questão de *apresentação* adequada da metodologia, e não de algo que afetasse os pagamentos das compensações em si. Isso foi corrigido entre o final de 2019 e o início de 2020. Vale destacar que, caso sejam identificadas quaisquer deficiências relacionadas à restauração dos meios de vida na Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento, ou nos Relatórios de Conclusão dos PRIs, o Mutuário fará os ajustes necessários para oferecer assistência adicional às pessoas afetadas pelo Projeto.

A.3. Indenização e Falta de Títulos de Propriedade

36. ***Os PRIs revisados descrevem, de maneira adequada, as diferentes categorias de elegibilidade nos termos do parágrafo 15 da OP 4.12, inclusive uma análise das pessoas afetadas pelo Projeto que não possuem direitos formais de propriedade ou reivindicação de direito de posse reconhecida das terras que elas ocupam ou ainda das pessoas que vivem em terras públicas.*** Tal situação se aplica a 84% das pessoas afetadas pelo Projeto. Os PRIs revisados distinguem claramente as pessoas afetadas pelo Projeto “*que não têm direito ou posse legal sobre a terra que ocupam*” (parágrafo 15(c) da OP 4.12) das pessoas afetadas pelo Projeto “*que têm direitos legais à terra que ocupam*” (parágrafo 15(a) da OP 4.12), ou uma reivindicação reconhecida para tal terra (parágrafo 15(b) da OP 4.12). As leis brasileiras relacionadas a este tema também são citadas.

37. **Conforme observado anteriormente nos parágrafos 27-28, a Gerência não está de acordo com a afirmação do Painel que a OP 4.12 exige compensação pela terra ao valor de reposição para as pessoas afetadas pelo Projeto que vivem em terras públicas.** Não obstante a situação legal, a Gerência observa que as pessoas afetadas pelo Projeto que vivem em terras públicas são elegíveis nos termos da OP 4.12, parágrafo 15(c). Além disso, serão oferecidas às pessoas afetadas pelo Projeto elegíveis nesta categoria uma compensação e assistência além do que é oferecido nos termos na OP 4.12, visto que os PRIs consideram que aqueles que não têm direito formal de propriedade sobre a terra, ou reivindicação de posse da terra reconhecida devem ser indenizados não somente pelos bens perdidos, mas também em 70% do valor da terra ocupada.

A.4. Limite para o Reassentamento Monitorado

38. **A Gerência concorda com o Painel que há dúvidas sobre o teto de R\$ 77.000 estabelecido para o Reassentamento Monitorado ser suficiente para comprar uma casa na área do Projeto.** A Gerência também observa que nenhuma das pessoas afetadas pelo Projeto foram prejudicadas por esse limite e que as pessoas que fizeram essa opção receberam o valor total de reposição.

39. Até o momento, 50 das 171 famílias afetadas pelo Projeto que foram reassentadas antes de junho de 2020 optaram pelo Reassentamento Monitorado, para o qual se aplica o limite. O Banco conseguiu comprovar que essas 50 famílias afetadas pelo Projeto possuíam bens com valores inferiores a R\$ 77.000 e, portanto, não foram prejudicadas quando receberam o valor total de reposição. Na realidade, algumas delas possuíam bens de valores baixos (em torno de R\$ 13.000) e, ainda assim, receberam uma casa com base nessa opção avaliada em cerca de R\$ 70.000.

40. Desde 2018, apenas dez famílias afetadas pelo Projeto possuíam bens com valores acima do limite do Reassentamento Monitorado (seus bens foram avaliados entre R\$ 77.000 e R\$ 87.000). Essas famílias, no entanto, optaram pela indenização em dinheiro e a quantidade recebida por elas foi ajustada de acordo com a inflação e reflete o custo de reposição total. Desse modo, essas dez famílias também não foram prejudicadas pelo limite.

41. O Banco irá realizar um estudo do mercado imobiliário para averiguar a disponibilidade de casas na área com valores abaixo do teto de R\$ 77.000, ou seja, o valor médio das habitações sociais na região. Os achados do estudo servirão de base para a avaliação do Banco sobre a viabilidade das opções de reassentamento oferecidas para as pessoas afetadas pelo Projeto, conforme a OP 4.12, e a necessidade de atualizar o limite do Reassentamento Monitorado.

42. **A Gerência observa que as outras opções previstas nos PRIs para compensação das pessoas afetadas pelo Projeto que serão fisicamente reassentadas consistem em um pacote que atinge totalmente os objetivos e vai além das exigências da OP 4.12.** As pessoas afetadas pelo Projeto foram consultadas sobre as diversas opções de compensação. As opções de Reassentamento Monitorado, ou uma nova casa próxima à área do reassentamento, Parque Brasil, atendem as necessidades dos grupos mais vulneráveis e das famílias de baixa-renda e permitem que elas substituam as suas casas por outras de maior valor. Os resultados parciais da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento, que está em andamento, indicam que as pessoas afetadas pelo Projeto que optaram pelo Reassentamento Monitorado estão altamente satisfeitas com a opção feita. No caso de famílias com renda mais alta, a indenização em dinheiro e uma casa no Parque Brasil continuam sendo opções de compensação totalmente adequadas, permitindo que as pessoas afetadas pelo Projeto sejam deslocadas para áreas próximas às suas antigas residências.

A.5. Indenização por Estruturas Demolidas

43. *Conforme mencionado nos PRIs, o deslocamento de pessoas afetadas pelo Projeto geralmente deveria ocorrer somente após o pagamento da indenização. Desse modo, os proprietários de estruturas demolidas elegíveis são indenizados conforme as Políticas do Banco.*

44. *O Mutuário demoliu 16 estruturas ilegais inacabadas e desabitadas que foram construídas em terras da União (públicas) no final de agosto de 2019. Ao tomar conhecimento desse feito em setembro de 2019, a Gerência solicitou prontamente ao Mutuário que interrompesse quaisquer demolições futuras até que fosse definida uma data de corte para os PRIs.* A Gerência ainda solicitou ao Mutuário que identificasse os proprietários elegíveis das estruturas desabitadas que foram demolidas para indenizá-los nos termos da OP 4.12. O Mutuário se comprometeu a fazê-lo e até agora conseguiu identificar sete indivíduos que serão indenizados pelas estruturas, conforme exige a OP 4.12, retificando adequadamente a situação.

45. Ademais, os canais de mecanismo de queixas do Projeto permanecem disponíveis para que as pessoas apresentem provas de que são proprietários elegíveis de uma das nove estruturas ilegais inacabadas e desabitadas que foram demolidas em agosto de 2019, para que possam receber a indenização.

A.6. Participação das pessoas afetadas pelo Projeto na Escolha do Local

46. *As pessoas afetadas pelo Projeto foram amplamente consultadas ao longo do processo de reassentamento, incluindo sua opinião prévia a respeito do local selecionado para o reassentamento durante a preparação do Projeto.* O RPF do Projeto apresenta três alternativas de opções para compensação para o reassentamento para escolha das famílias: indenização em dinheiro, Reassentamento Monitorado ou uma casa nova em local próximo ao reassentamento. O Parque Brasil foi um dos três locais explicitamente mencionados e considerados para o reassentamento durante as consultas realizadas para a elaboração do RPF. Os PRIs revisados também definem opções para o reassentamento, inclusive o Parque Brasil. As pessoas afetadas pelo Projeto tiveram muitas oportunidades para manifestar sua opinião durante a preparação do PRI e ao longo da implementação do Projeto. Durante as consultas realizadas em fevereiro de 2020, as pessoas afetadas pelo Projeto mostraram grande interesse no Parque Brasil; o Mutuário organizou visitas ao local para atender a demanda e planejou abrir um espaço no Parque Brasil para receber visitantes (atualmente postergado devido à COVID-19).

47. *Na visão da Gerência, o Projeto adotou as medidas e os procedimentos necessários para promover a participação das pessoas afetadas pelo Projeto na escolha do local para o reassentamento dentre uma série de opções,* incluindo a opção do Parque Brasil. Na época da preparação do RPF, três locais (áreas de propriedade da Prefeitura) foram considerados para o reassentamento: o *Residencial Portal da Alegria VI* (na zona Sul da cidade), o *Residencial Edgar Gaioso* (próximo ao Parque Brasil) e o *Parque Brasil*. O Parque Brasil era a maior área e mais próxima. O Projeto também considerou a construção de pequenos complexos residenciais em áreas a serem adquiridas na Lagoa dos Oleiros e na Lagoa da Draga.

A.7. Assistência às Pessoas Vulneráveis

48. O Painel acredita no risco de dano para algumas pessoas afetadas pelo Projeto, visto que o Projeto não dedicou atenção especial à prestação de assistência ao reassentamento de pessoas vulneráveis.

49. *A Gerência informa que o Projeto presta assistência às famílias vulneráveis, mas reconhece*

que não tenha registrado apropriadamente todos os benefícios e a assistência já prestados a essas famílias, conforme definido nos PRIs. A Gerência dará suporte ao Mutuário para assegurar que os registros desses esforços sejam devidamente documentados e disseminados daqui em diante. Os PRIs revisados dedicam atenção especial às pessoas afetadas pelo Projeto identificadas como vulneráveis, e a Seção 3.4 dos PRIs revisados define medidas específicas para essas pessoas.

50. As pessoas vulneráveis afetadas pelo Projeto foram inicialmente identificadas por meio da Pesquisa Socioeconômica Inicial e do Censo e a sua condição de vulnerabilidade é comprovada em encontros individuais durante a implementação do PRI. As pessoas afetadas pelo Projeto que combinam diferentes tipos de vulnerabilidades recebem atenção especial e recursos adicionais ao longo do processo de reassentamento.

51. As pessoas vulneráveis afetadas pelo Projeto recebem atenção especial no processo de reassentamento da seguinte forma: (i) assistência na escolha da nova casa, bem como apoio após o reassentamento para promover a sua integração harmoniosa no bairro; (ii) disponibilidade de unidades habitacionais adequadas para os idosos e pessoas com deficiências; (iii) atenção especial a mulheres e crianças que sofrem violência doméstica, com apoio para sua inscrição em programas municipais, ou encaminhamento para assistência especial; (iv) opção de prioridade de reassentamento para pessoas em condições de vulnerabilidade e/ou risco de serem afetadas por inundações; e (v) garantia de que as mulheres sejam escolhidas como principais beneficiárias da família e que o direito formal de posse da nova propriedade seja registrado preferencialmente em nome da mulher, conforme a política habitacional do município.

52. ***O Projeto também oferece suporte à restauração dos meios de vida para as pessoas mais vulneráveis afetadas pelo Projeto, promovendo o seu acesso aos programas de proteção social disponíveis e implementados pela Prefeitura, aos quais elas terão acesso prioritário garantido, e desenvolvendo medidas personalizadas para a geração de renda, conforme descrito nas próximas seções deste Relatório.*** O Projeto se beneficia de políticas e programas robustos de proteção social disponíveis no município de Teresina, que são mantidos por fundos federais, estaduais e municipais. Os PRIs também apoiam a Prefeitura no desenvolvimento de um plano de assistência social para as famílias que se mudam para o reassentamento do Parque Brasil, o qual inclui ações para as famílias vulneráveis com o objetivo de promover atividades de geração de renda e organização comunitária. A Prefeitura irá expandir o seu plano de assistência social para oferecer assistência às famílias vulneráveis que optam pelo Reassentamento Monitorado, ou ainda pela indenização em dinheiro.

53. ***A Gerência considera que as medidas descritas acima ajudam a mitigar os impactos sociais econômicos sofridos pelas pessoas vulneráveis afetadas pelo reassentamento e oferecem suporte para a sua recuperação social e econômica, nos termos da OP 4.12.*** No entanto, a Gerência reconhece que faltam monitoramento sistemático e registro pelo Projeto da assistência prestada especificamente às famílias vulneráveis afetadas. A Gerência irá então oferecer apoio ao Mutuário para documentar sistematicamente a prestação de assistência a essas famílias, conforme definido nos PRIs.

A.8. Restauração Dos Meios de Vida

54. ***Na visão da Gerência, as medidas em vigor voltadas aos meios de vida estão de acordo com as Políticas do Banco, ou seja, são adequadas para apoiar as famílias afetadas pelo Projeto na restauração de seus meios de vida aos níveis anteriores ao reassentamento.*** O Banco revisou os resultados preliminares da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento que vem sendo realizada pelo Mutuário com as 171 famílias que foram reassentadas antes de 30 de junho de 2020. O Banco analisou os dados das entrevistas realizadas com 49 famílias reassentadas, sendo que 23 famílias também tiveram

as suas atividades econômicas afetadas, e verificou que 41 das 49 famílias (84%) conseguiram restaurar ou melhorar as suas rendas. Quarenta e sete de 49 (95%) expressaram satisfação com o processo e os procedimentos adotados durante a implementação dos PRIs e os consideraram bons ou muito bons.

55. A Gerência reconhece, no entanto, que as medidas direcionadas aos meios de vida para auxiliar as pessoas afetadas pelo Projeto não foram descritas e apresentadas de modo suficiente na versão original dos PRIs. É importante esclarecer que, embora as medidas não tenham sido descritas nos PRIs, elas foram disponibilizadas para as pessoas afetadas. Tais medidas foram incluídas em detalhes nas recentes revisões dos PRIs. A Gerência dará suporte ao Mutuário para assegurar que a assistência prestada às pessoas afetadas, conforme as exigências das Políticas do Banco, seja registrada e disseminada adequadamente. O Mutuário irá monitorar as pessoas afetadas após o reassentamento para comprovar que elas tenham condições de restaurar os seus meios de vida e tomará as medidas adequadas para oferecer o suporte necessário, caso os seus meios de subsistência não tenham sido totalmente restaurados. A Gerência também continuará apoiando o Mutuário na revisão da implementação do PRI e na identificação de medidas adicionais que podem ser necessárias nos termos da OP 4.12.

56. Todos os PRIs revisados incluem informações completas sobre as diferentes medidas de restauração dos meios de vida disponíveis, na Seção 3: (i) indenização em dinheiro para famílias que mantêm atividades econômicas formais e informais em suas residências; (ii) piso térreo, que pode ser utilizado como espaço comercial pelas pessoas que mantinham atividades econômicas em suas antigas casas e optaram por uma casa nova no reassentamento do Parque Brasil; (iii) assistência técnica e atividades de capacitação e suporte para a aquisição de equipamentos ou suprimentos para os negócios; (iv) treinamento para requalificação profissional; (v) suporte dos assistentes sociais do Projeto para promover o acesso de pessoas vulneráveis aos programas de assistência social municipal pertinentes; e (vi) alternativas de compensação com base no coletivo/comunidade para grupos sociais que dependem de meios de vida mais tradicionais.

57. Além das medidas citadas acima, o Estudo Antropológico recomenda medidas adicionais de restauração dos meios de vida para beneficiar as famílias afetadas pelo Projeto que dependem de meios de subsistência mais tradicionais presentes na área do Projeto (pesca artesanal, artesanato em cerâmica e hortas com cultivo em vazante), que foram levadas em consideração na implementação do Projeto. Algumas dessas medidas já foram implementadas, tais como a reabilitação do mercado de peixe e o centro para produção e venda de artesanato em cerâmica, enquanto outras medidas estão sob consulta das pessoas que ainda não foram reassentadas pelo Projeto, tais como os vazanteiros, que residem na área do PRI relacionadas à Obra No. 4.

58. A Gerência observa ainda que os resultados preliminares da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento feita com as pessoas já reassentadas sugerem que o processo de reassentamento teve resultados positivos em relação à restauração e melhoria dos meios de vida e geração de renda.

A.9. Assistência na Transição

59. *A Gerência constata que os diversos estudos socioeconômicos conduzidos durante a preparação do Projeto indicam que a grande maioria das pessoas afetadas pelo Projeto ¹¹ têm empregos na área urbana, ou recebem pensão ou benefícios sociais e dificilmente terão os seus empregos ou meios de vida afetados pelo reassentamento em outra casa nos arredores de suas antigas residências.* As pessoas que mantinham negócios dentro de suas residências receberam compensação

¹¹ 97,6% das 171 famílias afetadas pelo Projeto reassentadas até o momento, como comprovam os Formulários de Validação de Informações das Famílias preenchidos e assinados por cada família reassentada durante o processo de negociação do PRI.

complementar ou espaço adicional no local do reassentamento para dar continuidade às suas atividades em suas novas casas, se assim o desejarem, e irão receber suporte para restabelecer os seus negócios através de um plano de assistência social que vai considerar, entre outras coisas, a geração de renda e a organização comunitária.

60. A Gerência observa que o parágrafo 6(i)(c) da OP 4.12 exige apenas a prestação de assistência durante o período de transição nos casos “*em que [for] necessário atingir os objetivos da política [OP 4.12],*” e que o Projeto ofereça assistência conforme a necessidade, incluindo treinamento para requalificação profissional e acesso a programas sociais para o período de transição (Seção 3 dos PRIs revisados).

61. ***A Gerência também observa que o Mutuário dedica atenção especial às pessoas que necessitam de assistência específica para um período de transição, inclusive por subsídios em dinheiro.*** Os PRIs revisados descrevem a opção de compensação para cobrir perdas econômicas ocasionais incorridas durante o período de restabelecimento da atividade (Seção 3.1 dos PRIs revisados). Este é o caso dos oleiros e vazanteiros, por exemplo. O Mutuário está conduzindo reuniões com os vazanteiros e oleiros para identificar medidas de assistência direcionadas aos seus meios de vida, incluindo indenização durante a transição, se necessário, para auxiliar na restauração de seus meios de vida, geração de renda e padrões de vida.¹²

62. ***A Gerência reconhece que o Projeto não registrou, de maneira sistemática, a assistência de transição prestada às famílias afetadas pelo Projeto, tais como a provisão de suporte para treinamento, requalificação profissional e acesso a programas sociais. A Gerência dará suporte ao Mutuário para assegurar que esses esforços sejam adequadamente registrados e disseminados.***

B. Divulgação de Informações, Consulta e Participação

63. ***A Gerência reconhece que as práticas de divulgação das informações, consulta e participação do Projeto precisavam ser reforçadas para se tornarem eficazes.*** Após receber a Solicitação para Inspeção, a Gerência se reuniu com diversas pessoas afetadas pelo Projeto e outras partes interessadas (tais como a Defensoria Pública) para avaliar a qualidade das práticas de divulgação, consulta e participação e os processos envolvendo o Projeto, e deu suporte ao Mutuário para aprimorá-las, de acordo com as Políticas do Banco.

B.1. Divulgação

64. ***A Gerência reconhece que, inicialmente, alguns documentos de salvaguardas não foram disponibilizados em local, formato e modo acessível a todas as pessoas afetadas pelo Projeto e outras partes interessadas.***¹³ ***Embora a documentação do Projeto estivesse previamente disponível somente em meio físico nos escritórios do Projeto, ou sob demanda, a Gerência confirma que todos os documentos de salvaguardas do Projeto foram divulgados publicamente em português e estão disponíveis para serem baixados na página do Mutuário sobre o Projeto na Internet.***¹⁴ As informações

¹² Durante a Fase 1 do Projeto, um subsídio mensal em dinheiro foi disponibilizado durante cinco meses para um grupo de oleiros afetados pelo Projeto que participavam de um treinamento para requalificação profissional.

¹³ Vale ressaltar, no entanto, que em épocas de eleições, a legislação brasileira suspende os anúncios publicitários institucionais de atos, programas, serviços etc., realizados por agentes públicos três meses antes das eleições, exceto em situações sérias e urgentes. Devido à pandemia da COVID-19, uma emenda constitucional autorizou a divulgação de informações institucionais à população sobre os serviços que podem ser afetados pela pandemia. Durante este período de três meses, o Mutuário irá disponibilizar informações na página do Projeto na Internet sobre o GRM, i.e., COLAB; contato telefônico, página na Internet e endereço de email para falar com a Ouvidoria; contato telefônico e endereço da UPS.

¹⁴ <https://semplan.teresina.pi.gov.br/lagoas-do-norte/>

estão atualizadas e têm fácil acesso, em modo e linguagem compreensíveis para as pessoas afetadas e outras partes interessadas. Cópias impressas dos documentos de salvaguardas também estão disponíveis na UGP e nos escritórios da UPS (Unidade de Projeto Socioambiental) e podem ser revisados mediante solicitação. Os PRIs também foram distribuídos no Gabinete da Defensoria Pública.

65. Antes de disponibilizar os documentos de salvaguardas para consultas públicas, o Banco aprova os respectivos documentos para consulta e as minutas são disponibilizadas para consulta das pessoas afetadas pelo Projeto e outras partes interessadas, tais como a Defensoria Pública, por um período mínimo de 15 dias. Essa abordagem foi adotada para todos os documentos de salvaguardas do Projeto, incluindo o RPF, o RAAS (Relatório de Avaliação Ambiental e Social), o Estudo Antropológico e, mais recentemente, os PRIs revisados.

66. *A Gerência também ofereceu suporte ao Mutuário para melhorar a comunicação e a divulgação de informações a fim de facilitar a compreensão do Projeto, das suas medidas e documentos de salvaguardas (incluindo o processo de reassentamento).* Uma das principais ações foi o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação, que está agora em vigor e em fase de implementação, com o suporte de uma empresa especializada. Os pontos de informações instalados nos canteiros de obras foram fechados temporariamente por medida de segurança em razão da COVID-19, mas os mecanismos alternativos de informação virtual continuam disponíveis. Uma pesquisa realizada pelo Mutuário em 2019¹⁵ mostra que 83,2% dos moradores da Região Norte de Teresina têm ampla ciência do Projeto e dos seus objetivos, 88,3% concordaram que o Projeto melhorou as condições da região e 80,2% classificaram o Projeto como excelente ou bom.

B.2. Processo de Consulta Eficaz e Significativo

67. *A qualidade das consultas com as pessoas afetadas pelo Projeto e outras partes interessadas melhorou desde a Solicitação, e as consultas são agora conduzidas de maneira mais sistemática, significativa e eficaz.* Embora mais de 100 reuniões e consultas tenham sido realizadas ao longo da preparação e implementação do Projeto (audiências públicas, oficinas para a divulgação de informações, grupos de discussão com as pessoas afetadas pelo Projeto, etc.), em seguida da Solicitação, a Gerência acordou com o Mutuário, como parte do plano de ação na Resposta da Gerência, em aprimorar a qualidade das consultas; ampliar a compreensão do Projeto, do processo de reassentamento e dos instrumentos de salvaguardas para as pessoas afetadas e outras partes interessadas; além de aperfeiçoar os registros das consultas. Em dezembro de 2019, a equipe socioambiental do Mutuário recebeu treinamento sobre a realização de consultas mais significativas. Como resultado desses esforços para melhorar a qualidade das consultas, 492 pessoas participaram da consulta realizada em fevereiro de 2020 sobre os PRIs, e, com base em suas contribuições, duas alternativas de compensação foram identificadas e incluídas nos PRIs revisados.

68. O Censo e a aplicação sistemática do Formulário de Validação de Informações das Famílias durante a implementação do PRI ofereceram novas oportunidades de consulta às pessoas afetadas pelo Projeto durante o processo de reassentamento. Ambos incluem questões relacionadas a preferência, bem como necessidades especiais.

B.3. Consultas durante o Processo de Revisão do PRI

69. Muitas reuniões de consulta (vide Anexo 2) foram realizadas para ouvir as pessoas afetadas pelo Projeto e outras partes interessadas a respeito do processo de reassentamento e promover outras

¹⁵ Pesquisa de Opinião, Teresina (PI), 14/09 a 01/10 de 2019. Amostragem, Opinião e Mercado. Instituto Piauiense de Opinião Pública.

melhorias nos PRIs.

70. As recentes melhorias das consultas foram comprovadas durante o maior evento de consulta realizado em 19 de fevereiro de 2020, que incluiu 85% de todas as pessoas afetadas pelo Projeto nas áreas dos PRIs 2, 3 e 4. O evento foi amplamente divulgado com bastante antecedência e era aberto a todos. O evento foi organizado e estruturado de modo a encorajar a participação e a interação entre as pessoas afetadas e a equipe do Projeto, e para responder perguntas, contando, inclusive, com um posto dedicado exclusivamente para ouvir as preocupações dessas pessoas. As avaliações mostraram que 76% dos participantes classificaram o evento como positivo.

71. Devido à COVID-19, as consultas públicas foram interrompidas, mas devem ser retomadas em breve, respeitando o distanciamento social. A equipe da UGP está preparando uma visita virtual pelas unidades disponíveis no Parque Brasil que ficará disponível em sua página na Internet, incluindo informações sobre o cronograma para ocupação das unidades.

B.4. Participação no Planejamento do Reassentamento

72. *Na visão da Gerência, as pessoas afetadas pelo Projeto tiveram muitas oportunidades de participar do planejamento do reassentamento.* O Projeto realizou diversas reuniões durante o estágio de preparação, inclusive durante os estudos em 2012 e 2014, e audiências públicas para apresentar a minuta do RAAS e do RPF. Esses eventos (detalhes no Anexo 2) reuniram mais de 900 pessoas no total, incluindo pessoas afetadas pelo Projeto e outras partes interessadas relevantes.

73. A Gerência observa que o Projeto levou em consideração as consultas e participações públicas ao longo do processo de reassentamento, desde consultas públicas mais amplas e consultas direcionadas a um grupo específico e finalmente reuniões individuais com pessoas afetadas pelo Projeto para promover o suporte adequado ao planejamento e à implementação do reassentamento.

74. Rodadas de reuniões específicas reuniram grupos de 30 pessoas por evento, permitindo uma abordagem mais adequada e a participação mais eficaz. Nessas reuniões, foram novamente apresentadas as opções de compensação e a justificativa para o reassentamento (definidas nos RPF e nos PRIs).

75. As pessoas afetadas pelo Projeto são convidadas para reuniões individuais, onde discutem e negociam a melhor opção de compensação para cada caso específico. Elas podem ir acompanhadas de uma pessoa em quem confiam, um advogado ou o Defensor Público para assessorá-los.

76. Durante a recente revisão dos PRIs, grupos focais também foram convocados (i) para oferecer assistência específica a famílias recém-cadastradas após a definição da data de corte de 14 de outubro de 2019; e (ii) para discutir alternativas de compensação com grupos sociais com demandas coletivas relacionadas à restauração dos meios de vida (tais como vazanteiros, oleiros e outros artesãos).

C. C. Mecanismo de Reparação de Queixas

77. *A Gerência reconhece que o GRM do Projeto necessita de mais melhorias.* Desde o recebimento da Solicitação, a Gerência tem se esforçado para oferecer suporte contínuo e prático ao Mutuário, visando ampliar a eficácia do GRM. A Gerência continuará oferecendo esse tipo de suporte ao Mutuário com base na experiência adquirida com a implementação e a boa prática disponível.

78. Após o recente suporte da Gerência ao Mutuário, o GRM aprimorado oferece vários canais para registrar queixas e expressar dúvidas, tais como o aplicativo para telefone celular COLAB (que continua disponível e operante durante a COVID-19), o grupo de assistentes sociais do Mutuário, a Ouvidoria

municipal, o Gabinete de Defensoria Pública, a equipe da UGP e o Comitê de Mobilização. As reclamações podem ser registradas pessoalmente, por telefone, por correio ou e-mail e através do aplicativo COLAB. As reclamações são centralizadas e um relatório é gerado regularmente. Os procedimentos e os prazos para resolvê-las são divulgados publicamente. As reclamações podem ser enviadas anonimamente de diversas formas. Os reclamantes também podem solicitar que as suas identidades sejam mantidas em sigilo ao registrarem uma reclamação através, por exemplo, da Ouvidoria, do Gabinete da Defensoria Pública ou dos funcionários da UPS. Os reclamantes são regularmente atualizados sobre a situação de suas solicitações e existe um processo independente para recursos.

79. A Gerência também deu suporte ao Mutuário para ampliar a disseminação de informações sobre como acessar o GRM, seus processos e cronogramas, em uma série de treinamentos e consultas. As informações sobre o GRM foram disseminadas em diversos meios no idioma local, inclusive na consulta realizada em fevereiro de 2020, na página do Projeto na Internet, em suas redes sociais (Facebook e Instagram) e em folhetos. Foi oferecido treinamento adicional sobre o aplicativo COLAB para as pessoas afetadas pelo Projeto e o Comitê de Mobilização na reunião de consulta realizada em fevereiro de 2020.

80. *A Gerência acredita que, como resultado dos trabalhos recentes, o Mutuário ampliou a conscientização e a compreensão sobre o GRM entre as pessoas afetadas pelo Projeto, o que foi comprovado também devido ao aumento de solicitações de informações e reclamações sobre o Projeto registradas e resolvidas* (desde outubro de 2019, foram feitas 21 reclamações, que foram resolvidas para a satisfação dos reclamantes, e 309 solicitações de informações, a maioria relacionada ao calendário de compensações e à abertura do Parque Brasil). No entanto, a Gerência reconhece os benefícios de ampliar a eficácia do GRM e irá realizar uma avaliação para identificar possíveis lacunas na sua aplicação, para atender às exigências da OP 4.12.

D. Análise de Alternativas do Nível de Mitigação de Enchentes

81. *A Gerência afirma que o projeto de proteção contra enchentes selecionado pelo Projeto é a solução mais adequada para o Lagoas do Norte. Na visão da Gerência, a análise de alternativas do Mutuário levou em consideração, de maneira adequada, as exigências das Políticas do Banco, incluindo a OP 4.01, a OP 4.04 e a OP 4.12. O nível máximo de água de 55m ANM na Lagoa dos Oleiros foi estipulado durante a preparação da Fase 1, com base em um estudo de modelagem hidráulica, contemplado no RAAS para a Fase 1, que analisou alternativas viáveis de projeto para o Projeto.* Durante a preparação da Fase 2 do Projeto em 2014, um estudo hidrológico foi encomendado para reavaliar o sistema global de macrodrenagem na Região do Lagoas do Norte, incluindo o regime operacional para o sistema de bombeamento da Lagoa dos Oleiros, construído na Fase 1 do Projeto. Este estudo, contemplado no RAAS da Fase 2, determinou o regime operacional mais apropriado, incluindo o nível máximo de água de 55 m durante alguns períodos do ano para a Lagoa dos Oleiros. A Gerência observa que as OP 4.01 e OP 4.12 exigem a consideração de alternativas factíveis e viáveis, respectivamente. *Definir um nível máximo de água para a Lagoa dos Oleiros de 54m não era factível, visto que reduziria consideravelmente a capacidade de armazenamento da Lagoa dos Oleiros, comprometeria os objetivos de reduzir de maneira significativa os riscos de enchentes e a restauração de ambientes naturais degradados, manteria o risco de novas invasões na área da lagoa, enfrentaria entraves legais e acarretaria custos de manutenção mais altos.*

82. Durante a preparação da Fase 1 do Projeto, um “Estudo de Modelagem Hidráulica do Sistema

de Drenagem para a Região do Programa Lagoas do Norte”¹⁶ avaliou, entre outras coisas, alternativas viáveis de projeto para determinar o nível máximo de água para a Lagoa dos Oleiros. O estudo constatou que a alternativa com um nível máximo de água de 56m ANM, embora mais eficiente do ponto de vista puramente da engenharia, resultaria na necessidade de reassentar 2.200 famílias do entorno do sistema de lagoas (não somente a Lagoa dos Oleiros). A alternativa do nível de água de 55m selecionada reduziu a necessidade de reassentamento involuntário para 1.300 famílias¹⁷ mas acarretou um aumento nos custos, devido à necessidade de ampliar a capacidade da estação de bombeamento. Essa alternativa levou à ampliação da capacidade instalada em 8 m³/s na estação de bombeamento, que foi somada à capacidade existente de 2 m³/s. Este estudo de 2005 foi contemplado no RAAS preparado para a Fase 1 do Projeto, que apresentou as justificativas para a escolha do nível máximo de água de 55m. Vale ressaltar que o RAAS para a Fase 1 também considerou um cenário “sem Projeto”, que teria deixado a população vulnerável aos riscos de inundações e o sistema de lagoas do Lagoas do Norte exposto à contínua degradação ambiental.

83. Em 2014, um estudo hidrológico¹⁸ preparado para a Fase 2 do Projeto reavaliou o sistema global de macrodrenagem na Região de Lagoas do Norte, incluindo o regime operacional para o sistema de bombeamento da Lagoa dos Oleiros construído na Fase 1 do Projeto. O estudo avaliou diversos cenários operacionais e de precipitação, avaliando os níveis máximos de inundação, considerando eventos de precipitação com período de retorno de 25 e 50 anos e diferentes regimes operacionais de bombeamento. Este estudo, que foi contemplado no RAAS para a Fase 2, determinou o regime operacional mais apropriado, incluindo o nível máximo de água de 55m durante alguns períodos do ano na Lagoa dos Oleiros.

84. ***A Gerência observa que as OP 4.01 e OP 4.12 exigem que sejam consideradas alternativas factíveis e viáveis, respectivamente, e existem diversas razões que indicam que o nível de água máximo de 54m para a Lagoa dos Oleiros não era factível e, portanto, não poderia ser considerado como uma alternativa.*** O nível máximo de água de 54m reduziria permanentemente mais da metade da área da Lagoa dos Oleiros, deixando comunidades mais suscetíveis a inundações e menos resilientes a eventos extremos ao reduzir o volume da área de armazenamento de água na lagoa, enfraquecendo um dos principais objetivos do Projeto. Ademais, manteria um risco considerável de novas invasões nas áreas passíveis de alagamento na lagoa.

¹⁶ Tucci, C.E.M.; Cruz, M.A. (2005). Estudo de Modelagem Hidráulica do Sistema de Drenagem para a Região do Programa Lagoas do Norte, Programa Lagoas do Norte, Prefeitura Municipal de Teresina.

¹⁷ O último relatório disponível na página do Projeto (30 de junho de 2020) estima que 1.346 propriedades e 1.562 famílias seriam afetadas pelo Projeto se todas as obras e PRIs originalmente planejados fossem implementados. Esses números incluem tanto as famílias parcialmente afetadas como as totalmente afetadas, bem como as pessoas afetadas pelo Projeto que entraram na área entre a conclusão da Pesquisa Socioeconômica (2014-15) e a data de corte de 14 de outubro de 2019 (identificadas na pesquisa socioeconômica realizada em 2019).

¹⁸ Controle de Inundação e Manutenção dos Níveis das Lagoas do Norte: Simulações Hidrológicas e Hidráulicas dos Cenários de Inundações (Tucci & Souza, 2014).

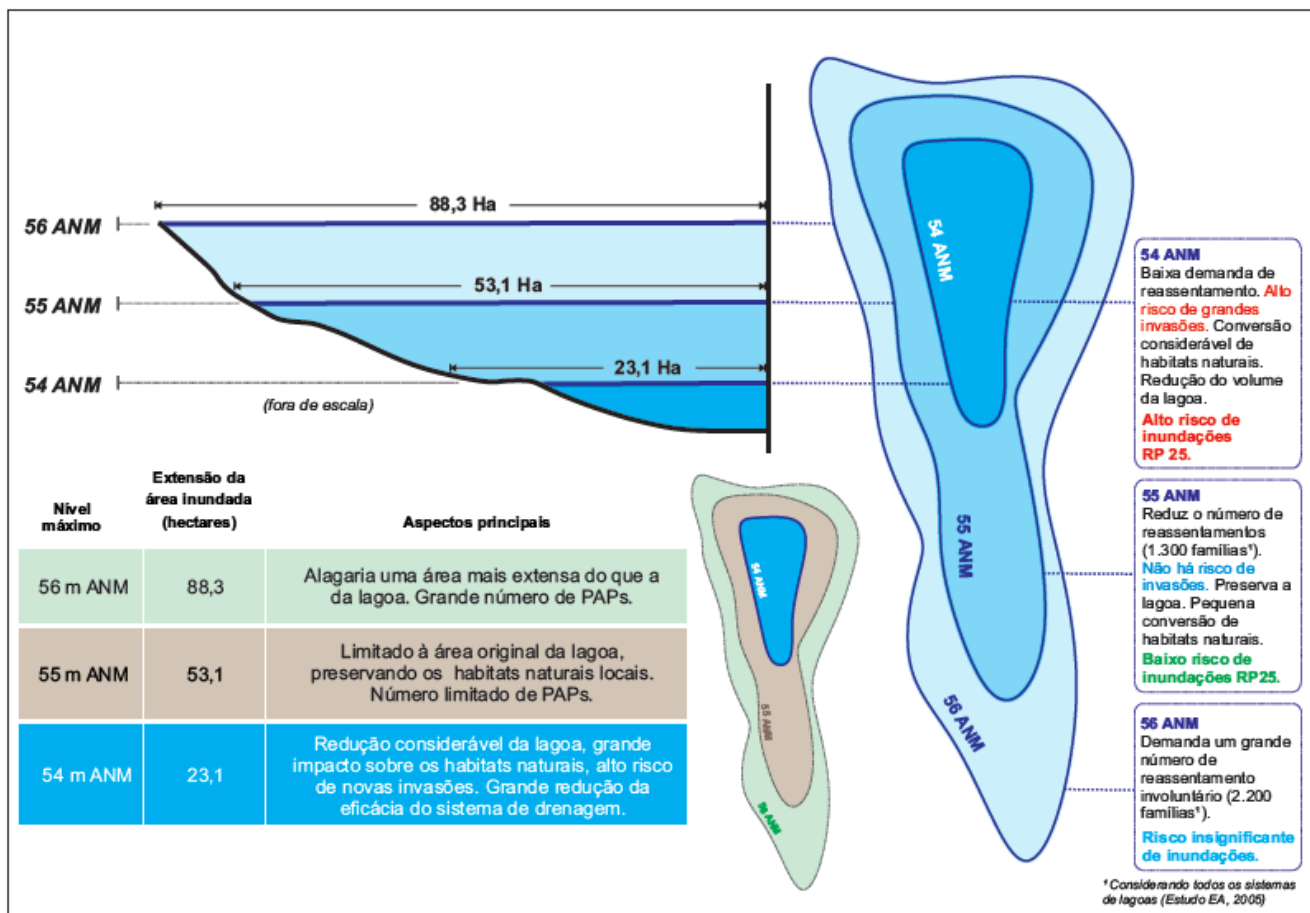


Figura 1: Cenários de Níveis da Água da Lagoa

85. Além disso, um nível de água de 54m não permitiria atingir os objetivos de proteção ambiental devido à ocupação contínua da zona alagadiça da planície de inundação. A proteção e restauração do habitat natural foi um objetivo definido no Projeto e parte da análise de alternativas exigidas nos termos da OP 4.01. O RAAS para a Fase 1 (2007) confirmou que, sem intervenção para aumentar o limite estabelecido para o nível da água, o habitat natural crítico da lagoa continuaria sendo consideravelmente convertido e degradado.¹⁹ Além disso, a OP 4.12, nota de rodapé 2, exige que a OP 4.04 sobre Habitats Naturais, entre outras, seja levada em consideração ao identificar opções de reassentamento. Portanto, um nível de água abaixo de 55m (ex.: 54m) provavelmente teria causado uma transformação considerável nos habitats naturais críticos devido aos níveis de água mais baixos e/ou condições de seca, invasões constantes, e impactos causados pelo uso da área, acarretando um impacto negativo na prevenção de enchentes, conforme mostra a Figura 1 acima.

86. As margens da lagoa são consideradas APPs, que são um tipo de área de proteção permanente nos termos do Código Florestal Brasileiro, e não devem ser ocupadas. O Relatório de Investigação (parágrafo 76), no entanto, alega que uma resolução emitida pelo CONAMA em 2006 permitiu a flexibilização da ocupação de APPs em áreas urbanas. A Gerência entende que, embora essa resolução realmente ofereça essa possibilidade, em caráter excepcional e sujeita a diversas exigências, **esta não permite tal ocupação caso contribua para um aumento dos riscos de enchentes, o que seria o caso**

¹⁹ Avaliação ambiental do programa de melhoria da qualidade ambiental de Teresina - Programa Lagoas do Norte, RAAS, E1618 vol 2. Pág 73, Março 2007.

aqui. Consequentemente, manter pessoas morando em áreas sujeitas à inundações também não teria sido legalmente factível.

87. ***O Painel também aponta que a análise de alternativas não considerou as técnicas informais de adaptação a enchentes em conjunto com um nível de água abaixo de 55m.*** Conforme declarado em parágrafos anteriores, a Gerência não considera a sugestão do Painel como alternativa *viável*, porque teria enfraquecido os objetivos do Projeto e mantido pessoas em situação de risco nas planícies de inundação. Esta alternativa também não teria mitigado o risco de novas invasões, reduziria a resiliência e a capacidade de armazenamento das águas de inundação, impediria, também, a restauração do habitat natural da zona alagadiça e ribeirinha da planície de inundação, enfrentaria entraves legais e acarretaria custos de manutenção mais altos.

88. ***Em suma, a Gerência afirma que a seleção de um nível máximo de água de 55m para a Lagoa dos Oleiros é o mais apropriado para a proteção contra enchentes.*** Essa escolha considerou inúmeros critérios, inclusive os impactos de reassentamento, riscos de enchentes, proteção ambiental, custos de bombeamento e manutenção do sistema a longo prazo. A Gerência, no entanto, reconhece a necessidade de informar a comunidade, e principalmente as pessoas afetadas pelo Projeto, em linguagem não-técnica e compreensível, sobre as razões que levaram à escolha de um nível máximo de água de 55m para a Lagoa dos Oleiros.

E. Supervisão

E.1. Frequência de Supervisão e Divulgação

89. ***A Gerência aprecia o achado do Painel sobre o fato de que a frequência das missões de supervisão é adequada e aumentou a partir de meados de 2018. A Gerência reconhece o achado do Painel de que a supervisão e divulgação do reassentamento no nível institucional precisavam ser aprimoradas antes da Solicitação e concorda com a avaliação do Painel sobre o progresso considerável dessas duas áreas ao longo dos últimos meses.***

90. Conforme observado pelo Painel, durante o período de fevereiro de 2016 a agosto de 2019, acontecia uma missão regular por semestre; e de meados de 2017 a agosto de 2019, além das missões de supervisão, foram realizadas nove missões especializadas em apoio à implementação, seis das quais para tratar os impactos sociais, incluindo temas ligados ao reassentamento. Este nível de supervisão mais alto do que o normal teve por objetivo inspecionar as atividades de reassentamento. Devido aos atrasos na implementação do Projeto, desde março de 2020, o Banco começou a realizar reuniões mensais por videoconferência para monitorar os progressos.

91. A Gerência concorda que, desde setembro de 2019, os temas relacionados a salvaguardas receberam mais atenção durante a implementação e a equipe do Banco recebeu reforços especializados na área social. A revisão contou com a mobilização adicional de especialistas na área social para preencher as lacunas identificadas nos PRIs originais. A Gerência também observa que a equipe do Banco definiu e reforçou a abordagem de supervisão e monitoramento e está oferecendo suporte ao Mutuário visando aprimorar a implementação do Projeto.

92. Em resposta à pandemia da COVID-19, a UGP está adaptando a entrega de serviços e revisando a retomada das obras civis de acordo com as orientações locais e estaduais. A UGP retomou as atividades presenciais no escritório em meados de julho de 2020, incluindo o atendimento aos beneficiários do Projeto, mediante agendamento prévio. Durante a recente missão virtual realizada em junho de 2020, uma revisão geral do calendário de implementação apresentou detalhadamente os desafios para concluir

as obras programadas do Componente 2 dentro do cronograma atual. No entanto, o Mutuário continua comprometido com a implementação do Projeto e a encontrar maneiras inovadoras de continuar, apesar dos desafios impostos pela pandemia.

E.2. Monitoramento e Avaliação da Implementação do Reassentamento

93. *A Gerência reconhece que o Projeto levou mais tempo do que o esperado para definir um suporte adequado de monitoramento. No entanto, a Gerência entende que atualmente está em vigor o suporte adequado para o reassentamento, permitindo que o Mutuário prepare e implemente os documentos de salvaguardas segundo as exigências da Política do Banco.*

94. O Mutuário mantinha um bom histórico de acompanhamento da implementação do reassentamento durante a Fase 1 do Projeto. A avaliação *ex post* do reassentamento na Fase 1, realizada pelo Mutuário, revelou um nível geral de satisfação de 94% das famílias reassentadas. Além disso, a Prefeitura de Teresina foi selecionada para participar de uma competição da ONU-Habitat devido ao modo exemplar como conduziu o reassentamento na Fase 1 do Projeto.

95. Apesar disso, o Banco adotou medidas na Fase 2 do Projeto para auxiliar e facilitar o monitoramento e a avaliação adequados da implementação do reassentamento, que incluíram, entre outras: (i) reestruturação e fortalecimento da UGP e da equipe social do Mutuário no campo; (ii) monitoramento das pessoas afetadas suscetíveis a riscos de enchentes; (iv) aumento da fiscalização por parte da Gerência a partir de novembro de 2018.

96. Apesar desses esforços, a equipe social da UGP e suas habilidades precisaram de novos reforços no início de 2019. A UGP inclui a UPS, que conta agora com nove especialistas nas áreas social e ambiental, dois advogados, três engenheiros e um especialista em comunicação apoiada por uma empresa de Comunicação externa. Desde agosto de 2019, a UGP vem recebendo suporte adicional de uma empresa especializada em Supervisão, que é responsável pela supervisão de obras de infraestrutura e pelo monitoramento e avaliação do reassentamento. Ademais, desde março de 2020, a UGP conta com o apoio de uma empresa de Gerenciamento para a administração, monitoramento, avaliação, e relato dos progressos do Projeto, incluindo, entre outros, aspectos sociais e ambientais, assim como de comunicação, documentação e disseminação.

97. A equipe chave do Banco que supervisiona o Projeto atualmente inclui dois especialistas na área social, sediados no Brasil, e recebe apoio sob demanda de três especialistas na área social/legal sediados em Washington, DC. A equipe do Banco é orientada e fiscalizada por três gerentes, que também estão sediados em Washington, DC.

98. A Gerência entende que os mecanismos de monitoramento atuais são adequados para o tamanho, riscos e complexidade do Projeto, e, como tal, não concorda que um painel independente consultivo de especialistas em reassentamento, internacionalmente reconhecidos (Painel Consultivo) deveria ter sido envolvido. Os projetos que recorreram a um Painel Consultivo envolviam infraestruturas muito mais complexas (principalmente barragens) e temas controversos ou polêmicos e de alto risco que ativam quase todas as políticas de salvaguardas, e envolvem grande número de pessoas vulneráveis e comunidades indígenas.

99. A Gerência considera que os processos, equipe e instituições brasileiros são compatíveis com o status de país de renda média-alta e são suficientes para permitir que o Mutuário assuma as responsabilidades sobre a implementação, com o apoio de consultores locais, conforme a necessidade. A Gerência entende que, neste caso, a OP 4.12 não exigia o envolvimento de um Painel Consultivo.

V. PLANO DE AÇÃO DA GERÊNCIA EM RESPOSTA AOS ACHADOS

100. Em 8 de agosto de 2020, a Gerência do Banco convidou os indivíduos identificados na Solicitação para participarem de consultas virtuais²⁰ sobre o MAP proposto, no horário, data e plataforma de conferência virtual de sua preferência. O mesmo convite foi compartilhado com o Painel para que fossem encaminhados aos Solicitantes conhecidos somente pelo Painel.

101. No período de 10-26 de agosto de 2020, a equipe do Banco entrou em contato com os convidados e agendou duas consultas com os Solicitantes para setembro, visto que as duas comunidades, Mafrense e São Joaquim, deram preferência a reuniões separadas.

102. A Gerência acordou e agendou outras reuniões com os Solicitantes de modo a promover a ampla discussão do MAP com tempo suficiente para darem as suas contribuições para as ações propostas. Entretanto, as duas comunidades deram suas contribuições na primeira reunião e declinaram o convite para outras reuniões. O Banco informou um endereço de e-mail aos participantes para fornecerem possíveis novas contribuições.

103. ***No total, 13 participantes compareceram à reunião com a comunidade Mafrense em 3 de setembro de 2020.*** Havia oito membros da comunidade e cinco representantes institucionais, que participaram a pedido das comunidades (Ministério Público Estadual (MPE- PI), Ministério Público da União (MPU), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública Estadual (DPE), Universidade Federal do Piauí)).

104. ***Um total de 26 participantes compareceram à reunião com a comunidade São Joaquim em 6 de setembro de 2020.*** Havia 20 membros da comunidade e seis representantes institucionais, que participaram a pedido das comunidades (MPE-PI, MPU, DPU, DPE, Universidade Federal do Piauí, e a ONG Centro de Defesa Ferreira de Sousa).

105. O Banco não impôs limite ao número de participantes. As comunidades limitaram os seus grupos a 20 participantes. A equipe do Banco contou com um moderador, que abriu a reunião com uma breve apresentação do histórico e das propostas de ações para tratar os achados do Painel. Em seguida, todos os membros da comunidade tiveram a oportunidade de falar durante várias rodadas de perguntas e respostas.

106. ***Contribuições da Comunidade.*** As duas comunidades continuaram expressando pontos de vista semelhantes àqueles contidos na Solicitação original para Inspeção, tais como um pedido de interrupção de todas as atividades do Projeto para revisar o processo de planejamento e as alternativas, permitindo, ainda, que os moradores permanecessem no local. Alguns pediram o consentimento para continuar morando em terras públicas. A comunidade de São Joaquim também demonstrou insatisfação com o processo do Painel em geral, e principalmente com a falta de reconhecimento da comunidade de São Joaquim como uma “comunidade tradicional.”

107. ***Existem diversas recomendações específicas por parte das comunidades que também podem ser acomodadas no MAP,*** tais como o aprimoramento do GRM; a incorporação do apoio a comunidades afro-brasileiras na implementação do PRI; o aprimoramento da estratégia de comunicação do Projeto, ***bem como atividades já incluídas na elaboração do Projeto,*** tais como a consulta de alternativas para

²⁰ “Consultas Públicas e Envolvimento de Partes Interessadas nas operações que contam com o apoio do Banco Mundial quando há entraves na realização de reuniões públicas”, 20 de março de 2020.

a restauração do dique e a avaliação e o inventário de práticas culturais na área.

108. ***Houve também várias sugestões e solicitações que não estavam relacionadas aos achados do Painei, bem como outras que não tinham relação com o Projeto como um todo,*** tais como pedir para o Banco suspender unilateralmente o Projeto, cessar as atividades de reassentamento, regularizar a posse de terras públicas, oferecer aos afro-brasileiros (Quilombolas) o mesmo tratamento desfrutado pelos Povos Indígenas nos termos das Políticas do Banco, e proibir e suspender as atividades de extração de areia no leito do rio Parnaíba.

Implicações relacionadas à COVID-19

109. A Gerência observa que, dependendo do rumo da pandemia da COVID-19 na área do Projeto, atrasos na implementação não podem ser descartados, e isso poderia impactar os cronogramas para a implementação das ações apresentadas no MAP. Como as medidas de saúde pública e outros assuntos relacionados à COVID-19 continuam afetando a supervisão e implementação do Projeto, o Mutuário e o Banco estão dependendo de informações e monitoramento, supervisão e alcance virtuais mais frequentes.

V. PLANO DE AÇÃO DA GERÊNCIA

Tabela 1 – Ações por parte do Mutuário

No.	Achado	Ação
1	<p>Lagoas do Norte: Mitigação das Inundações em Áreas Urbanas Internas</p> <p><i>A análise de alternativas para definir o nível da água é inadequada e não está em conformidade com a Política do Banco sobre Avaliação Ambiental, OP 4.01, parágrafos 2 e 8 (a), e a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (a).</i></p>	<p>(i) O Mutuário concordou em implementar uma campanha informativa em linguagem compreensível para os moradores do entorno da Lagoa dos Oleiros para comunicar e ampliar a conscientização sobre: (i) a importância do sistema de drenagem do Lagoas do Norte na redução das inundações da região como um todo; (ii) a necessidade de manter o nível da água da Lagoa dos Oleiros a 55m ANM, conforme os resultados do Estudo de Modelagem Hidráulica do Sistema de Drenagem para evitar alagamentos nas áreas ribeirinhas; e (iii) o regime operacional de bombeamento operado pela Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro Norte.</p> <p><i>Cronograma: Processar a alteração no contrato com a empresa de Comunicação até 15 de dezembro de 2020.</i></p> <p>(ii) O Mutuário dará início à campanha informativa.</p> <p><i>Cronograma: Até janeiro de 2021 e continuamente até o fim do Projeto com frequência semestral</i></p>
2	<p>Adequação da Compensação</p> <p><i>Devido ao recente aumento da inflação imobiliária, o valor estipulado de R\$ 77.000 para o reassentamento monitorado, embora fosse adequado inicialmente, não reflete o valor total de reposição desde 2018. Esta situação não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 6 (a) (iii).</i></p>	<p>Vide Tabela 2, Item 2, para Ações do Banco</p>
3.	<p><i>O Projeto não estava em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, por deslocar pessoas e demolir casas antes de pagar a indenização ou disponibilizar novo local para o reassentamento. No entanto, mediante as garantias da Gerência na sua Resposta de que o deslocamento irá ocorrer após o pagamento da</i></p>	<p>O Mutuário concordou em fornecer ao Banco os comprovantes de pagamento de indenizações aos proprietários elegíveis de estruturas demolidas, conforme as Políticas do Banco.</p> <p><i>Cronograma: Até 30 de junho de 2021</i></p>

	<p><i>indenização, e que os proprietários elegíveis de estruturas demolidas serão indenizados de acordo com a Política do Banco, o Painel entende que agora o Projeto está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 10.</i></p>	
4.	<p>Identificação de PAPs, Censo, e Dados Socioeconômicos <i>A falta de dados socioeconômicos abrangentes referentes aos sistemas de produção, trabalho, composição familiar e dados relacionados aos meios de vida não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, Anexo A, parágrafo 6 (a)</i></p>	<p>(i) O Mutuário concordou em implementar quaisquer medidas para acompanhar (1) a Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento e (2) os Relatórios de Conclusão dos PRIs, que são recomendados pelo Banco, conforme as exigências dos PRIs e da OP 4.12.</p> <p><i>(1) Cronograma: Conclusão da Pesquisa até 1 de fevereiro de 2021; envio do Relatório da Pesquisa até 15 de março de 2021</i></p> <p><i>(2) Duas semanas após a emissão das recomendações do Banco sobre os Relatórios de Conclusão do PRI, o Mutuário e o Banco deverão definir um cronograma para implementar as recomendações do Banco com vistas a conformidade com a OP 4.12</i></p>
5.	<p>Vulnerabilidades e Ruptura das Redes Sociais <i>Há risco de dano a algumas PAPs considerando que o Projeto não dedicou atenção especial à prestação de assistência ao reassentamento de pessoas vulneráveis. Esta situação não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 8.</i></p>	<p>i) Para os reassentamentos realizados a partir de e após 1 de outubro de 2020, o Mutuário concordou em criar um registro com as informações referentes a assistência oferecida às famílias afetadas pelo Projeto que se encontram em situação de vulnerabilidade e passará a incluir esses dados nos Relatórios de Projeto semestrais (Relatórios de Progresso) encaminhados ao Banco.</p> <p><i>Cronograma: A partir do Relatório encaminhado ao Banco com as informações referentes ao segundo semestre de 2020, previsto para 1 de março de 2021, e continuamente até o encerramento do Projeto.</i></p> <p>(ii) O Mutuário concordou em revisar o plano de assistência social preparado para o Parque Brasil a fim de incluir todas as famílias em situação de vulnerabilidade afetadas pelo Projeto que optaram pelo Reassentamento Monitorado, ou pela indenização em dinheiro após 1 de outubro de 2020. O plano de assistência social revisado irá incluir a promoção da organização comunitária, atividades para promover a geração de renda através da requalificação profissional e treinamento vocacional, e educação ambiental voltada para as pessoas vulneráveis reassentadas pelo Projeto.</p> <p><i>Cronograma: Até 15 de dezembro de 2020</i></p>

		(iii) Item 4 (i) acima.
6.	<p>Restabelecimento dos Meios de Vida para Evitar o Empobrecimento</p> <p><i>A Gerência não assegurou a criação de programas para auxiliar as PAPs a melhorar – ou no mínimo restabelecer – os seus meios de subsistência e padrões de vida e, portanto, não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (b)</i></p>	<p>i) O Mutuário concordou em criar um registro das informações sobre toda a assistência prestada às pessoas afetadas pelo Projeto na restauração de seus meios de vida após 1 de outubro de 2020 e começará a incluir esses dados nos Relatórios de Projeto semestrais encaminhados ao Banco.</p> <p><i>Cronograma: A partir do Relatório encaminhado ao Banco com as informações referentes ao segundo semestre de 2020, previsto para 1 de março de 2021, e continuamente até o encerramento do Projeto</i></p> <p>(ii) Item 4 (i) acima.</p>
7.	<p><i>As pessoas reassentadas não receberam a devida assistência durante o período de transição após o deslocamento, com base no tempo necessário para restabelecer os seus meios de subsistência e padrões de vida. Esta situação não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 6 (c) (i).</i></p>	<p>(i) O Mutuário concordou em criar um registro de toda a assistência de transição a ser oferecida às famílias afetadas pelo Projeto após 1 de outubro de 2020 e passará a incluir esses dados nos Relatórios de Progresso semestrais encaminhados ao Banco.</p> <p><i>Cronograma: A partir do Relatório encaminhado ao Banco com as informações referentes ao segundo semestre de 2020, previsto para 1 de março de 2021, e continuamente até o encerramento do Projeto.</i></p> <p>(ii) Item 4 (i) acima</p>
8.	<p>Mecanismo de Reparação de Queixas</p> <p><i>A falta de informações sobre os processos e cronogramas do GRM, a falta de clareza quanto aos papéis e às responsabilidades de seus diversos atores, a inadequação do treinamento e da capacidade do Comitê de Mobilização, e a falta de acesso ao COLAB por grande parte da comunidade afetada, constituem situação de não conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 13 (a).</i></p>	<p>(i) O Mutuário irá adotar a recomendação da avaliação a ser realizada pelo Banco (vide Tabela 2, Item 8, para Ações do Banco).</p> <p><i>Cronograma: Até 31 de março de 2021</i></p> <p>(ii) O Mutuário concordou em oferecer novos treinamentos sobre tratamento de queixas para a equipe da UPS, a empresa de Supervisão e as empreiteiras.</p> <p><i>Cronograma: Até 30 de abril de 2021</i></p> <p>(ii) O Mutuário concordou em continuar disseminando informações sobre o GRM no <i>website</i> do Projeto e nas páginas do Facebook e Instagram, sujeito a restrições locais impostas pelas leis eleitorais. O Mutuário também concordou em distribuir folhetos para as famílias afetadas pelo Projeto quando as restrições relacionadas à pandemia forem suspensas, após notificação da não objeção por parte do Banco para a criação dos folhetos.</p> <p><i>Cronograma: A partir de janeiro de 2021 e continuamente a cada semestre até o encerramento do Projeto</i></p>

9.	<p>Supervisão</p> <p><i>A supervisão da Gerência antes da apresentação da Solicitação foi insuficiente para identificar questões e desafios fundamentais relacionados ao reassentamento e, portanto, não ofereceu o apoio adequado à implementação do Projeto. O Painel constata que tal prática não está em conformidade com a Política do Banco sobre Financiamento de Projetos de Investimento, OP 10.00, parágrafo 19.</i></p> <p><i>A supervisão realizada pela Gerência após a apresentação da Solicitação está em conformidade com a Diretiva do Banco relativa ao Financiamento de Projetos, parágrafo 43.</i></p>	Vide Tabela 2, Item 9, para Ações do Banco
10.	<p><i>A Gerência não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 24, por deixar de assegurar o monitoramento e a avaliação adequados da implementação do reassentamento</i></p>	Vide Tabela 2, Item 10, para Ações do Banco

Tabela 2 – Ações do Banco

Tabela 2 – Ações por parte do Banco Mundial

No.	Achado	Ação
1.	<p>Lagoas do Norte: Mitigação das Inundações em Áreas Urbanas Internas</p> <p><i>Análise de alternativas para comprovar que o nível de água permanente é inadequado e não está em conformidade com a Política do Banco sobre Avaliação Ambiental, OP 4.01, parágrafos 2 e 8 (a), com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (a)</i></p>	<p>O Banco irá revisar e fazer recomendações sobre a campanha informativa através do compartilhamento de conhecimento e boas práticas.</p> <p><i>Cronograma: Até janeiro de 2021</i></p>
2.	<p>Adequação da Compensação</p> <p><i>Devido ao recente aumento na inflação imobiliária, o valor estipulado de R\$ 77.000 para o reassentamento monitorado, embora fosse adequado inicialmente, não reflete o valor total de reposição desde 2018. Esta situação não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 6 (a) (iii).</i></p>	<p>O Banco irá realizar um estudo do mercado imobiliário para identificar a disponibilidade de casas na área com valores abaixo do teto de R\$ 77.000, ou seja, o valor médio das habitações sociais na região. Os achados do estudo servirão de base para a avaliação do Banco sobre a viabilidade das opções de reassentamento oferecidas às pessoas afetadas pelo Projeto conforme a OP 4.12, e a necessidade de atualizar o teto estabelecido para o Reassentamento Monitorado.</p> <p><i>Cronograma: Até 31 de janeiro de 2021</i></p>
3.	<p>O Projeto não estava em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, por deslocar pessoas e demolir casas antes de pagar a indenização ou disponibilizar novo local para o reassentamento. No entanto, mediante as garantias da Gerência na sua Resposta de que o deslocamento irá ocorrer após o pagamento da indenização, e que os proprietários elegíveis de estruturas demolidas serão indenizados de acordo com a Política do Banco, o Painel entende que agora o Projeto está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 10</p>	<p>O Banco irá revisar os comprovantes de pagamentos das indenizações para os proprietários elegíveis das estruturas demolidas, conforme as Políticas do Banco.</p> <p><i>Cronograma: Até 31 de julho de 2021</i></p>
4.	<p>Identificação de PAPs, Censo, e Dados Socioeconômicos</p>	<p>(i) O Banco irá revisar os achados da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento realizada com</p>

	<p><i>A falta de dados socioeconômicos abrangentes referentes aos sistemas de produção, trabalho, composição familiar e dados relacionados aos meios de vida não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, Anexo A, parágrafo 6 (a).</i></p>	<p>famílias que foram reassentadas antes de 30 de junho de 2020 e fará recomendações ao Mutuário sobre novas medidas de assistência que podem ser necessárias para cumprir os objetivos da OP 4.12 e ajudar as pessoas afetadas pelo Projeto em seus esforços para melhorar seus meios de subsistência e padrões de vida, ou ao menos restaurá-los aos níveis anteriores ao reassentamento (conforme previsto nos PRIs e no plano revisado de assistência social do Parque Brasil).</p> <p><i>Cronograma: Após a conclusão da Pesquisa Pós-Reassentamento, até no máximo 31 de março de 2021</i></p> <p>(ii) Após a conclusão de cada PRI e de seu Relatório de Conclusão a ser preparado pelo Mutuário, o Banco revisará os achados do Relatório, inclusive os dados sobre os níveis de produção e renda derivada de atividades formais e informais, e as informações sobre os padrões de vida da população deslocada e deve recomendar ao Mutuário sobre a necessidade de novas medidas para atender as exigências da OP 4.12.</p> <p><i>Cronograma: Quatro semanas após o envio do Relatório ao Banco, o Banco irá recomendar ao Mutuário sobre possíveis medidas de assistência adicionais antes de declarar a sua não objeção à conclusão desse Relatório</i></p>
<p>5.</p>	<p>Vulnerabilidades e Ruptura das Redes Sociais</p> <p><i>Há risco de dano a algumas PAPs considerando que o Projeto não dedicou atenção especial à assistência ao reassentamento de pessoas vulneráveis. Esta situação não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 8</i></p>	<p>(i) O Banco irá revisar o plano de assistência social do Mutuário e apresentará as suas observações.</p> <p><i>Cronograma: Até 31 de janeiro de 2021</i></p> <p>(ii) Vide Itens 4 (i) e (ii) acima</p>
<p>6.</p>	<p>Restabelecimento dos Meios de Vida para Evitar o Empobrecimento</p> <p><i>A Gerência não assegurou a criação de programas para auxiliar as PAPs a melhorar – ou no mínimo restabelecer – os seus meios de subsistência e padrões de vida e, portanto, não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (b)</i></p>	<p>(i) Vide Itens 4 (i) e (ii).</p>
<p>7.</p>	<p><i>As pessoas reassentadas não</i></p>	<p>(i) O Banco irá revisar o registro de toda a assistência de</p>

	<p><i>receberam a devida assistência no período de transição após o deslocamento, com base no tempo necessário para restabelecer os seus meios de subsistência e padrões de vida. Esta situação não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 6 (c) (i).</i></p>	<p>transição oferecida às famílias afetadas pelo Projeto, conforme o Relatório de Progresso semestral do Mutuário</p> <p>(ii) <i>Cronograma: A partir do Relatório encaminhado ao Banco com as informações referentes ao segundo semestre de 2020 – comentários até 22 de março de 2021 – e três semanas após o envio dos Relatórios subsequentes até o encerramento do Projeto</i></p>
8.	<p>Mecanismo de Reparação de Queixas</p> <p><i>A falta de informações sobre os processos e os cronogramas do GRM, a falta de clareza quanto aos papéis e as responsabilidades de seus diversos atores, a inadequação do treinamento e da capacidade do Comitê de Mobilização e a falta de acesso ao COLAB por grande parte da comunidade afetada, constituem situação de não conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 13 (a)</i></p>	<p>O Banco irá conduzir uma avaliação do GRM para identificar as possíveis lacunas na sua aplicação, inclusive as queixas registradas pessoalmente, para atender as exigências da OP 4.12.</p> <p><i>Cronograma: Até 31 de janeiro de 2021</i></p>
9.	<p>Supervisão</p> <p><i>A supervisão da Gerência antes da apresentação da Solicitação foi insuficiente para identificar questões e desafios fundamentais relacionados ao reassentamento e, portanto, não ofereceu o apoio devido à implementação do Projeto. O Painel constata que tal prática não está em conformidade com a Política do Banco sobre Financiamento de Projetos de Investimento, OP 10.00, parágrafo 19.</i></p> <p><i>A supervisão realizada pela Gerência após a apresentação da Solicitação está em conformidade com a Diretiva do Banco relativa ao Financiamento de Projetos, parágrafo 43.</i></p>	<p>O Banco continuará adotando medidas apropriadas de supervisão.</p> <p><i>Cronograma: Até o encerramento do Projeto</i></p>
10.	<p><i>A Gerência não está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 24, por não assegurar o</i></p>	<p>(i) O Banco irá monitorar a UGP quanto à revisão dos contratos com as empresas de suporte externo, visando reforçar os trabalhos de monitoramento, avaliação e divulgação das informações sobre o reassentamento. O Banco irá discutir com o Mutuário todos os ajustes</p>

	<p><i>monitoramento e a avaliação adequados da implementação do reassentamento</i></p>	<p>necessários aos contratos para tratar essas questões. Isso inclui o apoio de um consultor em antropologia para prover recomendações especializadas na implementação de PRI que envolve o deslocamento de atividades ligadas à cultura afro-brasileira. O Banco irá trabalhar com a UGP para alterar os contratos com as empresas de suporte externo, se for necessário.</p> <p><i>Cronograma: Alterações contratuais assinadas até 30 de novembro de 2020</i></p> <p>(ii) O Banco irá monitorar o desenvolvimento e a implantação pela UGP de uma ferramenta de monitoramento que forneça relatórios atualizados sobre a implementação dos PRIs e a capacidade da UGP de registrar e incorporar as contribuições do beneficiário ao processo de reassentamento.</p> <p><i>Cronograma: Até 15 de dezembro de 2020</i></p> <p>(iii) O Banco irá trabalhar com a UGP para que o sistema aprimorado de monitoramento, avaliação e divulgação das informações continue funcionando satisfatoriamente.</p> <p><i>Cronograma: A cada seis meses até o encerramento do Projeto</i></p> <p>(iv) O Banco irá monitorar a publicação, pela UGP, de relatórios trimestrais sobre o reassentamento no formato acordado na página do Projeto na Internet.</p> <p><i>Cronograma: Trimestralmente até o encerramento do Projeto, a partir de dezembro de 2020</i></p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

VI. CONCLUSÃO

110. A Gerência acredita que as políticas e procedimentos do Banco foram aplicados apropriadamente para sustentar a declaração de missão do Banco no contexto do Projeto. A Gerência reconhece os achados do Painel e acredita que as ações propostas descritas no Plano de Ação da Gerência abordam esses achados.

Anexo 1
Achados, Comentários e Ações

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
1.	<p>Lagoas do Norte: Mitigação das Inundações em Áreas Urbanas Internas</p> <p><i>O Painel verifica que, embora a análise e o projeto das APPs para as Lagoas do Norte tenha buscado minimizar o reassentamento, não houve o mesmo esforço para determinar um nível permanente de água de 55 metros ANM na Lagoa dos Oleiros. Consequentemente, o Painel acredita que a análise de alternativas para definir o nível de água permanente é inadequada e está em desacordo com as Políticas do Banco sobre Avaliação Ambiental, OP 4.01, parágrafos 2 e 8 (a), e as Políticas do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (a).</i></p>	<p><i>A Gerência sustenta que o projeto de proteção contra enchentes selecionado pelo Projeto é a solução mais adequada para Lagoas do Norte. Na visão da Gerência, a análise de alternativas para o projeto de proteção contra enchentes que sustentou a decisão do Projeto em definir um nível de água permanente considerou de maneira apropriada as exigências das Políticas do Banco, inclusive as OP 4.01, OP 4.04 e OP 4.12. O nível máximo de água de 55m ANM na Lagoa dos Oleiros foi determinado durante a preparação da Fase 1 com base em um estudo de modelagem hidráulica contemplado no RAAS para a Fase 1, o qual analisou alternativas viáveis para o Projeto. Durante a preparação da Fase 2 do Projeto, em 2014, um estudo hidrológico foi encomendado para reavaliar o sistema global de macrodrenagem da Região do Lagoas do Norte, incluindo o regime operacional para o sistema de bombeamento da Lagoa dos Oleiros construído na Fase 1 do Projeto. Esse estudo, que foi contemplado no RAAS para a Fase 2, determinou o regime operacional mais apropriado, inclusive o nível máximo de água de 55m durante alguns períodos do ano para a Lagoa dos Oleiros.</i></p> <p><i>A Gerência observa que as OP 4.01 e OP 4.12 exigem a consideração de alternativas <u>factíveis</u> e <u>viáveis</u>, respectivamente. Definir um nível máximo de água para a Lagoa dos Oleiros de 54m não era factível, visto que reduziria consideravelmente a capacidade de armazenamento da Lagoa dos Oleiros, comprometeria os objetivos de reduzir de maneira significativa os riscos de enchentes e a restauração de ambientes naturais degradados, manteria o risco de novas invasões na área da lagoa, enfrentaria entraves legais e acarretaria custos de manutenção mais altos.</i></p> <p>Durante a preparação da Fase 1 do Projeto, o “Estudo de Modelagem Hidráulica do Sistema de Drenagem para a Região do Programa e Lagoas Norte” avaliou, entre outras coisas, alternativas viáveis para determinar um nível máximo de água para a Lagoa dos Oleiros. O estudo constatou que a alternativa com um nível máximo de água de 56m ANM, embora mais eficiente do ponto de vista puramente da engenharia, resultaria na necessidade de reassentar 2.200 famílias do entorno do sistema de lagoas (não somente a Lagoa dos Oleiros). A alternativa do nível de água de 55m selecionada reduziu a necessidade de reassentamento involuntário para 1.300 famílias¹ (menos 900 famílias afetadas, ou quase 60% de redução) mas aumentou os custos, devido à necessidade de aumentar a capacidade da estação de bombeamento. Essa alternativa levou à ampliação da capacidade em 8 m³/s na estação de que foi somada à capacidade existente de 2 m³/s.</p> <p>Este estudo de 2005 foi contemplado no RAAS preparado para a Fase 1 do Projeto, que apresentou as justificativas para a escolha do</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>nível máximo de água de 55m. Vale ressaltar que o RAAS para a Fase 1 também considerou um cenário “sem Projeto”, que teria deixado a população vulnerável aos riscos de inundações e o sistema de lagoas de Lagoas do Norte exposto à contínua degradação ambiental.</p> <p>Durante a preparação da Fase 2 do Projeto em 2014, um estudo hidrológico intitulado “Estudo de controle de inundações e manutenção dos níveis das lagoas do norte: simulações hidrológicas e hidráulicas dos cenários de inundações,” reavaliou o sistema global de macrodrenagem da Região do Lagoas do Norte, incluindo o regime operacional para o sistema de bombeamento da Lagoa dos Oleiros construído na Fase 1 do Projeto. O estudo avaliou diversos cenários operacionais e de precipitação, avaliando os níveis máximos de inundação, considerando eventos de precipitação com período de retorno de 25 e 50 anos, e diferentes regimes operacionais de bombeamento. Este estudo, que foi contemplado no RAAS para a Fase 2, determinou o regime operacional mais apropriado, incluindo o nível máximo de água de 55m durante alguns períodos do ano na Lagoa dos Oleiros.</p> <p><i>A Gerência observa que as OP 4.01 e OP 4.12 exigem a consideração de alternativas factíveis e viáveis e há diversas razões que indicam que o nível máximo da água de 54m para a Lagoa dos Oleiros não era factível e, portanto, não poderia ser adotado como alternativa.</i></p> <p>Um nível de água máximo de 54m diminuiria consideravelmente a capacidade de armazenamento da Lagoa dos Oleiros ao reduzir permanentemente mais da metade da área da lagoa - de 531.036 m² para 231.386 m².² Isso teria deixado as comunidades mais vulneráveis às inundações e menos resilientes aos eventos extremos ao reduzir o volume da área de armazenamento de água da lagoa, enfraquecendo um dos principais objetivos do Projeto. Ademais, manteria um risco considerável de novas invasões nas áreas passíveis de alagamento da lagoa.</p> <p><i>Além disso, um nível de água de 54m não permitiria atingir os objetivos de proteção ambiental devido à ocupação contínua da zona alagadiça da planície de inundação.</i> A proteção e restauração do ambiente natural foi um objetivo definido no Projeto e parte da análise de alternativas exigidas nos termos da OP 4.01. A RAAS para a Fase 1 (2007) confirmou que, sem intervenção para aumentar o limite do nível de água, o habitat natural crítico da lagoa continuaria sendo consideravelmente alterado e degradado.³ Ademais, a OP 4.12, em sua nota de rodapé 2, exige que a OP 4.04 sobre Habitats Naturais, entre outras, seja levada em consideração ao identificar opções de reassentamento. Portanto, um nível de água abaixo de 55m (ex.: 54m) provavelmente teria causado uma transformação considerável nos habitats naturais críticos devido aos níveis de água mais baixos e/ou condições de seca, invasões constantes, e impactos causados pelo uso da área, acarretando um impacto negativo na prevenção de enchentes, conforme mostra a</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>Figura 1 no texto principal.</p> <p>Conforme observado pelo Painel, as áreas das margens das lagoas são consideradas Áreas de Proteção Permanente, ou APP, nos termos do Código Florestal Brasileiro, e não deveriam ser ocupadas. O Relatório de Investigação (parágrafo 76), no entanto, alega que uma resolução emitida pelo CONAMA em 2006 permite a flexibilização da ocupação de APPs em áreas urbanas. A Gerência entende que, embora essa resolução realmente ofereça essa possibilidade, em caráter excepcional e sujeita a diversas exigências, ela não permite tal ocupação caso venha a contribuir para o aumento de riscos de enchentes, o que seria o caso aqui. Consequentemente, manter pessoas morando em áreas sujeitas à inundação também não é legalmente factível.</p> <p><i>O Painel também aponta que a análise de alternativas não considerou as técnicas informais de adaptação a enchentes em conjunto com um nível de água abaixo de 55m.</i> O Relatório do Painel conclui (Parágrafo 80) “<i>que projetos alternativos – com base nos níveis permanentes de água abaixo de 55 metros na Lagoa dos Oleiros combinados com técnicas informais de adaptação às inundações – não foram suficientemente considerados como opções que poderiam tanto mitigar os danos diretos das inundações quanto reduzir a necessidade de reassentamento (ver Mapa no anexo 2).</i>” Conforme declarado nos parágrafos anteriores, a Gerência não considera que a sugestão do Painel seja uma alternativa <i>viável</i> porque enfraqueceria os objetivos do Projeto e manteria pessoas em situações de risco de inundações. Essa alternativa também não mitigaria o risco de novas invasões, reduziria a resiliência e a capacidade de armazenamento de águas de cheias, impediria, ainda, a restauração da zona alagadiça da planície de inundação e do habitat natural ribeirinho, e teria enfrentado entraves legais e gerado custos mais altos de manutenção. Todos esses aspectos foram considerados em diferentes estudos preparados durante a Fase 1 (e mais detalhados na preparação da Fase 2) como parte do projeto e das tomadas de decisão do Projeto.</p> <p>A Gerência também observa que a qualificação da área do Projeto que inclui a Lagoa dos Oleiros como área de risco foi endossada por um estudo sobre riscos e desastres naturais preparado em 2012 e comprovada em 2019 pelo Serviço Geológico do Brasil, CPRM, que qualificou a região da Lagoa dos Oleiros como uma área propensa a riscos de inundações. A proposta do Painel de manter uma população vulnerável em uma área sujeita a riscos não é consistente com a legislação brasileira sobre prevenção de riscos, particularmente a Lei Federal no.12.340/10, que autoriza os governos federal, estadual e municipal a adotarem medidas visando a redução de desastres naturais, tais como inundações em áreas urbanas.</p> <p><i>Em suma, a Gerência sustenta que a seleção do nível máximo de</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p><i>água de 55m para a Lagoa dos Oleiros é a mais adequada para o projeto de proteção contra enchentes. Esta seleção considerou inúmeros critérios, incluindo os impactos de reassentamento, os riscos de enchentes, a proteção ambiental e os custos de bombeamento e manutenção do sistema a longo prazo. A Gerência, no entanto, reconhece a necessidade de informar a comunidade e principalmente as pessoas afetadas pelo Projeto, usando uma linguagem não-técnica e compreensível, sobre as razões que levaram a escolha do nível máximo de água de 55m para a Lagoa dos Oleiros.</i></p> <p>Ações - Mutuário:</p> <p>(i) O Mutuário concordou em implementar uma campanha informativa em linguagem compreensível para os moradores do entorno da Lagoa dos Oleiros para comunicar e ampliar a conscientização sobre: (i) a importância do sistema de drenagem do Lagoas do Norte na redução das inundações da região como um todo; (ii) a necessidade de manter o nível da água da Lagoa dos Oleiros a 55m ANM, conforme os resultados do Estudo de Modelagem Hidráulica do Sistema de Drenagem para evitar alagamentos nas áreas ribeirinhas; e (iii) o regime operacional de bombeamento operado pela Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro Norte.</p> <p><i>Cronograma: Processar a alteração no contrato com a empresa de Comunicação até 15 de dezembro de 2020</i></p> <p>(ii) O Mutuário dará início à campanha informativa.</p> <p><i>Cronograma: Até janeiro de 2021 e continuamente até o fim do Projeto com frequência semestral</i></p> <p>Ação - Banco:</p> <p>(i) O Banco irá revisar e fazer recomendações sobre a campanha informativa através do compartilhando de conhecimento e boas práticas.</p> <p><i>Cronograma: Até janeiro de 2021</i></p>
2.	<p>Considerações sobre a Segurança dos Diques</p> <p><i>Considerando que a análise de alternativas para o reforço do Dique Boa Esperança está em andamento, é prematuro concluir se foi respeitado o princípio de evitar ou minimizar reassentamento. Portanto, o Painel não inclui achados nesta etapa.</i></p>	<p><i>A Gerência constata as observações do Painel referentes ao tema de segurança dos diques</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
3.(a)	<p>Identificação de pessoas afetadas pelo Projeto, Dados Censitários e Socioeconômicos</p> <p>O Painel constata que, conforme disposto nas Políticas do Banco, a data de corte para determinar elegibilidade é a data de início do Censo. A data de corte também poderia ser a data da definição da área do Projeto, antes do Censo.</p> <p><i>Conforme registrado em sua Resposta, a Gerência reconhece que falhou em definir uma data de corte antes de determinar a elegibilidade das pessoas afetadas pelo Projeto, conforme exige a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12. Entretanto, visto que a Gerência definiu uma data de corte após receber a Solicitação para Inspeção, ficou atestada a conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 14.</i> O Painel observa que a nova data de corte deveria permitir que as pessoas que tiveram suas casas demolidas antes dessa data fossem beneficiadas pelas provisões do PRI.</p>	<p><i>A Gerência confirma que todas as 247 famílias que vieram para a área do Projeto entre a conclusão do Censo em 2014 e a data de corte de 14 de outubro de 2019 foram cadastradas e são elegíveis para compensação, conforme os PRIs pertinentes.</i></p> <p>A data de corte de 14 de outubro de 2019 possibilita que as pessoas elegíveis cujas casas ou estruturas foram demolidas antes dessa data sejam beneficiadas pelas provisões dos PRIs</p>
3.(b)	<p><i>Contudo, o Painel considera que a falta de dados socioeconômicos abrangentes referentes aos sistemas de produção, mão-de-obra, organização familiar e dados relacionados aos meios de vida não está em</i></p>	<p><i>Na visão da Gerência, os estudos socioeconômicos abrangentes conduzidos pelo Mutuário no início da preparação do Projeto estão de acordo com a OP 4.12, parágrafo 6(a). Esses estudos socioeconômicos são o Estudo Socioeconômico de Linha de Base e o censo socioeconômico (Censo), que foram conduzidos em 2012⁴ e 2014, respectivamente. Esses estudos incluem informações sobre sistemas de produção, mão-de-obra, organização familiar e dados sobre os meios de vida da população deslocada, conforme explicado nos próximos parágrafos. Esses dados foram incluídos</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
	<p>conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, Anexo A, parágrafo 6 (a). Os dados coletados deveriam incluir os níveis de produção e renda oriundos tanto de atividades econômicas formais quanto informais, e informações sobre os padrões de vida da população deslocada.</p>	<p>no RPF e PRIs posteriores.⁵ Estudos adicionais e coletas de dados foram - e continuam sendo – realizados durante a implementação do Projeto, tais como o Estudo Antropológico de 2018 ou o Formulário de Validação de Informações das Famílias (Anamnese), que é sistematicamente usado durante a implementação do PRI para cada pessoa afetada pelo Projeto a fim de validar e, sempre que necessário, atualizar os dados socioeconômicos coletados durante o Estudo Socioeconômico de Linha de Base e o Censo (inclusive níveis de produção e fontes de renda formais e informais), para que os dados socioeconômicos coletados permaneçam abrangentes e atualizados.</p> <p>Os dados obtidos por meio desses instrumentos servem de base para o planejamento do reassentamento do Projeto.</p> <p>O Estudo Socioeconômico de Linha de Base e o Censo foram conduzidos com o envolvimento das pessoas afetadas pelo Projeto. Os dados coletados e desagregados incluíram, entre outros aspectos, características detalhadas das famílias afetadas pelo Projeto, inclusive a sua composição e organização, produção, mão-de-obra e fontes de renda; acesso a infraestrutura e serviços públicos; e vulnerabilidade a enchentes, entre outros aspectos. Os achados desses estudos serviram de base para a preparação do RPF do Projeto em 2014 e os PRIs subsequentes e ajudaram a desenvolver uma série de opções de reassentamento e meios de vida.</p> <p>O Estudo Socioeconômico de Linha de Base (2012) coletou e analisou dados socioeconômicos, com base em amostras (413 famílias foram envolvidas na pesquisa), tais como informações sobre: (i) infraestrutura pública e ambiente físico dos bairros afetados; (ii) atributos físicos dos bens afetados - terra, estruturas construídas, número de cômodos, tipos de cômodos (banheiro, cozinha), padrões de construção, acesso à energia, água e esgoto, vulnerabilidade a enchentes; (iii) existência de hortas ou criação de animais (ex.: galinhas, porcos, etc.); (iv) composição e perfil das famílias afetadas na área pesquisada (número de habitantes, separados por gênero, idade e formação escolar, acesso a documento de identidade e tipo de atividades econômicas e fonte de renda; (v) fontes de renda, conforme segue: mais de 50% de salários formais; 25% de pensão/benefícios de aposentadoria; 4,7% de atividades comerciais; 6,6% de programas de assistência social; e 12,4% não especificados); (vi) informações sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade; (vii) informações relacionadas à segurança pública, opções de lazer, transportes públicos, saúde, educação e serviços básicos, e (viii) oportunidades de emprego no bairro.</p> <p>O Censo (2014) coletou os principais dados demográficos e socioeconômicos de cada família possivelmente afetada pelo Projeto, tais como: (i) padrão das características demográficas das pessoas afetadas pelo Projeto, incluindo o número de habitantes separados por gênero e idade; nível de escolaridade; gênero do chefe da família e a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade;</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>(ii) informações de base sobre os meios de vida, inclusive a participação nos mercados de trabalho formais e informais, renda familiar mensal, número de provedores de renda na família, fontes de renda por habitante e por atividade econômica explorada na família; (iii) características padrão das estruturas das famílias afetadas, incluindo o uso da respectiva estrutura (uso residencial, atividades econômicas, uso misto) e tipo de direitos de posse de terra (propriedade, usucapião, locação), área construída, materiais e padrões de construção e acesso a serviços básicos (eletricidade, água e coleta de lixo). O Censo também coletou informações sobre as preferências das famílias relacionadas às opções de deslocamento.</p> <p><i>O Relatório do Painel indica que os dados socioeconômicos não estão atualizados. A Gerência, no entanto, observa que outros estudos foram e continuam sendo realizados. Esses estudos incluem um Estudo Antropológico, que foi concluído em 2018, e a análise complementar de dados socioeconômicos durante a implementação de cada PRI, conforme detalhado abaixo.</i></p> <p>O Estudo Antropológico de 2018 compilou dados atualizados de grupos que adotam meios de vida tradicionais na área do Projeto. Esses grupos incluem os oleiros, pescadores artesanais, produtores de artesanato religioso, e vazanteiros ao longo dos rios Poti e Parnaíba. O Estudo Antropológico avaliou os possíveis impactos sociais e econômicos do Projeto sobre esses grupos e recomendou medidas para ajudar a restaurar os seus meios de vida (tema abordado no Item 6(a) abaixo). Os PRIs revisados resumem as conclusões e as recomendações relacionadas aos meios de vida do Estudo Antropológico. Algumas das medidas já foram implementadas, tais como a reabilitação do mercado de pesca e do centro de produção e venda de artesanato em cerâmica, enquanto outras medidas estão sendo consultadas com as pessoas afetadas pelo Projeto que vivem de meios de vida tradicionais e ainda não foram reassentadas.</p> <p>Ademais, todos os PRIs requerem o preenchimento do Formulário de Validação de Informações das Famílias como o primeiro passo para as negociações de reassentamento durante a implementação do PRI. O Painel não considera esse processo “sistemático ou abrangente.” Entretanto, a Gerência observa que o Mutuário está utilizando sistematicamente esse formulário desde o início do reassentamento do Projeto em 2015-2016 (PRIs de Mocaminho e Matadouro); o formulário foi preenchido por cada pessoa reassentada pelo Projeto até o momento, antes da negociação da compensação e da assistência para confirmar e, quando necessário, atualizar as informações socioeconômicas. O formulário abrange aspectos relacionados a: (i) composição familiar, incluindo a presença de família coabitantes, pessoas portadoras de deficiências, crianças e idosos; (ii) uso da estrutura residencial e a situação da posse; (iii) melhorias feitas nas residências desde o Censo; e (iv) nível de receptividade das três alternativas de compensação</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>oferecidas às pessoas afetadas pelo Projeto (ou seja, compensação em dinheiro, Reassentamento Monitorado ou casa em uma área de reassentamento). O formulário também é usado para coletar informações atualizadas sobre as atividades econômicas realizadas nas residências e que poderiam, portanto, ser afetadas pelo reassentamento físico.</p> <p>O Formulário de Validação de Informações de Famílias foi revisado em 2019 (com as revisões dos PRIs) para incluir questões mais claras e detalhadas sobre os meios de subsistência no que se refere a: (i) atividades econômicas realizadas nas residências; (ii) trabalhos, renda e fonte de renda dos membros das famílias, bem como experiência anterior ou interesse em trabalhar na construção civil; (iii) a participação em organizações comunitárias, movimentos sociais e/ou grupos de produção; (iv) interesse na requalificação ou treinamento profissional (e em que áreas); e (v) acesso à internet e uso de mídias sociais.</p> <p>Pouco antes do início da pandemia, o Mutuário havia lançado uma Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento com as pessoas afetadas pelo Projeto que já tinham sido compensadas e receberam assistência relacionada aos meios de vida conforme os PRIs (até o momento, abrange todas as PAPs cobertas pelos PRIs de Mocambinho e Matadouro e aquelas que já foram realocadas da área do PRI 1). Essa nova pesquisa é uma ferramenta provisória, que irá fornecer uma avaliação mais rápida do que os Relatórios de Conclusão do PRI (os quais são exigidos pela política e só podem ser preenchidos após o encerramento do processo de reassentamento), para monitorar prontamente a eficácia e a qualidade de reassentamentos passados e, quando necessário, fazer ajustes para melhorar a implementação do PRI. Essa pesquisa tem por objetivo avaliar se os padrões de renda e de vida melhoraram ou, ao menos, foram restaurados aos níveis anteriores ao reassentamento, e colher as opiniões das pessoas afetadas pelo Projeto sobre a eficácia das medidas de reassentamento. A pesquisa irá fornecer dados para avaliar a renda proveniente de atividades econômicas, informações sobre os padrões de vida da população deslocada e o nível de satisfação das pessoas.</p> <p>Os primeiros achados dessa Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento (a equipe do Banco analisou os dados de entrevistas realizadas com 49 das 171 famílias afetadas pelo Projeto que foram reassentadas até junho de 2020) mostram que 95% têm uma avaliação positiva do processo de reassentamento (47 de 49), e 84% consideram a compensação recebida suficiente para reparar a perda de seus bens no valor total de reposição (41 de 49). Das 49 famílias afetadas pelo Projeto, 23 sofreram perdas econômicas. Dessas 23 famílias, 74% (ou seja, 17 das 23 famílias que sofreram perdas econômicas) melhoraram ou ao menos restauraram os seus meios de vida. A compensação e a assistência oferecidas a essas 49 famílias afetadas pelo Projeto foram preliminarmente revistas pelo Banco e,</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>com base nas informações recebidas (bens e meios de vida antes e depois do reassentamento), parece que todas as 49 famílias afetadas e já reassentadas e entrevistadas receberam compensação no custo de reposição total e a devida assistência. Essa avaliação preliminar será validada pelos Relatórios de Conclusão dos PRIs. Será dedicada atenção especial aos casos das pessoas que demonstraram insatisfação com a compensação ou a assistência oferecida. O Relatório de Conclusão do PRI irá avaliar, principalmente, se as pessoas afetadas pelo Projeto receberam compensação conforme o PRI pertinente, incluindo uma avaliação dos níveis de produção e renda provenientes de atividades econômicas formais e informais, e informações sobre os padrões de vida da população reassentada.</p> <p>A coleta de dados havia sido suspensa até recentemente devido à pandemia; o Mutuário retomou a coleta de dados por telefone para concluir a pesquisa.</p> <p>Ações - Mutuário:</p> <p>(i) O Mutuário concordou em implementar quaisquer medidas de acompanhamento para (1) a Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento e (2) os Relatórios de Conclusão dos PRIs, que são recomendados pelo Banco, conforme as exigências dos PRIs e da OP 4.12.</p> <p><i>Cronograma:</i></p> <p>(1) <i>Conclusão da Pesquisa até 1 de fevereiro de 2021; entrega do Relatório da Pesquisa até 15 de março de 2021</i></p> <p>(2) <i>Duas semanas após a publicação da notificação do Banco sobre os Relatórios de Conclusão do PRI, o Mutuário irá acordar um cronograma para a implementação das recomendações do Banco para atender à OP 4.12.</i></p> <p>Ações - Banco:</p> <p>(i) O Banco irá revisar os achados da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento das famílias que foram realocadas até 30 de junho de 2020 e recomendar ao Mutuário novas medidas de assistência que podem ser necessárias para atingir os objetivos da OP 4.12 e assistir as pessoas afetadas pelo Projeto em seus esforços para melhorar os seus meios e padrões de vida, ou no mínimo restaurá-los aos níveis anteriores ao deslocamento (conforme previsto nos PRIs e no plano de assistência social revisado do Parque Brasil).</p> <p><i>Cronograma: Após a conclusão da Pesquisa Pós-Reassentamento, até no máximo 31 de março de 2021.</i></p> <p>(ii) Após a conclusão de cada PRI e seu Relatório de Conclusão, de responsabilidade do Mutuário, o Banco revisará os achados do Relatório, incluindo os dados sobre os níveis de produção e renda provenientes de atividades econômicas formais e informais, e as</p>



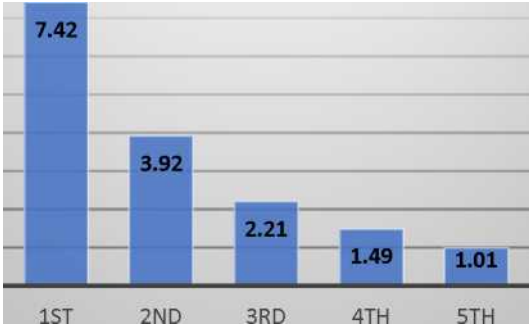
No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>informações sobre os padrões de vida da população deslocada, e informar ao Mutuário se serão necessárias novas medidas de assistência para atender as exigências da OP 4.12.</p> <p><i>Cronograma: Quatro semanas após o envio do relatório ao Banco, o Banco irá alertar o Mutuário sobre outras possíveis medidas referentes à assistência antes de declarar a sua não objeção à conclusão desse relatório.</i></p>
4.(a)	<p>Adequação da Indenização O Painel acredita que os Planos de Ação de Reassentamento (PRIs) não incluem metodologia ou fórmulas abrangentes para avaliar a magnitude das perdas sofridas pelas PAPs a serem deslocadas, o que não está de acordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, Anexo A, parágrafo 10. A fórmula que consta dos PRIs se limita à terra e às casas e não atribui valor ao fluxo de renda e às perdas dos meios de vida oriundos dos produtos gerados na propriedade. Além disso, a fórmula não faz distinção entre os vários tipos de negócios dos quais as famílias dependem para sua vida. O Painel observa que, no caso de imóvel de uso misto ou comercial, o valor unitário do padrão de construção desse imóvel é acrescido de 50% sobre o valor da área para uso comercial</p>	<p>A Gerência reconhece que os PRIs originais não descreviam adequadamente a metodologia ou fórmula para valoração de bens e perdas econômicas. Por esse motivo, a Gerência acordou com o Mutuário que os PRIs seriam revisados para, entre outras coisas, incluir uma descrição completa da metodologia para a valoração de todos os bens e perdas econômicas sofridos pelas pessoas afetadas pelo Projeto, inclusive a perda de renda devido ao impacto nas atividades comerciais realizadas nas residências afetadas pelo Projeto. Os PRIs foram revisados entre o final de 2019 e o início de 2020 como parte do plano de ação que integra a Resposta da Gerência à Solicitação para Inspeção. Vale ressaltar que quaisquer deficiências relacionadas à restauração dos meios de vida são identificadas na Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento ou nos Relatórios de Conclusão do PRI, e o Mutuário fará os ajustes necessários para assistir melhor as pessoas afetadas pelo Projeto.</p> <p>Concretamente, e com relação à valoração das perdas econômicas, os PRIs revisados definem três abordagens metodológicas, que não são mutuamente exclusivas:</p> <p>(i) A primeira abordagem se refere à avaliação de negócios regularizados/formais que têm fluxo de caixa definido em um instrumento contábil (registrado junto a um órgão brasileiro competente). Nesses casos, o padrão geral para a valoração é o método comparativo de custo (NBR 14653-1 e NBR 14653-2).⁶</p> <p>(ii) A segunda abordagem se refere à avaliação de negócios não formais. Devido à impossibilidade de avaliar esse tipo de negócio com base no fluxo de caixa ou faturamento declarado, o Projeto adotou a metodologia de aplicar uma indenização complementar com base no valor do metro quadrado da área da propriedade que é utilizada para as atividades comerciais, a qual se aplica um acréscimo de 50% para mitigar os custos de realocar as atividades comerciais existentes.</p> <p>(iii) Por fim, no caso de avaliações das propriedades com lavouras perenes ou anuais, ou outras estruturas produtivas (tais como tanques de pesca usados na pesca artesanal semi-intensiva), o custo de reposição total de todos os suprimentos (materiais, mão-de-obra, idade produtiva etc.) necessários para reproduzir todos os bens indispensáveis para cada tipo de negócio é</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>considerado durante a avaliação (conforme definido pela NBR 14653-1 e pela Norma de Desapropriação 80-EG-000F-91-0001-VALEC, que faz referência explícita à necessidade de compensação no custo de reposição total, conforme definido na OP/BP 4.12).</p> <p><i>A Gerência observa que as provas reunidas até o momento indicam que a metodologia para definir a compensação e a assistência para restaurar os meios de vida foram eficazes. Nesse sentido, os resultados parciais da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento em andamento com as pessoas que já foram reassentadas sugerem que o processo de reassentamento teve resultados positivos no que diz respeito à compensação e à restauração dos meios de vida.</i> O Banco revisou os resultados preliminares da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento que está sendo conduzida pelo Mutuário com as 171 famílias que foram reassentadas antes de 30 de junho de 2020. O Banco analisou os dados das entrevistas com 49 famílias reassentadas, que incluem 23 famílias cujas atividades econômicas também foram afetadas, e foi verificado que 41 das 49 famílias (84%) afirmaram que conseguiram restaurar ou melhorar as suas rendas. Quarenta e sete das 49 famílias (95%) expressaram satisfação com o processo e os procedimentos adotados durante a implementação dos PRIs e os classificaram como bons ou muito bons.</p>
4.(b)	<p><i>O Painel acredita que nem o Marco de Políticas de Reassentamento, tampouco os PRIs analisam situações em que as PAPs não têm direito formal de propriedade sobre a terra, mas ocuparam as terras por muito tempo sem serem despejadas (i.e., com o consentimento implícito do Governo).</i></p> <p><i>Tal situação não está de acordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 15.</i></p> <p>O Painel observa que a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP/BP 4.12, exige que os ocupantes que não têm posse comprovada</p>	<p><i>Os PRIs revisados descrevem adequadamente as diferentes categorias de elegibilidade que integram o parágrafo 15 da OP 4.12, incluindo uma análise das pessoas afetadas pelo Projeto que não têm direito formal à propriedade sobre a terra ou uma reivindicação de direito de posse reconhecida das terras que estão ocupando.</i> Em sua resposta à Solicitação, a Gerência reconheceu que os instrumentos de reassentamento exigiam uma explicação mais detalhada da estrutura legal. Como tal, os PRIs foram revisados para distinguir claramente as PAPs “que não têm direito formal de propriedade sobre a terra ou uma reivindicação de direito de posse reconhecida sobre as terras que estão ocupando” (parágrafo 15(c) da OP 4.12) das PAPs que têm direito de propriedade sobre as terras que ocupam (parágrafo 15(a) da OP 4.12), ou uma reivindicação reconhecida de direito de posse dessas terras (parágrafo 15(b) da OP 4.12).</p> <p>Os PRIs revisados incluem agora uma explicação detalhada da situação legal e dos direitos das pessoas que vivem em terras da União (públicas), o que é o caso da grande maioria das pessoas afetadas pelo Projeto (aproximadamente 84%, segundo o Censo de 2014). Os PRIs revisados explicam que as terras da União não podem ser adquiridas através de usucapião, conforme o artigo 183 da Constituição Brasileira, e o artigo 102 do Código Civil Brasileiro. Além disso, os PRIs esclarecem que, de acordo com a legislação</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
	<p>das terras sejam considerados ocupantes legais de suas terras e elegíveis a compensação ao custo de reposição total, se desfrutaram da “<i>posse contínua de terras públicas sem sofrer ações de despejo por parte do Governo.</i>”</p>	<p>brasileira, as pessoas que vivem em terras da União só podem ser indenizadas pelas estruturas e melhorias realizadas nas terras ocupadas.</p> <p>O Relatório do Painel parece compartilhar o entendimento da Gerência a respeito da legislação brasileira. O Relatório de Investigação afirma, no parágrafo 158, que “<i>a maioria dos habitantes de Lagoas do Norte não têm direitos formais de propriedade sobre as terras</i>” e no parágrafo 162 que “<i>no Brasil, aqueles que não têm comprovação dos direitos de posse sobre a terra são considerados invasores,</i>” acrescentando o que é de entendimento do Painel “[...] <i>que, de acordo com a legislação brasileira, os invasores têm direitos somente à indenização pelas estruturas e melhorias realizadas na terra ocupada, mas não sobre a terra em si.</i>”</p> <p><i>Entretanto, o Painel defende ainda que a OP 4.12 exige indenização por desapropriação de terras ao custo de reposição para as pessoas afetadas pelo Projeto que desfrutaram da “posse contínua de terras públicas sem sofrer ações de despejo por parte do Governo.”</i> O Relatório do Painel argumenta que: “<i>O Livro Referência do Banco sobre Reassentamento Involuntário considera que a tolerância do estado à invasão, e a imposição de impostos e outras taxas aos ocupantes, efetivamente dão aos seus ocupantes os direitos informais ou costumeiros sobre aquelas terras.</i>” Como tal, o Painel considera que “[...] <i>essa provisão pode ser aplicada às PAPs cuja ocupação foi ininterrupta, mediante a confirmação do pagamento de taxas de serviços públicos por parte do Governo, e que não tenham sofrido ações de despejo por parte do Governo.</i>”</p> <p><i>A Gerência não concorda com a afirmação do Relatório do Painel sobre a aplicação da OP 4.12 parágrafo 15 às pessoas afetadas pelo Projeto que vivem em áreas públicas.</i> Isso não é consistente com a OP 4.12, que faz uma qualificação considerável não mencionada no Relatório do Painel. O parágrafo 15(b) da OP 4.12 se aplica àqueles que reivindicaram o direito de posse das terras que ocupam, “[...] <u><i>desde que essas reivindicações sejam reconhecidas pelas leis do país, ou se tornem reconhecidas através de um processo identificado no plano de reassentamento</i></u>” (sublinhado incluído). Em outras palavras, a reivindicação pela posse da terra que torna uma pessoa afetada elegível nos termos do parágrafo 15(b) deve ter natureza legal, conforme estabelece a legislação brasileira. Conforme explicado acima, como a legislação brasileira não reconhece as reivindicações por terras da União oriundas de usucapião, as pessoas afetadas pelo Projeto que vivem em terras da União não são elegíveis nos termos da OP 4.12, parágrafo 15(b). Na ausência de tal reivindicação, o parágrafo 15(b) não pode ser aplicado, a menos que o Mutuário deseje que a reivindicação “se torne reconhecida através de um processo identificado na plano de</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>reassentamento,” o que não é o caso, de acordo com o RPF ou os PRIs do Projeto.</p> <p>Ademais, a nota de rodapé 20 da OP 4.12 afirma plenamente o seguinte: <i>“tais reivindicações poderiam ser oriundas de usucapião, da posse contínua de terras públicas sem ações de despejo por parte do governo (ou seja, com a permissão implícita do governo), ou do uso ou da lei costumeira e tradicional, e assim por diante”</i> (sublinhado incluído). Ao ler na sua totalidade e junto com o parágrafo 15(b), a nota de rodapé 20 claramente pretende fornecer exemplos de reivindicações que podem ser reconhecidas dentro de um enquadramento legal nacional, visto que adota uma linguagem não-prescritiva e não-exaustiva. <i>Na visão da Gerência, a nota de rodapé 20 não presume sugerir que toda vez que ocorre o perdão implícito por parte do governo para a posse contínua de terras públicas, essa posse adquire o reconhecimento legal. Tal conclusão pode ser contrária ao enunciado do parágrafo 15(b).</i></p> <p>A Gerência observa ainda que o Relatório do Painel cita o Livro Referência em Reassentamento Involuntário do Banco para sustentar a sua conclusão. O Livro Referência é uma publicação do Banco Mundial, que contém orientações para melhorar o planejamento e a implementação do reassentamento. Vale ressaltar que o Livro Referência não constitui uma política ou procedimento operacional obrigatório por parte do Conselho, conforme o parágrafo 12 da Resolução do Painel de 1993. Ademais, a afirmação do Painel de que o Livro Referência sustenta a interpretação do Painel da OP 4.12, parágrafo 15, está incorreta e resulta da má interpretação do referido parágrafo do Livro Referência, onde os fatores citados pelo Painel são apresentados como exemplos de inúmeros fatores que podem ser relevantes para a compreensão de situações complexas envolvendo posse de terra.</p> <p>Conforme citado acima, embora seja uma ferramenta útil para orientar os processos de reassentamento, o Livro Referência não constitui uma política ou procedimento operacional obrigatório por parte do Conselho. Na visão da Gerência, é importante manter um entendimento claro da aplicação das Políticas Operacionais relacionadas a essa questão. O Banco não pode reconhecer as reivindicações por usucapião em terras públicas que não estejam contempladas no próprio arcabouço legal dos estados-membro. O Livro Referência não propõe que o Banco o faça.</p> <p>A Gerência constata que não obstante a inelegibilidade nos termos do parágrafo 15(b) da OP 4.12, as pessoas afetadas que ocupam terras públicas são elegíveis nos termos da OP 4.12, parágrafo 15(c) para <i>assistência</i> e não para indenização pela terra para atingir os objetivos da Política. Além disso, as opções de compensação e assistência oferecidas pelos PRIs às pessoas afetadas pelo Projeto</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>elegíveis com base no parágrafo 15(c) são superiores ao que é oferecido nos termos na OP 4.12, visto que os PRIs consideram que aqueles que não têm direito formal de propriedade sobre a terra, ou reivindicação de posse da terra reconhecida, devem ser compensados não somente pelos bens perdidos, mas também em 70% do valor da terra ocupada.</p>
4.(c)	<p><i>O Painel constata que, devido ao recente aumento na inflação imobiliária, o valor estipulado de R\$77.000 para o reassentamento monitorado, embora fosse adequado inicialmente, não reflete o valor de reposição total desde 2018. Esta situação está em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 6 (a) (iii).</i></p>	<p><i>A Gerência concorda com o Painel que há dúvidas sobre o teto de R\$ 77.000 estabelecido para o Reassentamento Monitorado ser suficiente para comprar uma casa na área do Projeto.</i></p> <p>Entre janeiro de 2018 e junho de 2020, os dados disponíveis no SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices para a Construção Civil)⁷ mostram que o custo médio da construção por metro quadrado no estado do Piauí aumentou 9.2%.⁸ Portanto, com base no SINAPI, uma nova construção típica na área poderia custar até R\$ 84.084.</p> <p>A Gerência também observa que nenhuma das PAPs foi afetada por esse teto e que as PAPs que escolheram essa opção receberam o valor de reposição total.</p> <p>Até o momento, 50 das 171 famílias afetadas pelo Projeto reassentadas antes de junho de 2020 optaram pelo Reassentamento Monitorado, ao qual se aplica o teto estabelecido. Os bens perdidos por essas 50 famílias afetadas foram avaliados em média em R\$ 30.703,85 (variando entre R\$ 3.925,72 e R\$ 76.748,19) e, portanto, o valor de reposição referente às perdas sempre esteve abaixo do teto de R\$ 77.000 (e, em alguns casos, consideravelmente mais baixo). Também vale destacar que a metodologia adotada para determinar o valor das perdas inclui a inflação. Ademais, essas 50 famílias afetadas pelo Projeto conseguiram comprar casas iguais ou superiores com o direito assegurado de posse no mesmo bairro ou nos arredores por aproximadamente R\$ 76.770,00, em média, entre 2018 e a atual opção pelo Reassentamento Monitorado.⁹ A compensação recebida pela maioria das pessoas vulneráveis entre as famílias afetadas (conforme definido nos PRIs) foi, por vezes, consideravelmente maior do que o custo de reposição total por suas perdas, como pode ser visto nas tabelas abaixo. Entre os de melhor condição financeira (apenas dois dos 50 casos), a indenização recebida foi 1% acima do custo de reposição total, conforme mostram os gráficos abaixo, e agora eles têm o direito de posse assegurado.¹⁰</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações																																				
		<p data-bbox="878 243 1247 327">Número de PAPs que optaram pelo Reassentamento Monitorado por Quintil da Avaliação de Bens</p>  <table border="1" data-bbox="836 342 1318 611"> <thead> <tr> <th>Quintil</th> <th>Número de PAPs</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1ST</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>2ND</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td>3RD</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td>4TH</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td>5TH</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table> <p data-bbox="870 642 1239 699">Custo Médio de Reposição de Bens Perdidos por Quintil</p>  <table border="1" data-bbox="828 762 1318 1073"> <thead> <tr> <th>Quintil</th> <th>Custo Médio de Reposição (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1ST</td> <td>\$11,653.59</td> </tr> <tr> <td>2ND</td> <td>\$20,460.44</td> </tr> <tr> <td>3RD</td> <td>\$35,418.64</td> </tr> <tr> <td>4TH</td> <td>\$52,053.34</td> </tr> <tr> <td>5TH</td> <td>\$74,683.52</td> </tr> </tbody> </table> <p data-bbox="867 1157 1295 1241">Quantas vezes a compensação abaixo do teto foi mais alta do que o custo de reposição por quintil</p>  <table border="1" data-bbox="824 1272 1349 1598"> <thead> <tr> <th>Quintil</th> <th>Quantas vezes a compensação foi mais alta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1ST</td> <td>7.42</td> </tr> <tr> <td>2ND</td> <td>3.92</td> </tr> <tr> <td>3RD</td> <td>2.21</td> </tr> <tr> <td>4TH</td> <td>1.49</td> </tr> <tr> <td>5TH</td> <td>1.01</td> </tr> </tbody> </table> <p data-bbox="675 1728 1458 1860">A Gerência considera que, até o momento, o teto máximo para o Reassentamento Monitorado não afetou a capacidade do Mutuário de realizar compensações que vão além do custo de reposição total para aquelas pessoas afetadas pelo Projeto que fazem essa opção.</p>	Quintil	Número de PAPs	1ST	14	2ND	11	3RD	12	4TH	11	5TH	2	Quintil	Custo Médio de Reposição (R\$)	1ST	\$11,653.59	2ND	\$20,460.44	3RD	\$35,418.64	4TH	\$52,053.34	5TH	\$74,683.52	Quintil	Quantas vezes a compensação foi mais alta	1ST	7.42	2ND	3.92	3RD	2.21	4TH	1.49	5TH	1.01
Quintil	Número de PAPs																																					
1ST	14																																					
2ND	11																																					
3RD	12																																					
4TH	11																																					
5TH	2																																					
Quintil	Custo Médio de Reposição (R\$)																																					
1ST	\$11,653.59																																					
2ND	\$20,460.44																																					
3RD	\$35,418.64																																					
4TH	\$52,053.34																																					
5TH	\$74,683.52																																					
Quintil	Quantas vezes a compensação foi mais alta																																					
1ST	7.42																																					
2ND	3.92																																					
3RD	2.21																																					
4TH	1.49																																					
5TH	1.01																																					

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p><i>A Gerência ainda observa que, desde 2018, somente dez famílias afetadas pelo Projeto tiveram os seus bens avaliados acima do teto máximo do Reassentamento Monitorado (entre R\$ 77.000 e R\$ 87.000); essas famílias optaram pela compensação em dinheiro e a quantia foi ajustada de acordo com a inflação (com base no SINAPI), e reflete o custo de reposição total. Portanto, elas também não foram prejudicadas pelo teto.</i></p> <p><i>A Gerência enfatiza que os PRIs incluem diversas alternativas para compensar as pessoas que serão fisicamente reassentadas (perda da casa) em decorrência do Projeto, e que essas alternativas oferecem um pacote de compensação que atende totalmente os objetivos e ainda vão além das exigências da OP 4.12. As pessoas afetadas foram consultadas sobre as diversas opções de compensação. As opções de Reassentamento Monitorado, ou para uma nova casa em uma área de reassentamento próxima, Parque Brasil, atendem as necessidades das famílias mais vulneráveis e de baixa-renda (conforme definido nos PRIs) cujos bens (incluindo a moradia) tinham valores baixos (vide tabelas acima), visto que possibilitam que essas famílias substituam suas casas por outras de maior valor. Para as famílias com renda mais alta, a indenização em dinheiro e uma casa no Parque Brasil continuam sendo opções de compensação totalmente adequadas, permitindo que as PAPs sejam relocadas próximo às suas antigas casas.</i></p> <p>Vale ressaltar que os resultados parciais da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento também indicam que as PAPs que optaram pelo Reassentamento Monitorado estão altamente satisfeitas com a sua opção de compensação. Até o momento, 13 dos 49 questionários foram preenchidos pelas pessoas que optaram pelo Reassentamento Monitorado (7 do bairro Mafrense e 6 do bairro São Joaquim). Desse total, 38% conseguiram comprar casas no seu próprio bairro, e todos conseguiram comprar casas num raio de dois quilômetros de distância da localização anterior ao reassentamento. Todas essas pessoas avaliaram as compensações referentes à opção do Reassentamento Monitorado positivamente ou muito positivamente.¹¹</p> <p>Ação - Banco:</p> <p>O Banco irá realizar um estudo do mercado imobiliário para identificar a disponibilidade de casas na área com valores abaixo do teto de R\$ 77.000, ou seja, o valor médio das habitações sociais na região. Os achados do estudo servirão de base para a avaliação do Banco sobre a viabilidade das opções de reassentamento oferecidas para as pessoas afetadas pelo Projeto conforme a OP 4.12, e a necessidade de atualizar o teto estabelecido para o Reassentamento Monitorado.</p> <p><i>Cronograma: Até 31 de janeiro de 2021</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
4.(d)	<p><i>O Projeto estava em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, por deslocar pessoas e demolir casas antes de realizar a compensação ou disponibilizar novo local de reassentamento. No entanto, mediante as garantias da Gerência na sua Resposta de que o deslocamento irá ocorrer após o pagamento da indenização, e que os proprietários elegíveis de estruturas demolidas serão indenizados de acordo com a Política do Banco, o Painel constata que o Projeto está agora de acordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 10</i></p>	<p><i>A Gerência confirma que, conforme declarado nos PRIs, o deslocamento geralmente deveria ocorrer somente após o pagamento da compensação. Portanto, os proprietários elegíveis de estruturas demolidas são compensados de acordo com as Políticas do Banco.</i></p> <p>O Mutuário demoliu 16 estruturas ilegais inacabadas e desabitadas que foram construídas em terras da União (públicas) no final de agosto de 2019. No entanto, conforme citado no Relatório do Painel, ao tomar conhecimento disso em setembro de 2019, a Gerência solicitou prontamente que o Mutuário interrompesse quaisquer demolições futuras até que fosse definida uma data de corte para os PRIs. A Gerência ainda solicitou ao Mutuário que identificasse os proprietários elegíveis das estruturas desabitadas que foram demolidas para indenizá-los nos termos da OP 4.12. O Mutuário se comprometeu a fazê-lo e até agora conseguiu identificar sete indivíduos que serão indenizados pelas estruturas, conforme a OP 4.12, retificando a situação de maneira adequada. Ademais, os canais do mecanismo de queixas do Projeto permanecem disponíveis para que as pessoas comprovem que são proprietários elegíveis de uma das nove estruturas ilegais inacabadas e inabitadas restantes que foram demolidas em agosto de 2019, para que possam receber a compensação.</p> <p><i>Ação - Mutuário:</i></p> <p>O Mutuário concordou em fornecer ao Banco os comprovantes de pagamento das indenizações aos proprietários elegíveis de estruturas demolidas, conforme as Políticas do Banco.</p> <p><i>Cronograma: Até 30 de junho de 2021</i></p> <p><i>Ação - Banco:</i></p> <p>O Banco irá revisar os comprovantes de pagamentos de indenizações para os proprietários elegíveis das estruturas demolidas, conforme as Políticas do Banco.</p> <p><i>Cronograma: Até 31 de julho de 2021</i></p>
4.(e)	<p>O Painel considera o uso de um programa preexistente para financiar a construção de uma área de reassentamento como uma iniciativa prática e econômica. Entretanto, <i>o Painel constata que as modalidades deveriam ter sido incluídas para assegurar que as disposições das Políticas do Banco fossem aplicadas, incluindo</i></p>	<p><i>A Gerência acredita que as pessoas afetadas pelo Projeto foram amplamente consultadas ao longo do processo de reassentamento, inclusive durante sua preparação, e tiveram a oportunidade de apresentar seu feedback previamente à seleção do Parque Brasil como área de reassentamento do Projeto, dentre outras duas opções de áreas.</i> O RPF do Projeto, sobre o qual foram feitas amplas consultas em 2014, já propunha três opções de compensação para as pessoas que seriam reassentadas: indenização em dinheiro, Reassentamento Monitorado ou uma casa nova em uma área de reassentamento próxima. Com relação às áreas para reassentamento, o RPF considerou três alternativas (áreas que já eram de propriedade da Prefeitura), inclusive a área de reassentamento próxima, Parque</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
	<p><i>a participação de PAPs na seleção e consulta sobre o potencial produtivo e a localização da área, e outros fatores a serem comparados com a área antiga. O Painel constata que essa falha não está de acordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 6 (b) (ii)</i></p>	<p>Brasil. As outras duas áreas eram: o Residencial Portal da Alegria VI (na zona sul da cidade) e o Residencial Edgar Gaioso (próximo ao Parque Brasil). O Parque Brasil era a área maior e mais próxima. O Projeto também considerou a construção de pequenos complexos residenciais em áreas a serem adquiridas na Lagoa dos Oleiros e na Lagoa da Draga.</p> <p>Assim, a opção da área do Parque Brasil, devido à sua proximidade e às facilidades oferecidas, foi a primeira a ser consultada, juntamente com outras opções de reassentamento que estavam sendo consideradas na época, durante as consultas para o RPF, em 2014.</p> <p>Os PRIs revisados também definiram opções de reassentamento, inclusive o Parque Brasil. As pessoas afetadas tiveram diversas oportunidades de expressar seus pontos de vista sobre o processo de reassentamento e as opções de compensação disponíveis para elas, durante a preparação do PRI e ao longo da implementação do Projeto. Embora o Parque Brasil já tenha localização determinada, as outras duas opções, Reassentamento Monitorado e indenização em dinheiro, permitem que as famílias afetadas pelo Projeto comprem uma nova casa em outras localidades.</p> <p>Na reunião de consulta realizada em fevereiro de 2020, as pessoas afetadas pelo Projeto mostraram grande interesse no Parque Brasil. Após a reunião, várias delas solicitaram informações sobre o Parque Brasil ao Mutuário e este organizou visitas ao local e planejou abrir um espaço no Parque Brasil para receber visitantes (atualmente postergado devido à COVID-19). Por fim, conforme mencionado acima, as pessoas são consultadas mais uma vez durante o processo de negociação do reassentamento, no qual a equipe social ajuda-as a escolher a opção que melhor atende as suas necessidades. As consultas relacionadas à escolha da área incluem discussões sobre o potencial produtivo, o local e outros fatores que se comparam ao local onde originalmente ficam as suas casas.</p> <p><i>A Gerência acredita que a variedade e combinação de compensação, e as opções de restauração dos meios de vida oferecidos às pessoas afetadas estão de acordo com a OP 4.12. Essas opções continuam sendo atualizadas para refletir o feedback e as preferências das PAPs, sempre que possível.</i> Foi acrescentada aos PRIs que foram recentemente revisados – após <i>feedback</i> do processo contínuo de consultas às pessoas afetadas pelo Projeto – a nova modalidade de reassentamento cruzado (onde essas pessoas encontram casas cujos proprietários ou ocupantes têm o desejo - voluntário - de mudar para a área residencial do Parque Brasil) e o reassentamento prioritário (onde as pessoas em risco consideravelmente mais alto de inundação pedem para ser reassentadas em caráter prioritário).</p> <p><i>Como tal, na visão da Gerência, o Projeto adotou as medidas e procedimentos necessários para fomentar e apoiar a participação</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<i>das pessoas afetadas pelo Projeto em sua escolha entre uma série de opções de reassentamento, de acordo com a OP 4.12, parágrafo 6 (b) (ii).</i>
5.	<p>Vulnerabilidades e Ruptura de Redes Sociais</p> <p><i>O Painel considera que há riscos de danos a algumas pessoas afetadas pelo Projeto, por que o Projeto não prestou assistência especial ao reassentamento de pessoas vulneráveis. Esta situação está em desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 8</i></p>	<p><i>A Gerência observa que o Projeto presta assistência às famílias vulneráveis, mas reconhece que não registrou, de maneira apropriada, todos os benefícios e a assistência já prestados a essas famílias, conforme definido nos PRIs. Sendo assim, a Gerência dará suporte ao Mutuário para assegurar o registro adequado desses esforços bem como a sua disseminação deste momento em diante.</i></p> <p><i>Os PRIs revisados oferecem atenção especial às pessoas identificadas como vulneráveis no RPF e nos PRIs, tais como idosos, pessoas com deficiência, famílias chefiadas por mulheres, mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e família de baixa-renda. A Seção 3.4 dos PRIs revisados definem medidas específicas para as pessoas vulneráveis, tais como, por exemplo, dar preferência a pessoas idosas ou com deficiência para as unidades no piso térreo e registro do direito formal de posse das novas casas em nome das mulheres.</i></p> <p>As pessoas vulneráveis afetadas pelo Projeto, tais como os idosos, pessoas com deficiência, famílias chefiadas por mulheres, mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e famílias de baixa-renda foram previamente identificadas pelo Estudo Socioeconômico de Linha de Base e pelo Censo. A situação de vulnerabilidade dessas pessoas é comprovada em entrevistas individuais realizadas durante a implementação dos PRIs, que incluem o Formulário de Validação de Informações das Famílias (Anamnese), preenchido por todas as famílias afetadas pelo Projeto, e atualiza e complementa as informações colhidas durante os estudos socioeconômicos iniciais (vide item 3(b) acima). A interseccionalidade, ou seja, a natureza interconectada dos diferentes tipos de vulnerabilidades em cada indivíduo e cada família, também é levada em consideração pelo Mutuário, de modo que os seus assistentes sociais estejam aptos a dedicar recursos e atenção adicionais às pessoas vulneráveis ao longo do processo de reassentamento, conforme indicado na Seção 3.4. dos PRIs revisados.¹²</p> <p>As pessoas vulneráveis recebem atenção especial no processo de reassentamento da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ajuda na escolha de sua nova casa, bem como apoio pós-reassentamento para promover uma integração tranquila ao novo bairro - por exemplo, auxiliando na matrícula de crianças nas creches, pré-escolas e escolas. • Disponibilidade de unidades habitacionais adequadas para os idosos e pessoas com deficiências. Por exemplo, no complexo residencial do Parque Brasil, as casas e apartamentos no térreo

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>são reservadas para essas pessoas e construídas de acordo com os padrões de acessibilidade e desenho universal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência especial a mulheres e crianças que se encontram em situações de violência com ajuda para a inscrição em programas específicos da Prefeitura, tais como o “<i>Projeto Amor de Tia.</i>” Essa assistência especial pode consistir no apoio referente a procedimentos legais, ou outros serviços especializados disponíveis para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica.¹³ • Opção de reassentamento prioritário, que consiste em reassentar primeiro as pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco de serem afetadas pelas inundações. A escolha entre as opções de reassentamento é feita com base na consideração de outros fatores de vulnerabilidade, ex.: deficiência, idade, manutenção da família e vínculos com o bairro, tipo de atividades de subsistência das famílias. Vale ressaltar que essa condição foi incluída em resposta às demandas e ao <i>feedback</i> das famílias, principalmente aquelas na área do PRI 4, como parte do processo de consulta. • Garantia de que as mulheres sejam escolhidas como principais beneficiárias da família e que o registro do direito formal de posse da nova propriedade seja feito, preferencialmente, no nome da mulher, conforme as políticas habitacionais da Prefeitura. <p>O Projeto também oferece suporte à restauração dos meios de vida das pessoas mais vulneráveis ajudando-as a acessar os programas de proteção disponíveis. Conforme demonstrado na Seção 3.1.2. dos PRIs, o Projeto tira partido de políticas e programas de proteção sociais robustos disponíveis na Prefeitura de Teresina, que são mantidos pelos orçamentos federal, estadual e municipal no Brasil.¹⁴ Através dos agentes de serviço social do Projeto, as pessoas vulneráveis conseguem obter informações sobre os programas disponíveis e os respectivos benefícios. O Mutuário contata os programas selecionados em nome dessas pessoas, garantindo a elas acesso prioritário, e ajuda na preparação da documentação necessária. Por fim, o Mutuário faz o acompanhamento para assegurar que as pessoas vulneráveis estejam inscritas e recebam os benefícios do programa. Dessa forma, essas pessoas não precisam disputar o acesso aos programas locais existentes com outros habitantes do Lagoas do Norte.</p> <p>Os PRIs também possibilitam que a Prefeitura desenvolva um plano de serviço social para as famílias que se mudam para a área de reassentamento do Parque Brasil, que inclui ações para famílias vulneráveis nas seguintes áreas (i) organização comunitária; (ii) educação ambiental e sanitária e (iii) inclusão produtiva (promovendo treinamentos profissionais e encorajando a educação formal).¹⁵ A Prefeitura irá expandir o plano de assistência social para apoiar as famílias vulneráveis que optem pelo Reassentamento Monitorado ou pela indenização em dinheiro. A Gerência considera que as medidas</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>descritas acima ajudam a mitigar os impactos sociais e econômicos sofridos pelas pessoas vulneráveis e as apoiam na sua recuperação econômica e social, de acordo com a OP 4.12. No entanto, a Gerência reconhece que faltam monitoramento e registro sistemáticos da assistência prestada especificamente às famílias vulneráveis afetadas pelo Projeto. A Gerência irá auxiliar o Mutuário a documentar sistematicamente a prestação de assistência a essas famílias, conforme definido nos PRIs.</p> <p>Ações - Mutuário:</p> <p>(i) Para os reassentamentos realizados após 1 de outubro de 2020, o Mutuário concordou em criar um registro com as informações referentes à assistência prestada às famílias vulneráveis e começará a incluir esses dados nos Relatórios de Progresso semestrais encaminhados ao Banco.</p> <p><i>Cronograma: A partir do Relatório encaminhado ao Banco com as informações referentes ao segundo semestre de 2020, previsto para 1 de março de 2021, e continuamente até o encerramento do Projeto.</i></p> <p>(ii) O Mutuário concordou em revisar o plano de assistência social preparado para o Parque Brasil para incluir as famílias vulneráveis que optaram pelo Reassentamento Monitorado ou pela indenização em dinheiro após 1 de outubro de 2020. O plano revisado de assistência social irá incluir a promoção de organização comunitária, atividades para geração de renda através da requalificação profissional e treinamento vocacional, e educação ambiental voltada para as pessoas vulneráveis nos termos do Projeto.</p> <p><i>Cronograma: Até 15 de dezembro de 2020</i></p> <p>(iii) Vide ação do Mutuário no Item 3(b) acima.</p> <p>Ações - Banco:</p> <p>(i) O Banco irá revisar o plano de assistência social do Mutuário e fará as suas observações.</p> <p><i>Cronograma: Até 31 de janeiro de 2021</i></p> <p>(ii) Vide ações do Banco no Item 3(b) acima</p>
5.(b)	<p>O Painel acredita que o Projeto está em conformidade com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 13 (c) por ter reconhecido a necessidade de transferir as pessoas</p>	<p>A Gerência constata os achados do Painel sobre conformidade. A Gerência observa que o programa de reassentamento foi desenvolvido especificamente para levar em consideração as redes sociais, as famílias e os vínculos com o bairro. As opções de compensação são definidas e oferecidas a partir de um processo participativo, no qual as famílias expressaram as suas preferências e enfatizaram, entre outras coisas, a necessidade de manter as redes de apoio social recíproco.</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
	<p><i>afetadas pelo Projeto de modo a preservar as suas instituições, comunidades e grupos sociais e culturais pré-existentes.</i></p> <p>No entanto, o Painel observa que o Projeto não deu atenção suficiente durante o reassentamento às relações assimétricas que vinculam as famílias mais vulneráveis àquelas de estratos mais altos</p>	<p>O Reassentamento Monitorado ou a indenização em dinheiro permitem que as pessoas afetadas continuem morando no mesmo bairro, se assim o desejarem, preservando, dessa forma, as suas instituições, comunidades e grupos sociais e culturais pré-existentes. Do mesmo modo, o Parque Brasil também está localizado próximo (menos de 4km) à área do Projeto e as famílias que optam por essa alternativa têm a opção de expressar sua preferência por casas ou apartamentos próximos uns aos outros para manterem os seus vínculos sociais e as suas redes de contato intactos. Além disso, o Projeto está apoiando atividades para reforçar associações comunitárias e organizações da sociedade civil e melhorar o acesso das famílias de baixa-renda a programas sociais.</p>
6. (a)	<p>Restabelecimento dos Meios de Vida para Evitar o Empobrecimento</p> <p><i>O Painel constata que a Gerência não assegurou a criação de programas para auxiliar as pessoas afetadas pelo Projeto a melhorar – ou no mínimo restabelecer – os seus meios de subsistência e padrões de vida, e portanto, não está de acordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (b).</i></p>	<p><i>Na visão da Gerência, as medidas em vigor relacionadas aos meios de vida (vide detalhes abaixo) estão de acordo com as Políticas do Banco, ou seja, são adequadas para prover suporte às famílias afetadas pelo Projeto na restauração dos seus meios de vida aos níveis anteriores ao reassentamento. No entanto, a Gerência reconhece que as medidas para assistir todas as categorias de pessoas afetadas na melhoria ou, no mínimo, na restauração dos seus meios de vida, não foram suficientemente descritas e apresentadas na versão original dos PRIs. É importante esclarecer que, embora as medidas não tenham sido descritas nos PRIs, elas foram, no entanto, oferecidas para as pessoas afetadas. Com as recentes revisões dos PRIs após a Solicitação para Inspeção, essa falha foi corrigida e as medidas estão detalhadas na Seção 3.1.2. e em outras partes dos PRIs, conforme descrito abaixo. A Gerência dará suporte ao Mutuário para assegurar que o registro e o acompanhamento adequados desses esforços sejam disseminados deste momento em diante.</i></p> <p>Todos os PRIs revisados incluem informações completas sobre as diferentes medidas de restauração dos meios de vida disponíveis, na Seção 3, “Política de Atendimento”. Concretamente, a Subseção 3.1 dos PRIs sobre “Formas de Compensação” inclui o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Famílias que mantêm atividades econômicas formais e informais em suas casas recebem indenização em dinheiro; • São oferecidas às pessoas que mantinham atividades econômicas em suas antigas casas e que optem por uma nova casa na área de reassentamento do Parque Brasil uma casa térrea com área adicional de 33m² para construir um espaço comercial; • Assistência técnica e atividades de capacitação visando, por exemplo, melhorar os níveis de produção ou comercialização, e suporte na aquisição de equipamentos ou suprimentos para os negócios; • Auxílio na reinserção no mercado de trabalho por meio de

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>treinamento para requalificação profissional;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte das assistentes sociais do Projeto para identificar e garantir o acesso das pessoas afetadas pelo Projeto, de forma prioritária, aos programas de assistência social municipal. As pessoas vulneráveis indicadas pelas assistentes sociais terão prioridade sobre outros inscritos para esses programas; e • Oferecer alternativas de compensação com base no coletivo/comunidade para grupos sociais que dependem de meios de vida mais tradicionais. <p>O Mutuário irá monitorar essas pessoas após o reassentamento para confirmar que conseguiram restaurar os seus meios de vida e tomará as medidas adequadas para oferecer o devido suporte, caso não tenham conseguido restaurar totalmente os seus meios de vida.</p> <p>Conforme o Item 3(b) acima, o Formulário de Validação de Informações das Famílias foi atualizado durante as recentes revisões dos PRI e agora inclui questões mais explícitas e claras sobre o interesse das pessoas afetadas nas medidas de restauração dos meios de vida disponíveis listadas acima. Por exemplo, o formulário pergunta sobre o interesse das pessoas na reabilitação profissional ou em treinamentos profissionais (e as áreas de interesse), de modo que as aulas ministradas pela Fundação Wall Ferraz – como parte integrante do Componente 3 do Projeto - sejam mais bem direcionadas para os seus interesses e qualificações. O plano de assistência social (definido na Seção 4 dos PRIs), que será implementado quando as pessoas se mudarem para o complexo residencial do Parque Brasil, está em fase de preparação e irá incluir um componente de geração de trabalho e renda, definido de acordo com os interesses e qualificações dos membros das famílias realocadas e afetadas pelo Projeto.</p> <p>Além das medidas citadas acima, definidas nos PRIs, o Estudo Antropológico recomendou as seguintes medidas de restauração dos meios de vida para beneficiar as famílias afetadas pelo Projeto que adotam meios de vida mais tradicionais e estão presentes na área do Projeto. O Estudo Antropológico é citado na Seção 1.5. dos PRIs, juntamente com um resumo das medidas recomendadas com base nele. Algumas já foram implementadas, tais como a reabilitação do mercado de peixes local, que beneficiou os pescadores artesanais; e a reabilitação do polo cerâmico (um espaço onde os oleiros podem produzir e vender o seu artesanato em cerâmica). As pessoas afetadas pelo Projeto que ainda não foram reassentadas, tais como os vazanteiros, que residem na área do PRI referente às Obras No. 4, estão sendo consultadas sobre outras medidas.</p> <p><i>A Gerência observa que as provas reunidas até o momento indicam que as medidas relacionadas aos meios de vida foram eficazes. Nesse sentido, os resultados parciais da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento que está em andamento com as</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p><i>peças que já foram reassentadas, sugerem que o processo de reassentamento teve resultados positivos referentes à restauração e à melhoria dos meios de vida e geração de renda.</i> Vide Item 4 (a) para mais detalhes.</p> <p>Ações - Mutuário:</p> <p>(i) O Mutuário concordou em criar um registro com as informações referentes a toda a assistência relacionada à restauração dos meios de vida oferecida às famílias afetadas após 1 de outubro de 2020 e começará a incluir esses dados nos Relatórios semestrais de Progresso encaminhados ao Banco.</p> <p><i>Cronograma: A partir do Relatório encaminhado ao Banco com as informações referentes ao segundo semestre de 2020, previsto para 1 de março de 2021, e continuamente até o encerramento do Projeto.</i></p> <p>(ii) Vide ações do Mutuário no Item 3(b) acima.</p> <p>Ações – Banco:</p> <p>(i) Vide ações do Banco no Item 3(b) acima</p>
6.(b)	<p><i>O Painel também acredita que as pessoas deslocadas não receberam assistência para o período de transição após o reassentamento, com base no tempo necessário para restaurar os seus meios de subsistência e padrões de vida. Isso não está de acordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 6 (c) (i).</i> O Painel observa que essa assistência é necessária em complemento às medidas compensatórias, e pode ser oferecida na forma de facilidades de crédito, treinamento ou oportunidades de trabalho.</p>	<p><i>A Gerência reconhece que o Projeto não registrou, de maneira sistemática, a assistência de transição prestada às famílias afetadas pelo Projeto, tais como a provisão de suporte para treinamento, requalificação profissional e acesso a programas sociais. A Gerência dará suporte ao Mutuário para assegurar que esses esforços sejam adequadamente registrados e disseminados deste momento em diante.</i></p> <p>A Gerência observa que o parágrafo 6(i)(c) da OP 4.12 exige somente a prestação de assistência para o período de transição nos casos “em que [é] necessário atingir os objetivos da política [OP 4.12],” e isso foi feito nos termos do Projeto.</p> <p><i>Conforme previamente explicado no Item 6(a), foi oferecida assistência para o reassentamento das pessoas que necessitaram de tal assistência para restaurar ou melhorar os seus meios de vida, de acordo com a OP 4.12, parágrafo 6(c). Os PRIs revisados (Seção 3) listam agora as medidas de restauração dos meios de vida (incluindo treinamento para requalificação profissional e acesso a programas sociais para o período de transição) nos termos do Projeto.</i></p> <p>Ademais, a Gerência constata que os diversos estudos socioeconômicos conduzidos durante a preparação do Projeto indicam que a grande maioria das PAPs têm empregos na área urbana (97,6% das 171 famílias afetadas pelo Projeto que foram reassentadas até o momento, <i>como confirmam os Formulários de Validação de Informações das Famílias (Anamnese) preenchidos e assinados por cada família reassentada durante o processo de</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p><i>negociação do PRI</i>), ou recebem pensão ou benefícios sociais e dificilmente seus empregos ou meios de subsistência serão afetados pelo reassentamento em outra casa próxima a suas antigas residências. As pessoas que mantinham negócios em suas residências receberam compensação complementar ou espaço adicional no local do reassentamento para dar continuidade às suas atividades em suas novas casas, se assim o desejarem.</p> <p><i>A Gerência também observa que o Mutuário dedicou especial atenção às pessoas cujos meios de vida são mais tradicionais e que ainda serão reassentadas nos termos do Projeto, e está ciente de que esses grupos irão exigir atenção especial e assistência para o período de transição</i> (Seção 3.2 e Seção 4.2 dos PRIs). Esse é o caso dos oleiros e vazanteiros. Por esse motivo, o Mutuário vem realizando consultas com esses grupos para identificar medidas de assistência relacionadas aos meios de vida (incluindo uma possível indenização durante o período de transição) para dar suporte à restauração de seus meios de subsistências, rendas e padrões de vida. Esse processo de consulta está acontecendo no contexto da finalização da preparação do PRI 4, que inclui os bairros da margem sudoeste da Lagoa dos Oleiros (Vila Apolônia e Olaria). Até o momento, algumas das medidas de transição consideradas incluem a prestação de assistência técnica, fornecimento de sementes, ferramentas e serviços de preparação da terra para os vazanteiros.</p> <p>Igualmente importante, os resultados prévios da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento confirmaram que 84% (41 das 49 famílias entrevistadas até o momento) consideram que conseguiram restaurar ou melhorar as suas rendas, conforme observado acima no Item 3(b). A compensação e a assistência oferecidos a essas 49 pessoas foram preliminarmente revisadas pelo Banco e, com base nas evidências recebidas (bens e meios de vida antes e depois do reassentamento), parece que as 49 famílias reassentadas e entrevistadas receberam assistência e indenização no custo de reposição total. Essa avaliação preliminar será validada pelos Relatórios de Conclusão dos PRIs. Atenção especial será dedicada aos casos de pessoas que expressaram insatisfação com a compensação ou assistência oferecidas.</p> <p><i>Ações - Mutuário:</i></p> <p>(i) O Mutuário concordou em criar um registro de toda a assistência de transição oferecida às famílias afetadas pelo Projeto após 1 de outubro de 2020 e começará a incluir esses dados nos Relatórios de Progresso semestrais encaminhados ao Banco.</p> <p><i>Cronograma: A partir do Relatório encaminhado ao Banco com as informações referentes ao segundo semestre de 2020, previsto para 1 de março de 2021, e continuamente até o encerramento do Projeto.</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>(ii) Vide ações do Mutuário no Item 3(b) acima.</p> <p>Ações - Banco:</p> <p>(i) O Banco irá revisar o registro de toda assistência de transição que será oferecida às famílias afetadas pelo Projeto, conforme os Relatórios de Progresso semestrais do Mutuário.</p> <p><i>Cronograma: A partir do Relatório encaminhado ao Banco com as informações referentes ao segundo semestre de 2020 – comentários devidos até 22 de março de 2021 – e três semanas após o encaminhamento dos Relatórios subsequentes até o encerramento do Projeto</i></p>
7.	<p>Exclusão dos Benefícios do Projeto</p> <p>O Painel acredita que os benefícios desse Projeto são de natureza comunitária e pública, e, portanto, acessíveis às pessoas deslocadas pelo Projeto</p> <p>Proteção contra enchentes, melhores serviços de saneamento básico e áreas de lazer são de interesse do público em geral. Considerando que o Banco exige que as atividades relacionadas ao reassentamento forneçam recursos suficientes para que as pessoas afetadas possam compartilhar dos benefícios do Projeto, o Painel considera que a Gerência está de acordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (b).</p>	<p><i>A Gerência acata os achados do Painel de que o Banco está de acordo com a OP 4.12 parágrafo 2 (b).</i></p>
8.a)	<p>Divulgação de Informações, Consulta e Participação</p> <p>O Painel observa que os documentos de salvaguardas não foram disponibilizados, conforme estipula a política do Banco, em local de fácil</p>	<p><i>A Gerência reconhece que, inicialmente, alguns documentos de salvaguardas não foram disponibilizados em local, formato e modo acessível às PAPs e outras partes interessadas. A Gerência também reconhece que as práticas originais de consulta e participação do Projeto precisavam ser reforçadas para se tornarem eficazes. Após o recebimento da Solicitação para Inspeção, a Gerência se encontrou com diversas pessoas afetadas e outras partes interessadas (tais como a Defensoria Pública) para</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
	<p>acesso para as pessoas reassentadas e ONGs locais, em forma, maneira, e linguagem compreensível para eles. <i>O Painel acredita que os processos de divulgação e consulta do Projeto não foram eficazes ou significativos e, portanto, não estão de acordo com a Política do Banco sobre Avaliação Ambiental, OP 4.01, parágrafos 15 e 16, e a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 22</i></p>	<p><i>avaliar a qualidade das práticas e processos de divulgação, consulta e participação nos termos do Projeto, e dedicou todos os esforços para apoiar o Mutuário na sua implementação, de acordo com as Políticas do Banco aplicáveis. Como resultado, a Gerência acredita que as informações referentes ao Projeto agora são facilmente acessadas e atualizadas, estão disponíveis em diferentes formatos, em forma, maneira, e linguagem compreensíveis para as pessoas afetadas pelo Projeto e ONGs. Do mesmo modo, as consultas com as PAPs e outras partes interessadas também melhoraram, e são conduzidas de modo sistemático, significativo e eficaz.</i></p> <p>Inicialmente, somente alguns documentos de salvaguardas foram divulgados pelo Mutuário. <i>Embora a documentação do Projeto estivesse previamente disponível somente em meio físico nos escritórios do Projeto, ou sob demanda,</i> a Gerência confirma que todos os documentos de salvaguardas do Projeto foram divulgados publicamente em português e estão disponíveis na página do Mutuário sobre o Projeto na Internet: https://semplan.teresina.pi.gov.br/lagoas-do-norte/. Cópias impressas dos documentos de salvaguardas também estão disponíveis nos escritórios da UGP e da UPS e podem ser revisados mediante solicitação. Os PRIs também foram distribuídos no Gabinete da Defensoria Pública, que é uma parte interessada importante com a missão de oferecer assistência jurídica aos cidadãos vulneráveis.</p> <p>Antes das consultas públicas sobre os documentos de salvaguardas, os respectivos documentos são aprovados pelo Banco para consulta, e as minutas são disponibilizadas por um período mínimo de 15 dias para consulta pelas pessoas afetadas pelo Projeto e outras partes interessadas, tais como a Defensoria Pública. Essa abordagem foi adotada para todos os documentos de salvaguardas do Projeto, incluindo o RPF, o RAAS e o Estudo Antropológico e, mais recentemente, os PRIs revisados.</p> <p><i>Disponibilidade de informações atualizadas de maneira, modo e linguagem compreensível pelas pessoas afetadas pelo Projeto.</i> A Gerência também deu suporte ao Mutuário para melhorar a comunicação e a divulgação de informações para facilitar a compreensão do Projeto e de suas medidas e documentos de salvaguarda (incluindo o processo de reassentamento). Uma das principais ações realizadas foi o desenvolvimento de uma estratégia clara de comunicação, que agora está em vigor e em implementação, com o apoio de uma empresa especializada. Informações atualizadas e de fácil compreensão (explicadas de maneira simples) sobre o Projeto foram disponibilizadas em diversos meios e em diferentes formatos, tais como uma cartilha revisada e o uso de mídias sociais. Esses materiais são distribuídos e divulgados amplamente pelo Mutuário na área do Projeto, além de estarem disponíveis no <i>website</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>do Projeto. Os pontos de informações instalados nos canteiros de obras foram fechados temporariamente por segurança devido a COVID-19, mas os mecanismos alternativos e virtuais, como telefone, continuam disponíveis.</p> <p>Além disso, a página do Projeto na Internet é frequentemente atualizada e destaca suas principais ações. A página contempla não somente os PRIs e outros instrumentos de salvaguardas, como também uma tabela síntese do status de implementação dos PRIs (atualizado a cada três meses). O Projeto atualiza informações em seus perfis nas mídias sociais. Devido ao alto índice de acesso e uso da internet em Teresina, inclusive na área do Lagoas do Norte, o uso da página do Projeto na Internet para transmitir informações atualizadas regularmente demonstra ser um meio eficaz e importante de divulgação das informações (incluindo os instrumentos de salvaguardas).</p> <p>Uma pesquisa realizada pelo Mutuário em 2019 mostra que, na realidade, 83,2% dos moradores da região norte de Teresina têm conhecimento do Projeto e dos seus objetivos, 88,3% concordam que o Projeto melhorou as condições da região e 80,2% classificaram o Projeto como excelente ou bom.</p> <p><i>Processo de consulta eficaz e significativo</i></p> <p>Para promover o melhor entendimento das pessoas afetadas pelo Projeto e outras partes interessadas sobre o processo de reassentamento e os instrumentos de salvaguardas do Projeto, mais de 100 consultas foram realizadas ao longo dos estágios de preparação e implementação. Essas reuniões incluíram: audiências públicas, oficinas para a divulgação de informações, grupos de discussão com as pessoas afetadas, etc.</p> <p>O Censo e o uso sistemático do Formulário de Validação de Informações das Famílias (no início do processo de negociação) durante o estágio de implementação do PRI ofereceram novas oportunidades de consultas às pessoas afetadas durante o processo de reassentamento. Ambos incluem perguntas sobre preferências, bem como alguma necessidade especial.</p> <p>Conforme citado no Relatório de Investigação, o Painel revisou os registros de 105 reuniões, consultas e audiências públicas realizadas entre fevereiro de 2014 e outubro de 2019. A página do Projeto na Internet disponibilizou registros detalhados de 37 dessas reuniões, oito das quais foram realizadas exclusivamente com os moradores de Mafrense (entre abril de 2015 e março de 2019) e São Joaquim (entre fevereiro de 2014 e outubro de 2019).</p> <p>As reuniões de consulta pública para a elaboração da minuta dos documentos de salvaguardas durante a preparação do Projeto, ou seja, o RPF e o RAAS, ocorreram no dia 4 de novembro de 2014, e contaram com 170 participantes, incluindo membros da</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>comunidade, famílias afetadas pelo Projeto e líderes. Conforme anunciado no convite oficial, os comentários a respeito desses documentos de salvaguarda também poderiam ser compartilhados por email. O convite oficial foi enviado para 141 principais partes interessadas, incluindo associações comunitárias, produtores rurais e grupos de horticultores, organizações de mulheres, grupos de jovens, grupos de idosos, organizações esportivas e religiosas, grupos LGBT e o Sindicato de Líderes Comunitários da Zona Norte, entre outros. O anexo 2 inclui uma tabela com uma rápida descrição/classificação das reuniões realizadas.</p> <p><i>Consultas relevantes durante o recente processo de revisão dos PRIs</i></p> <p><i>A Gerência acredita que haja evidência dos recentes avanços nas consultas públicas, com base no feedback recebido, inclusive no que se refere ao processo de reassentamento.</i> Diversas reuniões e eventos de consultas (vide Anexo 2) foram conduzidas para obter <i>feedback</i> das pessoas afetadas e de outras partes interessadas sobre o processo de reassentamento e outras melhorias nos PRIs.</p> <p>As práticas de consulta foram aprimoradas recentemente, conforme observado em uma grande reunião de consulta realizada em 19 de fevereiro de 2020, à qual compareceram 492 pessoas, incluindo 85% de todas as pessoas afetadas nas áreas dos PRIs 2, 3 e 4. A reunião foi amplamente divulgada com bastante antecedência, inclusive através da mídia, e era aberta a todos. A reunião foi organizada e estruturada de modo a encorajar a participação e interação entre as pessoas afetadas e a equipe do Projeto, e para responder perguntas, contando, inclusive, com um local exclusivo para ouvir as preocupações das pessoas afetadas. As avaliações mostraram que 76% dos participantes classificaram a reunião como positiva.</p> <p>Devido à COVID-19 e às exigências de distanciamento social, as atividades presenciais – inclusive as consultas com as pessoas afetadas – foram temporariamente suspensas, mas deverão ser retomadas em breve respeitando o distanciamento social. A equipe da UGP está preparando uma visita virtual pelas unidades disponíveis no Parque Brasil que ficará disponível em sua página na Internet, incluindo informações sobre a data de ocupação das unidades.</p>
8.(b)	<p><i>O Painel acredita que o Banco falhou em assegurar a participação das pessoas afetadas no planejamento do reassentamento – ou seja, discussões sobre alternativas factíveis de reassentamento, compensação no valor de reposição total, assistência na realocação, escolhas de</i></p>	<p><i>Na visão da Gerência, as pessoas afetadas tiveram amplas oportunidades de participar no planejamento do reassentamento.</i> Conforme explicado detalhadamente acima, o Projeto realizou diversas reuniões na etapa da preparação, inclusive durante os estudos socioeconômicos conduzidos em 2012 e 2014 e nas audiências públicas para a apresentação da minuta do RAAS e o RPF. Esses eventos (detalhes no Anexo 2) reuniram mais de 900 pessoas ao todo, incluindo pessoas afetadas e outras partes interessadas.</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
	<p>moradias, locais das moradias, e suporte de transição após o seu deslocamento. <i>Isso não está de acordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 2 (b).</i></p>	<p>A Gerência observa que o Projeto permitiu a participação e consulta pública durante todo o processo de reassentamento, variando de amplas consultas públicas a encontros individuais com as pessoas afetadas para dar o devido suporte ao planejamento e à implementação do reassentamento. Em geral, os processos mais amplos ocorreram durante a preparação do Projeto, inclusive durante as consultas sobre o RPF, e buscou a participação das pessoas afetadas e partes interessadas para passar informações e receber <i>feedback</i> sobre temas relevantes – tais como o escopo das intervenções, a matriz de direitos e as alternativas de compensação (inclusive a escolha do local para o reassentamento).</p> <p>Considerando que esses aspectos foram definidos e acordados no RPF, o Projeto gradualmente deu início a consultas e negociações mais específicas com as pessoas afetadas de cada área de intervenção para preparar e implementar os PRIs específicos. Inicialmente, esse processo começou com uma reunião geral aberta a todos os moradores da área, que mais tarde foi substituída por reuniões / grupos focais mais direcionados realizados com (i) pessoas totalmente afetadas, (ii) pessoas parcialmente afetadas, e (iii) pessoas cujas casas receberam um lacre durante o Censo, mas não seriam mais afetadas pelas atividades do Projeto devido a mudanças na elaboração do Projeto. Normalmente, essas rodadas de consultas direcionadas reuniam grupos de 30 pessoas por reunião, possibilitando uma abordagem mais personalizada e a efetiva participação das pessoas. Nessas reuniões, as opções de compensação e as justificativas para o reassentamento (definido no RPF e nos PRIs) eram novamente apresentadas.</p> <p>Após esse estágio, as pessoas afetadas são convidadas para encontros individuais onde discutem as melhores opções de compensação para cada caso específico. Nessas reuniões, elas podem estar acompanhadas de alguém em quem confiam, um advogado, ou o Defensor Público. Na implementação do PRI do canal de Matadouro, por exemplo, foi testada uma abordagem baseada na OAB para oferecer assistência jurídica às pessoas afetadas e a mediação nas negociações com a Prefeitura. A Defensoria Pública também ofereceu assistência jurídica às pessoas afetadas ao longo do planejamento e da implementação do reassentamento do Projeto.</p> <p>Durante a recente revisão dos PRIs, grupos focais também foram convocados (i) para oferecer assistência específica às famílias recém-registradas após a definição da data de corte de 14 de outubro de 2019; e (ii) para discutir alternativas de compensação com grupos sociais com demandas coletivas relacionadas à restauração de seus meios de vidas (tais como vazanteiros, oleiros e outros artesãos).</p> <p>Além dessas reuniões mais individualizadas e, conforme mencionado no item 8(a), o Projeto realizou recentemente amplas e extensivas consultas públicas sobre os PRIs revisados. Esse processo de consulta resultou na inclusão das opções de</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>reassentamento prioritário e do reassentamento cruzado nos PRIs revisados. Os PRIs revisados incluem uma seção que descreve o processo de consulta participativa adotado para a preparação dos PRIs originais, incluindo uma síntese das reuniões de consulta, listas de presença e registros fotográficos das reuniões.</p> <p>As consultas e a disseminação de informações sobre o Projeto se revelaram eficazes, conforme comprova a pesquisa conduzida pelo Mutuário em 2019, citada no Item 8(a) acima.</p>
8.(c)	<p>Com relação à propriedade cultural, o Painel observa que o Projeto consultou líderes culturais a partir de 2014 e realizou consultas públicas com diferentes entidades locais. Isso está de acordo com a Política do Banco sobre Recursos Culturais físicos, OP 4.11, parágrafos 11 e 12. O Painel também observa que o Projeto avaliou recursos físicos e culturais relacionados aos grupos afro-brasileiros presentes em Lagoas do Norte, e encomendou um Estudo Antropológico independente, concluído em 2018</p>	<p>A Gerência acata o achado do Painel sobre a conformidade com relação às consultas realizadas sobre recursos culturais físicos. A Gerência deseja ressaltar que dará continuidade à implementação das recomendações referentes aos aspectos de patrimônio cultural identificados pelo Estudo Antropológico. Essa ação foi citada na Resposta da Gerência à Solicitação como parte do Plano de Ação da Gerência (Ação 9).</p>
9.	<p>Mecanismo de Reparação de Queixas</p> <p>O Painel constata que, embora algumas das reivindicações dos Solicitantes transcendam o alcance do que um GRM pode resolver, há graves falhas no sistema GRM do Projeto. O Painel observa que a falta de informações sobre os processos e cronogramas do GRM, a falta de clareza quanto aos papéis e responsabilidades de seus diversos atores, a inadequação do treinamento e da capacidade do Comitê de Mobilização e a falta de acesso ao COLAB por</p>	<p>A Gerência reconhece que o mecanismo de reparação de queixas do Projeto (GRM) precisa ser aprimorado. Desde o recebimento da Solicitação, a Gerência tem se esforçado para oferecer apoio contínuo e interativo ao Mutuário, visando ampliar a eficácia do GRM. A Gerência continuará oferecendo esse tipo de suporte ao Mutuário com base na experiência adquirida com a implementação e a boa prática disponível.</p> <p>Após o recente apoio da Gerência ao Mutuário, o GRM aprimorado:</p> <p>(i) oferece vários canais para registrar queixas e levantar dúvidas, tais como o aplicativo para telefone celular COLAB¹⁶ (que continua disponível e operacional durante a COVID-19), os assistentes sociais do Mutuário, a Ouvidoria do Município, a Defensoria Pública, a equipe da UGP e o Comitê de Mobilização; queixas/dúvidas podem ser feitas pessoalmente, por telefone, por correio ou e-mail e através do aplicativo COLAB;</p> <p>(ii) assegura que todas as reclamações sejam registradas na base central de dados (o COLAB agora atua como o repositório central para registrar queixas e um Relatório de Monitoramento</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
	<p><i>grande parte da comunidade afetada constituem situação de desacordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 13 (a).</i></p>	<p>de Queixas é produzido a cada 15 dias e enviado para a UGP e para da UPS);</p> <p>(iii) permite que as reclamações sejam registradas anonimamente, ou que as identidades dos reclamantes sejam mantidas em sigilo, se assim o desejarem, através, por exemplo, da Ouvidoria, da Defensoria Pública ou dos funcionários da UPS;</p> <p>(iv) trata as reclamações segundo um conjunto de procedimentos e prazos definidos que são disseminados publicamente através dos PRIs revisados;</p> <p>(v) atualiza os reclamantes durante o processamento de suas reclamações pela página do Projeto na Internet¹⁷ e diretamente por meio de notificações; e</p> <p>(vi) oferece processos independentes de recursos através da Ouvidoria Municipal e a Defensoria Pública, que agora se tornou mais uma opção independente para os reclamantes que não estão satisfeitos com as resoluções propostas para as suas queixas.</p> <p><i>A Gerência também deu apoio ao Mutuário para ampliar a disseminação das informações de acesso ao GRM, seus processos e cronogramas, por meio de uma série de treinamentos recentes e eventos de consulta.</i> As informações sobre o GRM foram disseminadas em vários meios no idioma local, inclusive no recente evento de consulta para os PRIs revisados realizado em fevereiro de 2020, cartilhas disponíveis na página do Projeto na Internet e nas mídias sociais (Facebook e Instagram do Projeto). Foram realizados eventos de disseminação e treinamento sobre o uso do COLAB para os membros do Comitê de Mobilização em novembro de 2018 e para a população da região de Lagoas do Norte como um todo.¹⁸ Um novo treinamento sobre o uso do COLAB foi realizado com as pessoas afetadas pelo Projeto e o Comitê de Mobilização. Dez membros do Comitê de Mobilização participaram desse treinamento realizado em 19 de fevereiro de 2020.</p> <p>A Gerência também observa que as cartilhas sobre o COLAB foram elaboradas para ampliar a disseminação das informações e o conhecimento sobre o GRM, esclarecendo os papéis e responsabilidades de seus vários atores. A versão eletrônica da cartilha está disponível na página do Projeto na Internet. Cópias impressas também estão disponíveis na UPS e na UGP.</p> <p><i>A Gerência acredita que, como resultado dos esforços recentes, o Mutuário ampliou o conhecimento e o entendimento do GRM entre as pessoas afetadas, o que também se confirma pelo aumento do número de solicitações de informações e queixas registradas e resolvidas relacionadas ao Projeto.</i> Desde outubro de 2019, quando foi anunciada a data de corte do Projeto, 21 reclamações foram recebidas e registradas no COLAB pelos assistentes sociais do Mutuário e posteriormente monitoradas e resolvidas. Os assistentes</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>sociais do Mutuário também auxiliaram 309 pessoas que solicitavam informações sobre o Projeto. A maioria dessas solicitações se referiam ao cronograma de compensação e sobre quando o Parque Brasil estará pronto. Essas solicitações foram tratadas, acompanhadas e encerradas de maneira satisfatória. As reclamações e solicitações de informações que foram registradas entre outubro de 2019 e junho de 2020 representam um aumento de 133% no uso do aplicativo. <i>Apesar dos aprimoramentos recentes, a Gerência reconhece que outras medidas podem ser necessárias para aumentar a eficácia do GRM e continuará auxiliando o Mutuário nesse sentido.</i></p> <p><i>Ademais, a Gerência também fez todos os esforços para auxiliar o Mutuário a definir melhor os papéis e responsabilidades da equipe do Projeto no trato de reclamações, inclusive através da inclusão de uma seção revisada e detalhada do GRM nos PRIs.</i> Os PRIs revisados incluem o passo-a-passo do processo de seis estágios de reparação de queixas, com cronogramas obrigatórios sobre como e quando cada queixa é tratada após o seu registro no repositório central, ou seja, o COLAB. Os assistentes sociais do Mutuário também informam as pessoas afetadas a respeito disso. Os assistentes sociais do Mutuário receberam e continuarão recebendo uma série de treinamentos nesse sentido. Eles desempenham um papel importante no processo de reparação de queixas. O suporte deles às pessoas afetadas pelo Projeto que desejam registrar reclamações promove amplo acesso ao GRM, até mesmo pelas pessoas vulneráveis sem acesso à internet, ou que são menos aptas a usar o COLAB. Os assistentes sociais do Mutuário foram recentemente treinados para ajudar especificamente as pessoas afetadas a registrar reclamações sobre o Projeto. Os assistentes sociais registram as reclamações recebidas no COLAB em nome dos reclamantes ou os ajudam a fazê-lo. Antes da pandemia, a equipe da UPS mantinha contato regularmente com as PAPs, especialmente as mais vulneráveis, para assisti-las ao longo do processo de reassentamento. Foram criados vínculos de confiança com as pessoas afetadas. Entretanto, e apesar dos novos treinamentos realizados, a Gerência reconhece a importância de continuar oferecendo suporte de implementação ao Mutuário nessa área.</p> <p><i>A Gerência deseja observar que o COLAB é somente um dos diversos meios disponíveis para que as pessoas afetadas registrem as suas reclamações relacionadas ao Projeto; assim, as famílias afetadas pelo Projeto que não dispõem de acesso à Internet podem utilizar os canais mais tradicionais identificados acima, tais como os assistentes sociais do Mutuário, a Ouvidoria Municipal, ou a Defensoria Pública. Também vale ressaltar que, independentemente de onde foi apresentada a reclamação, ela é registrada no COLAB para monitoramento e acompanhamento.</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>Ações - Mutuário:</p> <p>(i) O Mutuário irá adotar as recomendações da avaliação a ser conduzida pelo Banco (vide abaixo). <i>Cronograma: Até 31 de março de 2021</i></p> <p>(ii) O Mutuário concordou em oferecer treinamentos adicionais sobre o tratamento de queixas para a equipe da UPS, a empresa de supervisão e as empreiteiras. <i>Cronograma: Até 30 de abril de 2021</i></p> <p>(iii) O Mutuário concordou em continuar disseminando as informações sobre o GRM na página do Projeto na internet, no Facebook e Instagram, sujeito a restrições legais devido às leis eleitorais. O Mutuário também concordou em distribuir folhetos para as famílias afetadas pelo Projeto quando as medidas restritivas relacionadas à pandemia forem suspensas, após a notificação da não objeção do Banco para o folheto. <i>Cronograma: A partir de janeiro de 2021 e continuando semestralmente até o encerramento do Projeto</i></p> <p>Ação - Banco:</p> <p>O Banco irá conduzir uma avaliação do GRM para identificar possíveis lacunas na sua aplicação, inclusive as reclamações registradas pessoalmente, para atender as exigências da OP 4.12. <i>Cronograma: Até 31 de janeiro de 2021</i></p>
10.	<p>Classificação das Comunidades das Pessoas Afetadas - PAP</p> <p><i>O Painel acredita que a Gerência está em conformidade com a Política do Banco sobre Povos Indígenas, OP/BP 4.10, por não tê-la acionado, uma vez que as comunidades afetadas em Lagoas do Norte não são consideradas indígenas conforme a Política do Banco sobre Povos Indígenas, OP 4.10, parágrafo 4.</i></p>	<p><i>A Gerência concorda com o Painel que não há grupos que possam ser considerados Povos Indígenas na área do Projeto, conforme os critérios estabelecidos na OP 4.10, parágrafo 4.</i></p> <p><i>Embora não seja um achado de conformidade, o Relatório do Painel apresenta uma interpretação da OP 4.10 que não é consistente com a política.</i> O Relatório afirma que “<i>para aplicar a Política do Banco para Povos Indígenas, OP/BP 4.10, os quatro critérios não precisam ser rigorosamente atendidos, mas podem ser cumpridos em diversos níveis. Por exemplo, em alguns casos, os grupos indígenas perderam suas línguas autóctones ao longo do tempo, mas atendem a todos os outros critérios e ainda podem, portanto, ser encaixados na política.</i>” (sublinhado incluído). A OP 4.10, parágrafo 4, afirma que “<i>Para fins desta política, o termo ‘Povos Indígenas’ é usado no sentido genérico para se referir a um grupo distinto, vulnerável, social e cultural que <u>tem as seguintes características em diversos níveis.</u></i>” (sublinhado incluído) Vale ressaltar que a ausência ou a presença irrisória de uma das quatro características não pode simplesmente ser ignorada, conforme sugere o Relatório do Painel. Inclusive, este é um dos fatores que o Banco leva em consideração ao decidir se um</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		determinado grupo se qualifica à cobertura pela política ou não. Ademais, na visão da Gerência, não cabe ao Painel opinar sobre a interpretação das políticas do Banco em linhas gerais, ou seja, quando isso não é relevante para determinar uma questão de conformidade com as políticas no contexto de uma investigação.
11.	<p>Impacto sobre Recursos Culturais</p> <p><i>O Painel acredita que a Gerência está em conformidade com as Políticas do Banco sobre Avaliação Ambiental, OP/BP 4.01, e sobre Recursos Físico Culturais , OP/BP 4.11, no que se refere à identificação, avaliação e mitigação de impacto sobre os recursos físico culturais do Projeto</i></p>	<p><i>A Gerência acata os achados do Painel referentes à conformidade com as OP 4.01 e OP 4.11.</i> Conforme observado no Item 8(c) acima, o Plano de Ação na Resposta da Gerência à Solicitação para Inspeção incluiu uma ação referente à implementação das recomendações do Estudo Antropológico (Ação 9).</p>
12.	<p>Transferência dos Recursos Físicos Culturais</p> <p><i>O Painel acredita que a Gerência está em conformidade com as Políticas do Banco sobre Recursos Culturais físicos, OP/BP 4.11, e sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 13 (c) com relação à transferência dos recursos físicos culturais do Projeto.</i></p>	<p><i>A Gerência acata os achados do Painel referentes à conformidade com as OP 4.11 e OP 4.12, parágrafo 13 (c).</i> As recomendações do Estudo Antropológico continuarão sendo seguidas e incorporadas nos PRIs quando houver necessidade de realocação de locais de culto.</p>
13.(a)	<p>Supervisão</p> <p><i>O Painel acredita que a supervisão da Gerência antes da apresentação da Solicitação foi insuficiente para identificar questões e desafios fundamentais relacionados ao reassentamento e, portanto, não ofereceu o devido apoio à execução do Projeto. O Painel constata que tal prática está em desacordo com a Política do Banco sobre Financiamento de</i></p>	<p><i>A Gerência aprecia o achado do Painel sobre a adequação das missões de supervisão e aumentou sua frequência de meados de 2018 em diante. A Gerência acata o achado do Painel que a supervisão e divulgação do reassentamento em nível institucional precisavam ser melhoradas antes da Solicitação e concorda com a avaliação do Painel sobre os avanços consideráveis nessas duas áreas ao longo dos últimos meses.</i></p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
	Projetos de Investimento, OP 10.00, parágrafo 19.	
13.(b)	<p>Após setembro de 2019, a divulgação de informações relacionadas à supervisão do Projeto, e identificação e avaliação de desafios melhoraram consideravelmente. As dificuldades na implementação do Projeto estavam ligadas a aspectos relacionados às políticas de salvaguardas - tais como a definição da data de corte, realização de consultas relevantes, fortalecimento do GRM e outros fatores mencionados no Plano de Ação. Ao fazê-lo, a Gerência identificou áreas dos PRIs que não estavam em conformidade com a política do Banco e constatou a falta de conhecimento dos PRIs por parte das pessoas afetadas. A Gerência também acordou com o Mutuário um conjunto de ações a serem adotadas para resolver as questões levantadas. O Painel considera que a supervisão por parte da Gerência após a apresentação da Solicitação está em conformidade com a Diretiva do Banco relativa ao Financiamento de Projetos de Investimento, parágrafo 43.</p>	<p><i>A Gerência concorda que, desde setembro de 2019, os temas relacionados às salvaguardas receberam mais atenção durante a implementação e a equipe do Banco recebeu o reforço de especialistas na área social. A revisão contou com a mobilização adicional de especialistas na área social para preencher as lacunas identificadas nos PRIs originais. A Gerência também observa que a equipe do Banco definiu e reforçou a abordagem de supervisão e monitoramento e está oferecendo suporte interativo ao Mutuário visando aprimorar a implementação do Projeto.</i></p> <p>Em resposta à pandemia da COVID-19, a UGP está adaptando a prestação de serviços e revisando a retomada das obras civis de acordo com as orientações locais e estaduais. A UGP retomou as atividades presenciais no escritório em meados de julho de 2020, incluindo o atendimento a beneficiários do Projeto mediante agendamento prévio. Durante a recente missão virtual realizada em junho de 2020, uma revisão geral do calendário de implementação apresentou detalhadamente os desafios de concluir as obras programadas do Componente 2 dentro do cronograma atual. No entanto, o Mutuário continua comprometido com a implementação do Projeto e a encontrar maneiras inovadoras de continuar, apesar dos desafios impostos pela pandemia.</p> <p><i>Ação - Banco:</i></p> <p>O Banco continuará adotando medidas apropriadas de supervisão.</p> <p><i>Cronograma: até o encerramento do Projeto</i></p>
13.(c)	<p>O Painel observa ainda que, considerando a complexidade e a natureza controversa da Fase 2, a Gerência não conseguiu assegurar ao Mutuário o engajamento de um painel consultivo de especialistas em reassentamento independentes e</p>	<p><i>A Gerência reconhece que o Projeto levou mais tempo do que o esperado para estabelecer um suporte adequado de monitoramento. No entanto, a Gerência entende que o suporte adequado para o reassentamento está atualmente em vigor, permitindo que o Mutuário prepare e implemente os documentos de salvaguarda de acordo com as exigências da Política do Banco. Novas ferramentas também serão adicionadas para aprimorar o monitoramento do reassentamento.</i></p> <p>O Mutuário mantinha um bom histórico de acompanhamento da</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
	<p>internacionalmente reconhecidos. O Painel observa que, até novembro de 2018, quando dois PRIs foram implementados ou estavam em implementação há mais de um ano, a contratação de um avaliador para monitorar a implementação do reassentamento ainda estava pendente. <i>O Painel constata que a Gerência não está de acordo com a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário, OP 4.12, parágrafo 24, por falhar em assegurar o monitoramento e a avaliação adequados da implementação do reassentamento.</i></p>	<p>implementação do reassentamento durante a Fase 1 do Projeto. A avaliação <i>ex post</i> do reassentamento na Fase 1, realizada pelo Mutuário, revelou um nível geral de satisfação de 94% das 493 famílias reassentadas. Além disso, a Prefeitura de Teresina foi selecionada para participar de uma competição da ONU-Habitat devido ao modo exemplar como conduziu o reassentamento na Fase 1 do Projeto.</p> <p>A Gerência observa, ainda, que a Fase 2 do Projeto incorporou em seu projeto lições aprendidas na Fase 1. Durante a preparação, a equipe do Banco determinou que, devido ao grande número de famílias afetadas, a UGP poderia encontrar resistência ao reassentamento por parte de alguns membros da população local. Esse risco foi identificado precocemente e, como medida de mitigação, o Banco solicitou que a UGP desse início a uma ampla campanha de comunicação na região do Lagoas do Norte. Os documentos do Projeto confirmam as medidas tomadas pelo Banco para auxiliar e facilitar o monitoramento e a avaliação de reassentamento adequados, incluindo: (i) a reestruturação e o fortalecimento da UGP e das equipes da área social do Mutuário; (ii) a inclusão de uma empresa de supervisão e outra de gestão para dar suporte ao reassentamento social; (iii) o monitoramento de risco, incluindo os riscos sociais e de rebaixamento das pontuações do Projeto (em dezembro de 2017, 2018 e 2019,¹⁹ o que levou ao desenvolvimento e à implementação de Planos de Ações específicos); (iv) a supervisão ampliada por parte da Gerência (incluindo a participação de gerentes nas missões de supervisão) a partir de novembro de 2018.²⁰</p> <p>Apesar dos esforços de capacitação para aprimorar a capacidade de monitoramento e implementação do Mutuário para o reassentamento, a equipe social da UGP ainda precisava de reforços até o início de 2019. A UGP inclui a UPS, que conta agora com nove especialistas nas áreas social e ambiental, dois advogados, três engenheiros e um especialista em comunicação de uma empresa externa. Desde agosto de 2019, a UGP conta com o apoio de uma empresa especializada em supervisão, (incluindo especialização em aspectos sociais, arqueologia e antropologia), que é responsável pela supervisão de obras, monitoramento de infraestrutura e avaliação do reassentamento. Ademais, desde março de 2020, a UGP conta com o apoio de uma <u>Empresa de Gestão</u> para a administração, monitoramento, avaliação, e divulgação dos progressos do Projeto, incluindo, mas não limitados a, aspectos socioambientais, comunicação, divulgação e disseminação.</p> <p>A principal equipe atual do Banco supervisionando o Projeto inclui dois especialistas na área social, sediados no Brasil, e recebe suporte sob demanda de três especialistas na área social/jurídica sediados em Washington, DC. A equipe do Banco é orientada e</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>supervisionada por três gerentes, também sediados em Washington.</p> <p>A Gerência considera que o apoio complementar à implementação e ao monitoramento do reassentamento no nível da UGP foi implementado conforme as informações obtidas pelo monitoramento adequado de risco, junto com a supervisão contínua e reforçada por parte da equipe do Banco.</p> <p>A Gerência entende que os mecanismos de monitoramento atuais do Mutuário e do Banco são adequados para o tamanho, riscos e complexidade do Projeto, e, como tal, não concorda que um painel consultivo de especialistas em reassentamento independentes, internacionalmente reconhecidos (Painel Consultivo) deveria ter sido envolvido. Projetos de porte semelhante em ambiente urbano no Brasil para melhorar as condições de vida da população dependeram da capacidade do Mutuário, algumas vezes com apoio de consultores locais, para reassentar até 1750 famílias. Projetos que recorreram a um Painel Consultivo envolviam infraestruturas muito mais complexas (principalmente barragens) e de alto risco ou polêmicas que acionavam quase todas as políticas de salvaguarda, e envolviam o reassentamento ou outros impactos sociais em um grande número de pessoas vulneráveis e comunidades indígenas.</p> <p>A Gerência considera que os processos, equipe e instituições brasileiros são compatíveis com o status de renda média-alta do país e são suficientes para permitir que o Mutuário assuma as responsabilidades relacionadas à implementação, com o apoio de consultores locais, conforme a necessidade. A Gerência entende que, neste caso, a OP 4.12 não exigia o envolvimento de um Painel Consultivo. A Gerência entende que, neste caso, a OP 4.12 não exigiu o envolvimento de um Painel Consultivo.</p> <p>A Gerência concorda que nem todas as ferramentas e mecanismos pretendidos pela UGP para a implementação do monitoramento de reassentamento²¹ estavam em vigor para tratar e resolver as questões e os desafios referentes ao reassentamento antes da Solicitação.</p> <p>Portanto, a Gerência acredita que a implementação do reassentamento poderia ser aprimorada com o uso de ferramentas que estarão disponíveis em breve, incluindo um banco de dados unificado que registra a situação de vulnerabilidade, a restauração dos meios de vida e ações de apoio à transição para o monitoramento do reassentamento. Ademais, a Gerência acredita que seria importante elucidar melhor e mais detalhadamente, no contrato com a empresa de gestão, as atividades de monitoramento de reassentamento a serem realizadas e incluir novos especialistas sociais para apoiar o Projeto, conforme a demanda.</p> <p>Ações - Banco:</p> <p>(i) O Banco irá monitorar a revisão a ser realizada pela UGP dos</p>

No.	Questão/Achado	Comentários/Ações
		<p>contratos com as empresas externo de apoio, visando fortalecer os esforços voltados para o monitoramento, a avaliação e a divulgação das informações sobre o reassentamento. O Banco irá discutir com o Mutuário os ajustes necessários aos contratos para tratar essas questões. Isso inclui o suporte de uma consultoria especializada em Antropologia para a implementação do PRI envolvendo o deslocamento de atividades ligadas à cultura afro-brasileira. O Banco irá trabalhar com a UGP para alterar os contratos com as empresas de suporte externo, se for necessário.</p> <p><i>Cronograma: Alterações contratuais assinadas até 30 de novembro de 2020</i></p> <p>(ii) O Banco irá monitorar o desenvolvimento e a implantação pela UGP de uma ferramenta de monitoramento que forneça relatórios atualizados sobre a implementação dos PRIs, e a capacidade da UGP em registrar e incorporar o <i>feedback</i> do beneficiário no processo de reassentamento. <i>Cronograma: Até 15 de dezembro de 2020</i></p> <p>(iii) O Banco irá trabalhar com a UGP para que o sistema aprimorado de monitoramento, avaliação e divulgação das informações continue funcionando satisfatoriamente. <i>Cronograma: A cada seis meses até o encerramento do Projeto</i></p> <p>(iv) O Banco irá monitorar a publicação de relatórios semestrais pela UGP sobre o reassentamento em um formato acordado para a página do Projeto na Internet. <i>Cronograma: Trimestralmente até o encerramento do Projeto, a partir de dezembro de 2020</i></p>

¹ O último relatório disponível na página do Projeto (30 de junho de 2020) estima que 1.346 propriedades e 1.562 famílias seriam afetadas pelo Projeto se todas as obras e PRIs originalmente planejados fossem implementados. Esses números incluem tanto as famílias parcialmente afetadas como as totalmente afetadas, bem como as pessoas afetadas pelo Projeto que entraram na área entre a conclusão da Pesquisa Socioeconômica (2014-15) e a data de corte de 14 de outubro de 2019 (identificadas na pesquisa socioeconômica realizada em 2019).

² Relatórios do Projeto: Relatório Final de Qualidade das Águas (2005) e “Estudo de Controle de inundações e manutenção dos níveis das lagoas norte: simulações hidrológicas e hidráulicas dos cenários de inundações” (2014).

³ Avaliação ambiental do programa de melhoria da qualidade ambiental de Teresina - Programa Lagoas do Norte, RAAS, E1618 vol 2. Pág 73, março 2007.

⁴ TecnoMetrica, Projeto Lagoas do Norte: Estudo de Linha de Base, 2012.

⁶ <https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/21238/abnt-nbr14653-1-avaliacao-de-bens-parte-1-procedimentos-gerais> e <https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/23558/abnt-nbr14653-2-avaliacao-de-bens-parte-2-imoveis-urbanos>

⁷ O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI é uma ferramenta através da qual a Administração Pública Federal (ou outras que estejam lidando com fundos federais) define os valores dos bens e serviços necessários para as obras e serviços de engenharia. A referência técnica completa sobre as informações utilizadas para compor esse índice – que é atualizado mensalmente para cada estado e o Distrito Federal – está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/apoio-poder-publico/sinapi/Paginas/default.aspx>

⁸ O custo médio por metro quadrado equivalia a R\$ 1.017,99 em janeiro de 2018 e chegou a R\$ 1.112,46 em junho de 2020. Fonte: (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9270-sistema-nacional-de-pesquisa-de-custos-e-indices-da-construcao-civil.html?=&t=resultados>) e <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9270-sistema-nacional-de-pesquisa-de-custos-e-indices-da-construcao-civil.html?edicao=16347&t=series-historicas>.

⁹ Os engenheiros do Projeto fazem uma inspeção na casa para certificar que esta atende aos padrões habitacionais mínimos antes que a compra da casa para as famílias afetadas pelo Projeto seja autorizada pelo Mutuário. Conforme os PRIs revisados (Capítulo 4), os padrões habitacionais mínimos incluem, por exemplo, que a casa seja semelhante ou superior ao imóvel original, que conte com os serviços públicos básicos disponíveis no município e que a nova casa não seja localizada em uma área de risco ou propensão a inundações.

¹⁰ Fonte: Base de dados da UGP sobre PAPs já reassentadas.

¹¹ De acordo com a pesquisa socioeconômica e de satisfação que está em andamento, as PAPs que receberam a indenização em dinheiro também foram beneficiadas e conseguiram comprar suas novas casas em seus bairros originais (47%) e somente 22% foram relocados a uma distância superior a 3 quilômetros de seus bairros originais.

¹² Em um caso tratado pelos assistentes sociais da Prefeitura, a PAP não tinha documento de identidade e era usuária de drogas com transtornos de saúde mental. O Projeto ajudou a essa pessoa a obter os seus documentos de identidade. Ademais, o Mutuário procurou uma pessoa de sua família que pudesse cuidar dela e persuadiu os vizinhos, de modo a preservar a vizinhança e os seus vínculos.

¹³ Por exemplo, em um caso, a equipe da UPS ajudou as autoridades legais competentes a identificar um tutor legal para uma garota adolescente que ficou órfã, para que ela pudesse receber a compensação referente à casa onde ela morava com o pai antes da sua morte.

¹⁴ Teresina se destaca na classificação dos índices socioeconômicos do Governo Federal. Para essa classificação, são avaliados as estruturas físicas, os recursos humanos, a cobertura de serviços e os benefícios oferecidos à população. Teresina ocupa o 8º lugar entre as capitais brasileiras e o 4º entre as capitais do Nordeste que estão acima da média nacional. Foi classificada em primeiro lugar em todo o Brasil no monitoramento de indicadores de condicionalidade do Programa Bolsa Família, que são frequência escolar e saúde.

¹⁵ http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34198305/do1-2018-07-26-portaria-n-464-de-25-de-julho-de-2018-34198278. Essas atividades também foram realizadas na primeira Fase do Projeto como medidas de mitigação para as PAPs que foram reassentadas no Residencial Zilda Arns.

¹⁶ O COLAB recebeu importantes prêmios internacionais, tais como a Melhor Solução para Dispositivos Móveis, na Categoria Governo Móvel & Participação, do *World Summit Awards* e o melhor aplicativo urbano pela *New Cities Foundation*, em 2013. Em 2015, foi selecionado como a *startup* com maior impacto social pelo BIRD e, em 2018, foi selecionado pelo *US State Department* como uma das 16 melhores empresas no mundo a implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU.

¹⁷ Vale ressaltar, no entanto, que em épocas de eleições, a legislação brasileira suspende os anúncios publicitários institucionais de atos, programas, serviços etc., realizados por agentes públicos, três meses antes das eleições, exceto em situações sérias e urgentes. Devido à pandemia da COVID-19, uma emenda constitucional autorizou a divulgação de informações institucionais à população sobre os serviços que podem ser afetados pela pandemia. Durante este período de três meses, o Mutuário fornecerá informações na página do Projeto sobre GRM, i.e., COLAB; contato telefônico, página na Internet e endereço de email para falar com a Ouvidoria; contato telefônico e endereço da UPS.

¹⁸ Por exemplo: (<https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/11/08/comite-de-acompanhamento-do-lagoas-do-norte-sera-multiplicador-do-colab/>);

<https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/05/26/equipe-da-semplan-explica-funcionamento-do-colab-no-teresina-em-acao/> e

<https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/11/28/alunos-de-escola-municipal-da-zona-norte-visitam-orgaos-da-prefeitura/>.

¹⁹ Relatórios de Situação da Implementação (ISR) dezembro de 2017, dezembro de 2018, dezembro de 2019.

²⁰ A Revisão de Meio Termo dedicou atenção especial para acelerar a contratação das empresas de Supervisão e Gerenciamento para apoiar a implementação do Projeto (inclusive nas tarefas relacionadas ao monitoramento do reassentamento), aprimorando a divulgação de documentos de salvaguarda e outros documentos referentes ao Projeto, informando e monitorando a implementação do PRI. As missões de supervisão conduzidas durante a implementação do PRI 1 foram acompanhadas através de Cartas à Direção enviadas ao Mutuário destacando a necessidade de resposta ativa para vários desafios do Projeto, incluindo aspectos de reassentamento. A Gerência observou que a equipe chamou a atenção para a necessidade de reforçar os mecanismos de apoio e monitoramento da equipe social dentro da UGP desde as missões de supervisão realizadas em fevereiro de 2018. Desde meados de 2018, os ISRs rebaixaram as pontuações do Projeto, devido ao lento progresso do reassentamento. Algumas pontuações aumentaram em meados de 2019 após a implementação de ações específicas acordadas. As Ajudas Memórias anexadas aos ISRs eram abrangentes e trouxeram detalhes sobre os aspectos sociais e de reassentamento relacionados ao Projeto, capturando questões fundamentais associadas ao reassentamento, tais como: consulta com as PAPs, pontualidade nos pagamentos das indenizações, consulta pública sobre o Parque Brasil, o PRI e o monitoramento da equipe social, um estudo de mercado para avaliar a viabilidade do Reassentamento Monitorado como uma opção alternativa para o PRI, e eventos de capacitação para o reassentamento, entre outros.

²¹ Ferramentas complementares podem incluir um banco de dados unificado que registra a situação de vulnerabilidade, a restauração dos meios de vida e as ações referentes ao suporte de transição. A ferramenta também pode ser combinada com um registro dos pagamentos reais de indenização, bem como um registro pela participação no Componente 1 e no Componente 3, que se referem ao desenvolvimento de programas socioeconômicos voltados para a região norte de Teresina.

Anexo 2: Participação das PAPs e Outras Partes Interessadas

Tabela A2.1 – Ações Principais envolvendo Participação

<i>Ciclo do Projeto</i>	<i>Etapas</i>	<i>Ações Principais</i>	<i>Observações</i>
Identificação & Preparação do Projeto (2012-2015)	1. Estudos de Base Socioeconômicos para a Fase 2 do Projeto (2012-2014/15)	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação final do processo de Reassentamento Involuntário nos termos da Fase 1 do Projeto, para extrair as lições aprendidas. • 2012 Estudos Socioeconômicos Iniciais, com a coleta de dados socioeconômicos. • 2014/15 Censo Preliminar de possíveis PAPs. 	<p>O Projeto avaliou os resultados da implementação do reassentamento nos termos da Fase 1 do Projeto para extrair as lições para a definição dos pacotes de compensação e assistência e os procedimentos de reassentamento a serem aplicados na Fase 2 do Projeto.</p> <p>O Projeto realizou um Censo preliminar específico para a Fase 2 Projeto em 2014/2015.</p> <p>Todas as possíveis PAPs foram notificadas e bem informadas com bastante antecedência sobre a realização do Censo socioeconômico para a Fase 2 do Projeto.</p> <p>Foi enviada uma carta para cada possível PAP – de porta em porta – que explicava o objetivo do Censo e agendava o dia e o horário para a visita do Censo.</p>
	2. Consulta com PAPs e principais partes interessadas durante a preparação do Projeto (2014/15)	<ul style="list-style-type: none"> • Consultas e reuniões públicas foram realizadas em 2014-2015 para apresentar e discutir: <ul style="list-style-type: none"> - os objetivos da Fase 2 do Projeto; - os achados da minuta da RAAS; - a minuta do RPF, incluindo os critérios de elegibilidade, os direitos à compensação e assistência, bem como três possíveis áreas de reassentamento (incluindo o Parque Brasil). • O <i>feedback</i> das consultas com as PAPs e principais partes interessadas foi contemplado no RPF final. 	<p>Foram realizadas reuniões de consulta com mais de 900 partes interessadas e PAPs, incluindo PAPs, representantes de organizações baseadas na comunidade, ONGs, Universidades, OAB, e Defensoria Pública.</p> <p>Foram realizadas consultas públicas dedicadas à minuta da RAAS e do RPF em 4 de novembro de 2014. As minutas da RAAS e do RPF foram disponibilizadas antes das consultas públicas.</p> <p>Outras reuniões de consulta foram realizadas em 2015 para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer e divulgar o RPF 1; ¹ • Tratar questões específicas de possíveis PAPs, tais como aquelas que residem na Avenida Boa Esperança. • Explicar o Projeto e tratar questões sobre os aspectos relacionados ao seu Reassentamento Involuntário² em termos de bairro (reuniões de consulta no bairro). • Realizar consultas específicas, através de grupos focais, com as possíveis PAPs que contam com meios de vidas tradicionais.³
			<p>Resultados - o <i>feedback</i> das consultas públicas realizadas durante o estágio de preparação da Fase 2 do Projeto comunicou o planejamento de reassentamento e foi levado em consideração, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Reassentamento Monitorado, que foi sugerido pelas possíveis PAPs, foi apresentado

¹ <https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/03/17/prefeitura-de-teresina-amplia-dialogo-sobre-programa-lagoas-do-norte/>

² <https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/08/27/pmt-apresenta-segunda-fase-do-lagoas-do-norte-a-liderancas-do-mafrense/>

³ <https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/03/26/prefeitura-de-teresina-apresenta-fase-2-do-lagoas-do-norte-a-ceramistas/>

Ciclo do Projeto	Etapas	Ações Principais	Observações
			<p>como uma alternativa de compensação no RPF e nos PRIs.</p> <ul style="list-style-type: none"> A metodologia para a avaliação de bens foi ajustada, visto que na Fase 1 do Projeto não estava prevista a compensação por desapropriação de terras para as pessoas que não têm direitos formais de propriedade sobre a terra ou reivindicações reconhecidas pelo direito de posse das terras ocupadas por elas, já que não era exigido nos termos da OP 4.12 ou pela legislação brasileira. Na Fase 2 do Projeto, essas PAPs são indenizadas em 70% do valor da terra para ajudar a melhorar os resultados do reassentamento, o que beneficiou as famílias mais vulneráveis, que agora têm bens melhores com a segurança da posse.
	Divulgação das Informações durante a preparação do Projeto (2014/2015)	<ul style="list-style-type: none"> O RAAS e o RPF foram disponibilizados ao público. Materiais explicando o Projeto e os aspectos referentes ao Reassentamento Involuntário foram preparados de forma, maneira e linguagem não-técnica, compreensível pelas PAPs e distribuídos de porta em porta na área de intervenção do Projeto. 	<p>A RAAS e o RPF foram divulgados no <i>website</i> do Mutuário.</p> <p>Versões impressas da RAAS e do RPF estão disponíveis na UGP e nas UPS.</p> <p>Foi preparada uma cartilha sobre o Projeto e os aspectos referentes ao seu reassentamento em formato e linguagem de fácil compreensão pelas PAPs (Tire suas dúvidas)⁴.</p> <p>Essa cartilha foi distribuída de porta em porta para todas as possíveis PAPs no início de 2015 e disponibilizada em diversos eventos de consultas e divulgação de informações realizados após essa data.</p> <p>Uma versão virtual da cartilha encontra-se disponível no <i>website</i> do Projeto.</p>
Implementação do Projeto (2016-presente)	Participação de PAPs e outras partes interessadas na preparação e implementação dos PRIs	<ul style="list-style-type: none"> Diversas reuniões de consultas sobre a minuta de cada PRI específico foram realizadas com as PAPs envolvidas. O perfil socioeconômico e os dados de cada PAP são atualizados no estágio das negociações através do Formulário de Validações de Informações das Famílias. Reuniões individuais de negociação com as PAPs. Reunião com a presença de mediadores, caso as PAPs assim o desejarem. 	<p>Reuniões de consulta com as PAPs durante a preparação dos PRIs.</p> <p>Reuniões de consulta com grupos focais realizadas com determinadas PAPs que dependem de meios de vida tradicionais, tais como os vazanteiros e oleiros.</p> <p>Principal evento de consulta pública realizado para esclarecer as questões referentes ao reassentamento em fevereiro de 2020.</p> <p>Consulta virtual realizada para as revisões dos PRIs (2020).</p> <p>Resultados - o <i>feedback</i> das consultas públicas realizadas durante a Fase 2 da implementação do Projeto foi levado em consideração, conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Direitos garantidos a famílias coabitantes (i.e., aquelas famílias que vivem com outra família que que é proprietária da casa/bem impactado pelo reassentamento); Inclusão de alternativas de compensação com base no tipo de comunidade para as PAPs que dependem de meios de subsistências mais tradicionais, tais como os vazanteiros; Inclusão da alternativa de reassentamento cruzado como forma de compensação adicional;

⁴ <https://semplan.teresina.pi.gov.br/lagoas-do-norte/> - "Tire suas dúvidas"

Ciclo do Projeto	Etapas	Ações Principais	Observações
			<ul style="list-style-type: none"> Inclusão de reassentamento prioritário como opção para as famílias que vivem em áreas de risco.
	Participação de PAPs e outras partes interessadas no planejamento e monitoramento das atividades do Projeto (incluindo os processos de reassentamento)	<ul style="list-style-type: none"> Publicação dos dados referentes à implementação do reassentamento no <i>website</i> do Projeto. 	<p><i>Website</i> do Projeto: Relatórios sobre o progresso da implementação do PRI são divulgados e atualizados trimestralmente.</p> <p>Plano de comunicação garante que os relatórios de progresso e monitoramento sejam amplamente divulgados nas mídias sociais (ex.: Facebook, Twitter etc.).</p> <p>O Fórum Lagoas do Norte foi criado em 2011 e é reconhecido através de Decreto Municipal. O Fórum é formado por 13 representantes: 3 do governo municipal e 10 selecionados entre os membros do Comitê de Mobilização Permanente das Comunidades Envolvidas no Programa Lagoas do Norte (Comitê de Mobilização). O Fórum se encontra com a UGP a cada dois meses. O Comitê de Mobilização – um grupo independente e já existente de líderes locais que atuam na área do Projeto – foi convidado para conduzir o próprio monitoramento independente do processo de reassentamento.</p>
	Participação das PAPs na avaliação do reassentamento	<ul style="list-style-type: none"> Famílias já reassentadas receberam suporte das assistentes sociais do Projeto que ocorreu sob a forma de visitas de acompanhamento assim que foram reassentadas. Essas PAPs também irão participar da Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento. Pesquisa de Satisfação Pós-Reassentamento interina em andamento. 	<p>171 famílias com propriedades totalmente afetadas foram reassentadas e 108 famílias com propriedades parcialmente afetadas foram compensadas, abrangendo 343 famílias no total.</p> <p>50 das 171 Famílias afetadas pelo Projeto receberam sua primeira visita de avaliação, incluindo todas aquelas (23) que mantinham alguma atividade produtiva dentro de suas propriedades.</p> <p>Foi concluído o Relatório de Conclusão do PRI para o PRI do Mocaminho. A única pessoa afetada pelo Projeto nesse PRI expressou satisfação com o processo de reassentamento. Os dados coletados confirmaram que a compensação foi feita com base no custo de reposição total e a PAP melhorou os seus meios de subsistência e padrão de vida.</p>

Tabela A2.2 – Reuniões de Consultas Dedicadas a Cada PRI

Área/ PRI	Data da	Tópico/ Assunto	Participante
PRI Matadouro - reuniões de consulta	14/5/2016	Reunião geral com PAPs para apresentar o Projeto	37
	5/9/2016	Reuniões com os representantes das PAPs - Comitê Lagoas do Norte para a apresentação de intervenções na área	15
	14/12/2016	Reunião com PAPs a serem fisicamente deslocadas	13
	15/12/2016	Reunião com PAPs parcialmente impactadas	25
		Reuniões Setoriais - Subtotal	90
PRI 1 - reuniões de consulta	17/7/2018	Reunião com PAPs a serem fisicamente deslocadas	11
	18/7/2018	Reunião com PAPs a serem parcialmente impactadas	19
	19/7/2018	Reunião com PAPs com propriedades parcialmente impactadas	21
	20/7/2018	Reunião com PAPs a serem fisicamente deslocadas	22
	1/8/2019	Reunião com PAPs com propriedades parcialmente impactadas	15
	9/1/2019	Reunião com PAPs a serem fisicamente deslocadas	25
	15/1/2019	Reunião com PAPs a serem fisicamente deslocadas	13
	16/1/2019	Reunião com PAPs a serem fisicamente deslocadas	16
		Reuniões Setoriais - Subtotal	142
	31/10/2019	Revisão do PRI 1- foco nos meios de vida. Negociações para as modificações no PRI 1, Seção 5 do Projeto	8
14/11/ 2019	Revisão do PRI 1- foco nos meios de vida. Negociações para as modificações no PRI 1, Seção 5 do Projeto	6	
23/01/2020	Revisão do PRI 1- grupo focal com as novas famílias registradas	5	
PRI 2 - reuniões de consulta	15/02/2019	Reunião com PAPs a serem fisicamente deslocadas	13
	18/02/2019	Reunião com PAPs com propriedades parcialmente impactadas	21
	19/02/2019	Reunião com PAPs a serem fisicamente deslocadas	19
	12/3/2019	Reunião com representantes das PAPs e o Comitê Lagoas do Norte para discutir o PRI 2	12
	22/08/2019	Reunião com PAPs a serem fisicamente deslocadas	12
		Reuniões Setoriais -Subtotal	77
PRI 3 e 4 - reuniões de consulta	26/06/2019	Reunião com famílias cujas propriedades não serão afetadas	28
	27/06/2019	Reunião com PAPs com propriedades parcialmente impactadas	13
	28/06/2019	Reunião com PAPs a serem fisicamente deslocadas	48
	8/8/2019	Reunião com famílias cujas propriedades não serão afetadas	10
		Reuniões Setoriais -Subtotal	99
	9/10/2019	Reunião com os moradores da Vila Apolônia	10
	8/10/2019	Reunião com vazeiteiros, artesãos, oleiros dos bairros São Joaquim e Olarias	12
		21 Reuniões Setoriais - Total	408
5 Reuniões com grupos focais -			41

Tabela A2.3 - Lista de Consultas sobre os Achados do Painel de Segurança dos Diques

Data	Tópico/ Assunto	Participantes	Link:
17/2/2016	Apresentação e debate sobre os resultados do Painel de Segurança dos Diques	DPE, Defesa Civil do Piauí, PGM(PMT), SDU-CN, Arsete, CREA, Chesf, CEF, 2 BEC, CPRM.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/02/17/tecnicos-analisam-condicoes-de-seguranca-de-diques-de-teresina/
11/12/2017	O Projeto realiza reunião para apresentar o 3º estudo de segurança do dique	UGP, MPE-PI, Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado do Piauí e Defensoria Pública da União.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/12/11/estudo-aponta-necessidade-de-reforco-do-dique-do-rio-parnaiba/
17/05/2018	O Projeto informa que o Relatório do Painel de Segurança dos Diques foi recebido pelo Ministério Público Federal (MPF)	UGP, MPF	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/05/17/resultado-do-painel-de-seguranca-sobre-o-dique-e-acolhido-tecnicamente-pelo-mpf/
16/09/2019	O Projeto realiza reunião com as famílias para discutir o início do estudo sobre a situação do dique.	UGP, famílias que moram na área do dique.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/09/16/moradores-dos-bairros-olarias-e-vila-apolonia-participam-de-reuniao-sobre-estudo-do-dique/
16/10/2019	O Projeto realiza reunião com as famílias que moram na área do dique para discutir o Projeto e os estudos.	UGP, famílias que moram na área do dique.	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/10/16/pln-realiza-segunda-reuniao-com-familias-para-explicar-projeto-que-sera-realizado-nos-diques-do-parnaiba-e-poti/

Tabela A2.4 – Eventos e Reuniões de Consultas sobre o Projeto em Geral

(abreviaturas na parte inferior da tabela)

Data	Tópico/ Assunto	Participantes	Link:
11/4/2014	O Projeto conduz consulta pública presencial sobre avaliação socioambiental e instrumentos de salvaguarda	UGP, lideranças locais, e membros da comunidade	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2014/11/05/prefeitura-e-comunidade-discutem-acoess-do-programa-lagoas-do-norte/
2/2/2015	O Projeto realiza reunião para discutir a segunda fase com o Fórum Lagoas do Norte	UGP/ SDU/Centro Norte, SEPLAN e 10 representantes de associações comunitárias da área de intervenção	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/02/02/forum-discute-intervencoes-do-programa-lagoas-do-norte/
23/2/2015	O Projeto realiza reunião no escritório da MPE para esclarecer os objetivos do Censo na Avenida Boa Esperança e de São Joaquim	UGP, MPE, OAB/PI (CDH), moradores da Avenida Boa Esperança	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/02/23/audiencia-amplia-debate-publico-sobre-programa-lagoas-do-norte/
27/2/2015	O Projeto realiza audiência pública para discutir a segunda fase com os moradores da Avenida Boa Esperança e de São Joaquim	UGP, Câmara de Teresina, MPE, Comunidade da Av. Boa Esperança e moradores de São Joaquim	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/02/27/lagoas-do-norte-e-discutido-em-audiencia-publica/
6/3/2015	O Projeto realiza audiência pública para discutir a segunda fase da área de Matadouro	UGP, comunidade de Matadouro	
17/3/2015	O Projeto realiza audiência pública no escritório da MPE com moradores da Av. Boa Esperança, São Joaquim e outras áreas de intervenção	UGP, MPE, DPE, PGM(PMT), Câmara de Teresina, Av. Boa Esperança e moradores de São Joaquim	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/03/17/prefeitura-de-teresina-amplia-dialogo-sobre-programa-lagoas-do-norte/
23/3/2015	O Projeto realiza nova audiência pública com o MPE e moradores da Av. Boa Esperança, São Joaquim e outras áreas de intervenção	UGP, MPE, PLN, DPE, SPU, CPRM, Câmara de Teresina, PGM(PMT). Av. Boa Esperança e moradores de São Joaquim	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/03/23/reuniao-aborda-aspectos-tecnicos-do-programa-lagoas-do-norte/
26/3/2015	O Projeto realiza reunião pública sobre a segunda fase com oleiros	UGP, oleiros	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/03/26/prefeitura-de-teresina-apresenta-fase-2-do-
10/4/2015	O Projeto realiza reunião com o Comitê de Lagoas do Norte para discutir a segunda fase	UGP, equipe do Banco Mundial, Comitê	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/04/10/prefeitura-privilegia-dialogo-com-comunidades-do-lagoas-do-norte/
6/5/2015	O Projeto apresenta e discute a segunda fase na Universidade com estudantes e professores de Economia	UGP, estudantes	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/05/06/prefeitura-apresenta-lagoas-do-norte-a-ufpi/
29/5/2015	O Projeto apresenta e discute a segunda fase na Universidade UFPI	UGP, estudantes	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/05/29/lagoas-do-norte-e-tema-de-evento-de-economia-na-ufpi/
30/6/2015	O Projeto participou da posse dos membros do Comitê Gestor do Lagoas do Norte eleitos pelo voto dos representantes dos bairros	UGP, Comitê	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/06/30/prefeito-participa-de-posse-do-comite-gestor-do-lagoas-do-norte/

5/7/2015	O Projeto realiza reuniões públicas com as comunidades para debater a segunda fase	UGP, moradores de Nova Brasília e Alto Alegre	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/07/05/firmino-filho-dialoga-com-a-comunidade-da-zona-norte/
----------	------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Data	Tópico/ Assunto	Participantes	Link:
27/8/2015	O Projeto realiza reunião pública para discutir a segunda fase com os moradores de área do Mafrense	UGP e moradores do Mafrense	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/08/27/pmt-apresenta-segunda-fase-do-lagoas-do-norte-a-liderancas-do-mafrense/
29/9/2015	O Projeto apresenta e discute a segunda fase com estudantes de Arquitetura	UGP, estudantes	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/09/29/programa-lagoas-do-norte-e-tema-de-aula-em-faculdade-particular/
18/10/2015	O Projeto apresenta e discute a segunda fase na Universidade UFPI	UGP, estudantes	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/10/17/lagoas-do-norte-e-tema-de-debate-na-ufpi/
4/11/2015	O Projeto participa de reunião com os moradores de área do Mafrense	UGP, moradores do Mafrense	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/11/04/tecnicos-da-pmt-participam-de-reuniao-com-moradores-do-mafrense/
4/11/2015	O Projeto realiza reunião pública com líderes religiosos para discutir a Praça dos Orixás	UGP, líderes religiosos	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/11/04/projeto-da-praca-dos-orixas-e-apresentado-a-pais-maes-e-filhos-de-santo/
18/11/2015	O Projeto debates a segunda fase na Universidade com estudantes de Engenharia Civil	UGP, estudantes	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/11/18/lagoas-do-norte-e-tema-de-palestras-na-5-semana-de-engenharia-da-fsa/
23/11/2015	Líderes religiosos realizam uma cerimônia no local onde será construída a Praça dos Orixás	UGP, líderes religiosos e moradores	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2015/11/23/fe-respeito-e-harmonia-marcam-o-sabado-21-na-praca-dos-orixas-2/
19/2/2016	Reunião com líderes religiosos para apresentar o projeto da Praça dos Orixás	UGP, líderes religiosos	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/02/19/projeto-da-praca-dos-orixas-e-apresentada-durante-evento/
20/2/2016	Reunião pública com as PAPs a pedido do MP – área de Nova Brasília	UGP, MPE, DPE, e moradores de Nova Brasília	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/02/20/comunidade-e-prefeitura-dialogam-sobre-programa-lagoas-do-norte/
26/2/2016	A Prefeitura ouve reivindicações dos moradores da zona norte	UGP, PMT, moradores da zona norte	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/02/26/prefeitura-ouve-reivindicacoes-da-zona-norte-da-cidade/
11/3/2016	O Projeto dialoga com representantes das comunidades na Arquidiocese e o Prefeito	UGP, MPE, DPE, Arquidiocese, Prefeito de Teresina, IFPI, moradores da Av. Boa Esperança e de São Joaquim	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/03/11/prefeito-e-comunidade-dialogam-sobre-programa-lagoas-do-norte/
6/4/2016	O Projeto promove reunião para discutir a segunda fase do Projeto no Conselho Municipal de Turismo	UGP, Conselho Municipal de Turismo	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/04/06/segunda-fase-do-lagoas-do-norte-e-apresentada-ao-conselho-municipal-de-turismo/
21/4/2016	Líderes religiosos aprovam o projeto da Praça dos Orixás	UGP, líderes religiosos	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/04/21/pais-maes-e-filhos-de-santo-aprovam-projeto-final-da-praca-dos-orixas/
14/5/2016	O Projeto realiza reunião pública para debater a segunda fase do Projeto com moradores de Matadouro	UGP, Matadouro moradores de Matadouro	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/05/14/pmt-apresenta-intervencoes-do-lagoas-do-norte-no-bairro-matadouro/
20/5/2016	O Projeto é apresentado para estudantes de Arquitetura	UGP, estudantes	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/05/20/programa-

Data	Tópico/ Assunto	Participantes	Link:
			lagoas-do-norte-e-apresentado-a-estudantes-de-arquitetura/
23/5/2016	O Projeto realiza a 12ª audiência pública para debater a segunda fase do Projeto Lagoas do Norte	UGP, Câmara de Teresina, UFPI, FSA, ICF, moradores	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/05/23/prefeitura-destaca-dialogo-com-as-comunidades-em-audiencia-publica/
2/6/2016	A segunda fase do Projeto Lagoas do Norte é apresentada na reunião do CONFEA/CREA	UGP, CREA, CONFEA	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/06/02/lagoas-do-norte-e-tema-da-palestra-de-abertura-do-x-forum-do-sistema-confeacrea-tera-palestra/
1/6/2016	A segunda fase do Projeto Lagoas do Norte é discutida com o Fórum da Comunidade	UGP, Fórum	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/06/01/forum-dialoga-sobre-segunda-etapa-do-programa-lagoas-do-norte/
3/6/2016	A segunda fase do Projeto Lagoas do Norte é apresentada ao CREA Nordeste	UGP, CREA, CONFEA	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/06/03/lagoas-do-norte-e-apresentado-aos-moradores-do-crea-nordeste/
10/6/2016	A segunda fase do Projeto é discutida com famílias, entidades e a Comissão de Direitos Humanos na Arquidiocese	Arquidiocese (CDH). MPE, PLN, MPF, Câmara de Teresina, moradores da Av. Boa Esperança, Nova Brasília, Mafrense, Olarias	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/06/10/reuniao-amplia-dialogo-com-comunidades-beneficiadas-pelo-lagoas-do-norte/
29/7/2016	O Projeto realiza reunião com o Comitê Lagoas do Norte para discutir as intervenções em Mocambinho	UGP, Comitê	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/07/29/pmt-apresenta-projeto-de-requalificacao-da-lagoa-do-mocambinho/
17/10/2016	Lançamento da segunda fase do Projeto em um evento público com a comunidade	PMT, UGP, moradores	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/10/18/segunda-etapa-do-lagoas-do-norte-e-lancada-para-comunidade/
19/10/2016	O Projeto firma parceria com a OAB para conduzir mediações com as famílias afetadas pelo Projeto	UGP, OAB	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2016/12/19/prefeitura-e-oab-fazem-parceira-para-mediacao/
6/3/2017	O Projeto promove reuniões com comerciantes no "Encontro dos Rios"	UGP, comerciantes	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/03/06/prefeitura-e-permissionarios-dialogam-sobre-reforma-do-encontro-dos-rios/
3/5/2017	O Projeto é apresentado para estudantes universitários	UGP, estudantes do ICF	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/05/03/universitarios-conhecem-programa-lagoas-do-norte/
17/5/2017	O Projeto apresenta as intervenções de Mocambinho para os participantes de atividades esportivas no parque Lagoas do Norte	UGP, famílias	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/05/17/parque-do-mocambinho-e-apresentada-durante-dancando-na-praca/
29/5/2017	Comitê de liderança religiosa visita as obras da Praça dos Orixás	UGP, líderes religiosos	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/05/29/lagoas-do-norte-pais-de-santo-visitam-obras-da-praca-dos-orixas/
16/10/2017	O Projeto é discutido com as famílias afetadas pelo Projeto	UGP, representantes das comunidades; da MPE-PI, da OAB-PI, e da DPU	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/10/16/lagoas-do-norte-pmt-e-comunidades-dialogam-sobre-segunda-etapa/

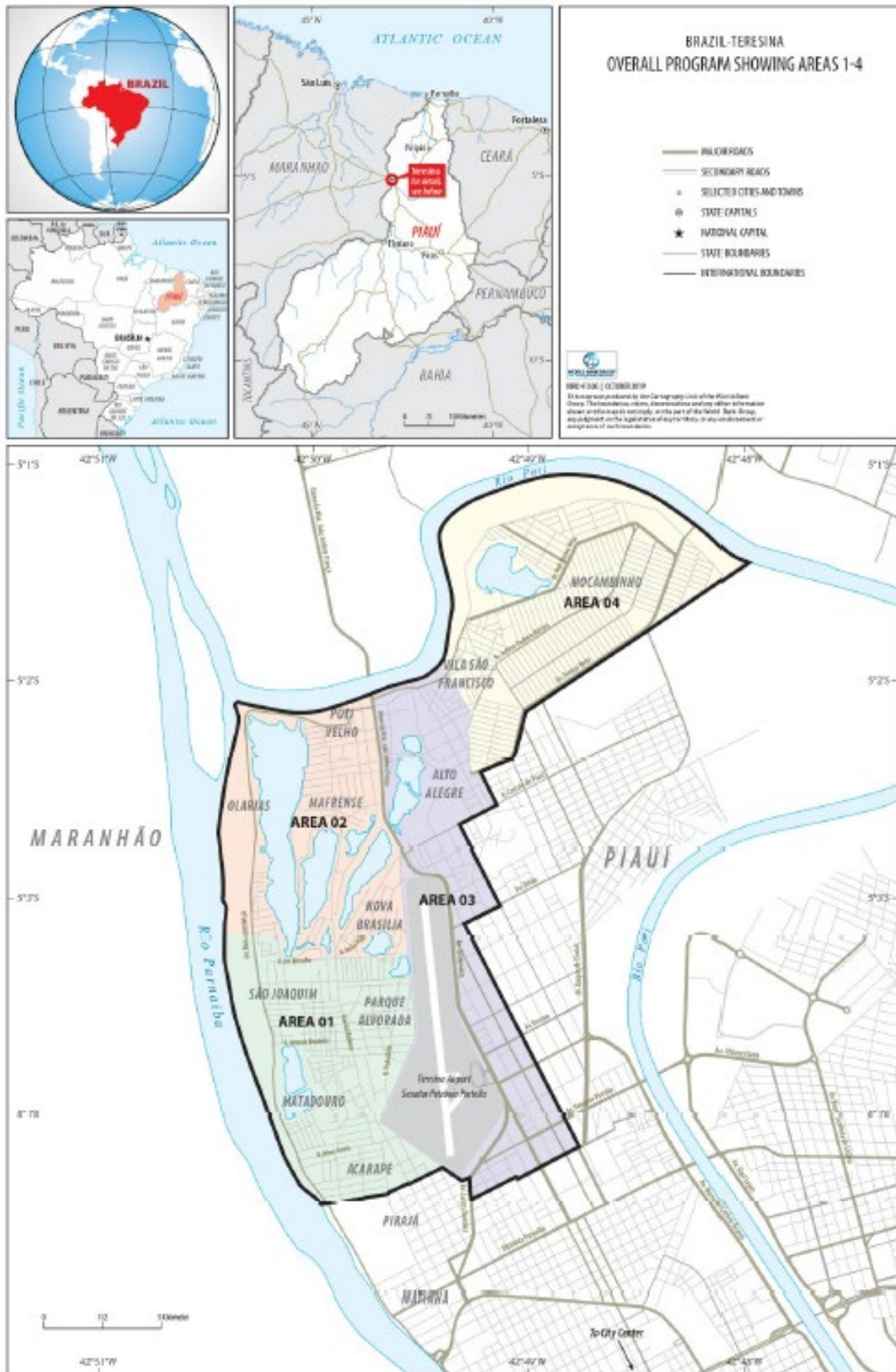
Data	Tópico/ Assunto	Participantes	Link:
21/12/2017	O Projeto realiza reunião com a Defensoria Pública, o MPF, a OAB com a presença do Prefeito	Ministério Público, Defensoria Pública, OAB-PI, Procuradoria da República, Câmara Municipal e famílias	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/12/22/firmino-garante-reassentamento-de-familias-na-regiao-norte/ https://semplan.teresina.pi.gov.br/2017/12/21/prefeitura-confirma-necessidade-de-ampliacao-do-dique-do-poti-velho/
21/01/2018	O Projeto realiza reunião com vazanteiros	UGP, vazanteiros	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/01/20/atividade-das-vazantes-nao-compromete-seguranca-do-dique-boas-esperanca/
13/04/2018	O Comitê realiza reunião com o Projeto	Comitê Lagoas do Norte, UGP	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/04/13/tecnicos-e-comite-do-programa-lagoas-do-norte-se-reunem-para-tratar-de-acoess-e-demandas/
15/05/2018	O Projeto realiza reunião com comerciantes que trabalham no Mercado São José, que foi reformado.	UGP, comerciantes	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/05/15/prefeitura-inicia-conversa-com-permissionarios-para-inicio-da-segunda-etapa-da-reforma-do-mercado-central/
17/05/2018	O Comitê realiza reuniões com o Projeto e as PAPs	Comitê Lagoas do Norte, UGP, famílias de Nova Brasília e Parque Alvorada	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/05/17/comite-de-acompanhamento-do-lagoas-do-norte-realiza-reuniao-com-tecnicos-e-moradores/
23/05/2018	O Projeto promove oficina sobre salvaguardas sociais para o reassentamento com a presença da OAB (mediadora nas negociações com as PAPs)	UGP, OAB, equipe do Banco	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/05/23/banco-mundial-realiza-oficina-sobre-salvaguardas-sociais-para-equipe-do-lagoas-do-norte/
09/06/2018	O Projeto recebe a visita de estudantes da Institutos Federais	UGP, estudantes	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/06/09/estudantes-dos-institutos-federais-de-teresina-visitam-o-parque-lagoas-do-norte/
05/07/2018	O Projeto realiza reunião com o Comitê para discutir as intervenções	UGP, Comitê Lagoas do Norte	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/07/05/comite-lagoas-do-norte-conhece-projetos-de-requalificacao-de-04-lagoas/
19/07/2018	O Projeto realiza reunião com as PAPs para discutir as opções de compensação	UGP, famílias da Lagoa do São Joaquim	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/07/19/tecnicos-explicam-intervencoes-do-programa-lagoas-do-norte-para-comunidade-do-matadouro/
21/07/2018	O Projeto realiza reunião com as PAPs para discutir as opções de compensação	UGP, famílias da Lagoa do São Joaquim	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/07/21/tecnicos-do-pln-conversam-com-familias-que-serao-reassentadas/
16/10/2018	O Projeto divulga informações sobre as obras do Parque Brasil	UGP	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2018/10/16/com-projeto-diferenciado-novo-residencial-parque-brasil-oferecera-mais-qualidade-de-vida-aos-moradores/

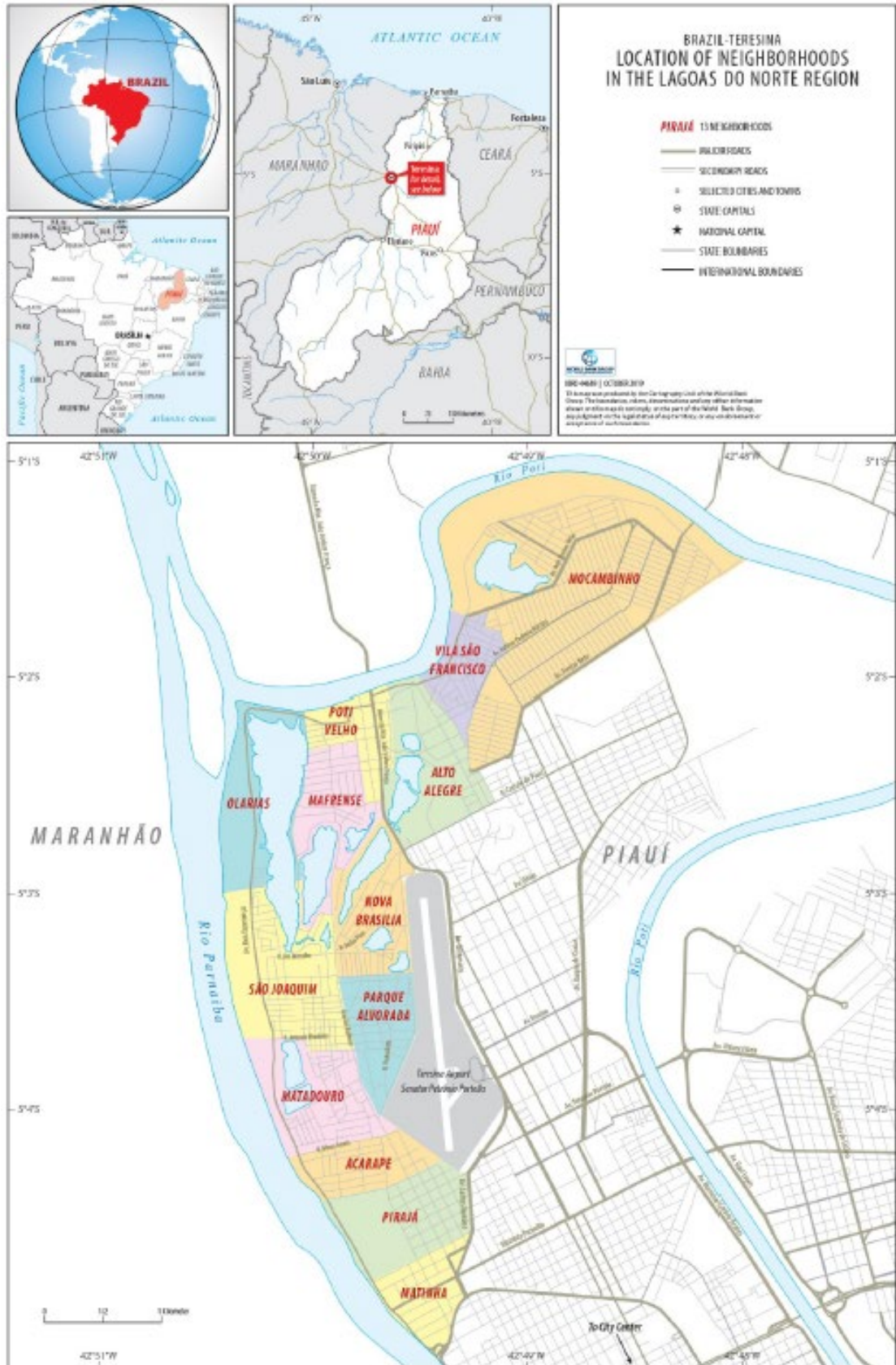
Data	Tópico/ Assunto	Participantes	Link:
17/01/2019	O Projeto realiza reunião com as PAPs para discutir as opções de compensação	UGP, famílias da Lagoa do São Joaquim, da Rua Manoel de Aguiar, de Mafrense, e da Lagoa do Mazerine	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/01/17/tecnicos-do-programa-lagoas-do-norte-apresentam-opcoes-de-reassentamento-para-moradores/
02/92019	O Projeto conduz visitas guiadas com famílias para visitar o Parque Brasil	UGP, PAPs	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/02/22/programa-lagoas-do-norte-familias-visitam-construcao-de-residencial-que-abrigara-moradores-de-areas-de-risco/
16/09/2019	As famílias que moram no bairro de Olarias (PRI 4) apresentam reivindicações ao Projeto e à equipe do Banco durante reunião	UGP, equipe do Banco, famílias que moram no bairro de Olarias	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/09/16/populares-da-regiao-das-olarias-apresentam-demandas-para-representantes-do-banco-mundial/
17/09/2019	O Projeto divulga informações sobre a contratação de uma empresa para realizar novos estudos sobre o dique	UGP	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/09/17/empresa-inicia-estudo-sobre-a-situacao-dos-diques-do-parnaiba-e-poti-para-propor-solucoes/
27/09/2019	O Projeto promove reunião para discutir o Projeto com moradores e líderes que vivem nos bairros de São Joaquim, Mafrense e Nova Brasília	UGP, PAPs de São Joaquim, Mafrense e Nova Brasília	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/09/27/lagoas-do-norte-reune-familias-para-informar-sobre-intervencoes-da-proxima-obra/
09/10/2019	O Projeto promove reunião com vazanteiros, oleiros e artesãos	UGP, representantes dos vazanteiros, oleiros e artesãos	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/10/09/vazanteiros-oleiros-e-artesaos-discutem-estruturacao-das-atividades-com-tecnicos-do-pln/
16/10/2019	O Projeto promove reunião com as famílias que vivem na área do dique para discutir o Projeto e estudos	UGP, famílias que vivem na área do dique	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/10/16/pln-realiza-segunda-reuniao-com-familias-para-explicar-projeto-que-sera-realizado-nos-diques-do-parnaiba-e-poti/
10/12/2019	O Projeto realiza reunião com as famílias que optaram por casas no Parque Brasil	UGP, famílias que optaram por casas no Parque Brasil	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2019/12/10/lagoas-do-norte-reune-primeiros-beneficiarios-de-imoveis-do-residencial-parque-brasil/
24/01/2020	O Projeto realiza reunião com as famílias da área do PRI 1	UGP, famílias da área do PRI 1	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2020/01/24/equipe-do-lagoas-do-norte-se-reune-com-familias-da-regiao-do-infeminho/
18/02/2020	O Projeto promove evento de ampla consulta pública com as PAPs	UGP, PAPs, 492 participantes	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2020/02/18/mobiliza-lagoas-reunira-mais-de-500-pessoas-nesta-quarta-19-no-parque-lagoas-do-norte/ https://semplan.teresina.pi.gov.br/2020/02/20/beneficiarios-tiram-duvidas-sobre-obras-e-aspectos-do-lagoas-do-norte/
12/03/2020	O Projeto debate a formatação do plano Municipal de Cultura com instituições e entidades	UGP, Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves e Conselho Municipal de Cultura	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2020/03/12/programa-lagoas-do-norte-debate-formatacao-do-plano-

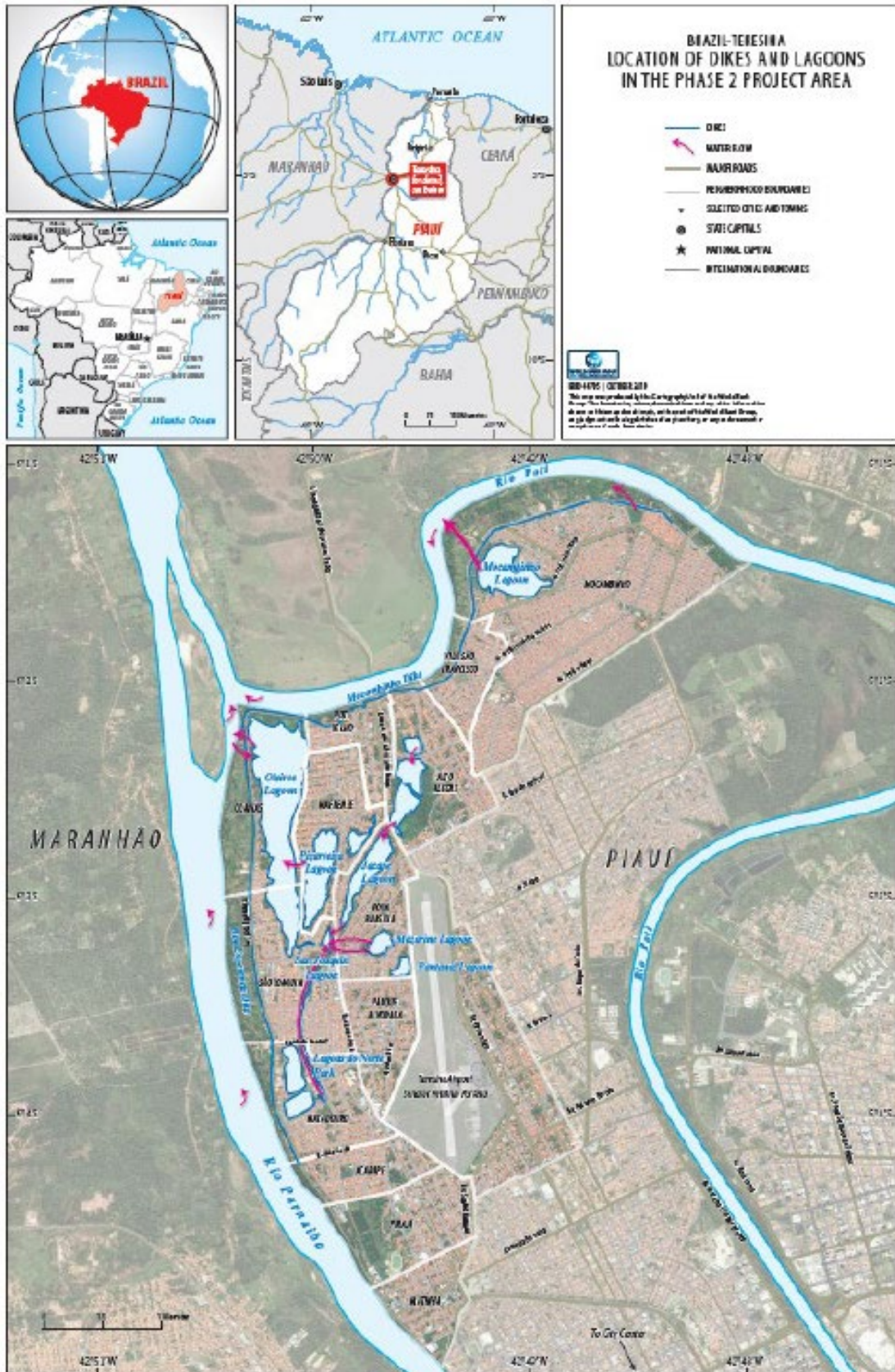
Data	Tópico/ Assunto	Participantes	Link:
			municipal-de-cultura-com-instituicoes/
07/07/2020	O Projeto e COLAB discutem medidas para aumentar o número de usuários e disseminar as informações	UGP, COLAB	https://semplan.teresina.pi.gov.br/2020/07/07/lagoas-do-norte-e-colab-ajustam-estrategia-para-difundir-atendimento-a-populacao/

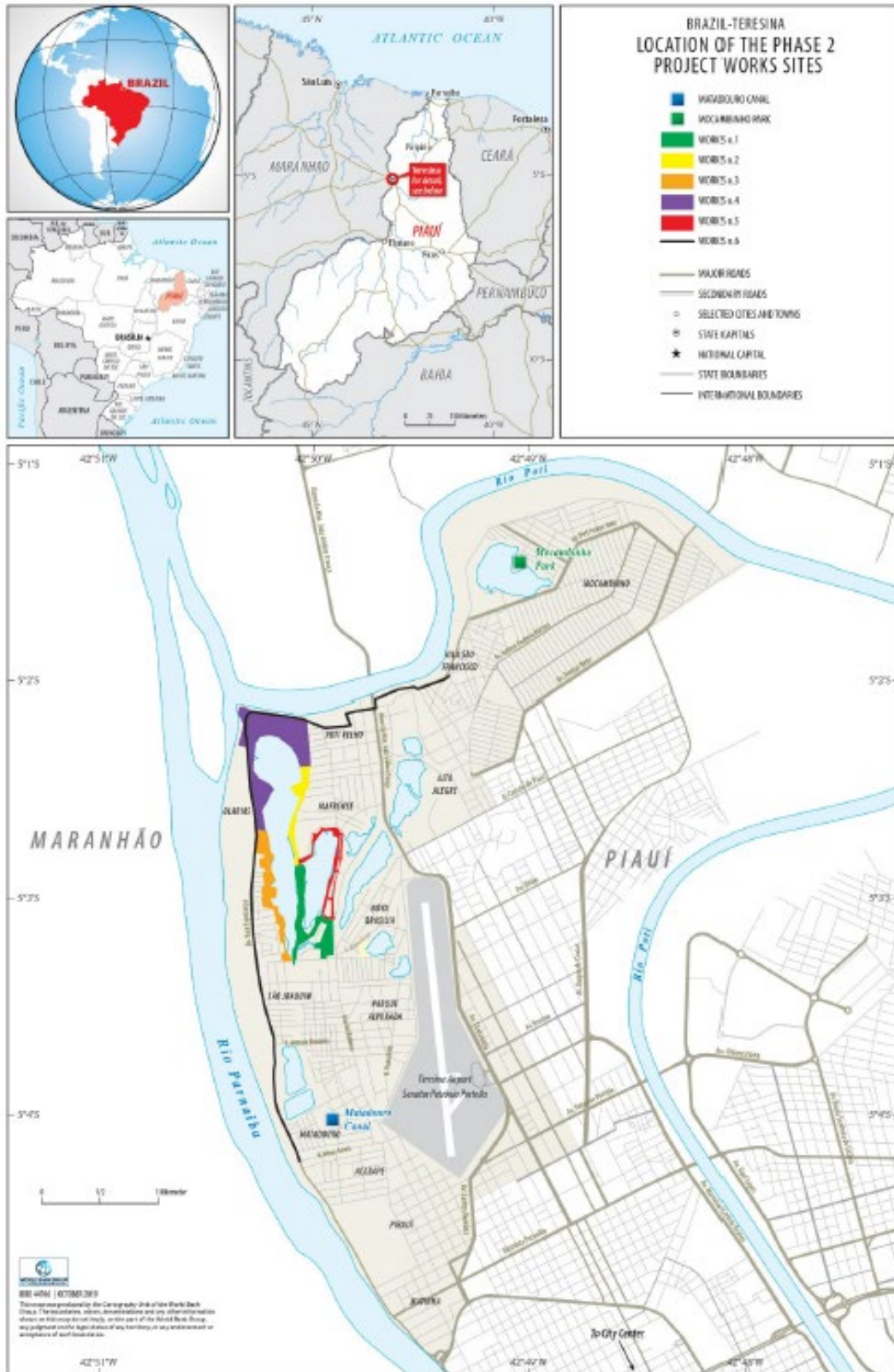
Abreviaturas:

2 BEC – 2º Batalhão de Engenharia de Construção
 Arsete – Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina
 CDH - Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese
 CEF - Caixa Econômica Federal
 Chesf – Companhia Hidroelétrica de São Francisco
 CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
 CREA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
 DPE – Defensoria Pública do Estado do Piauí
 DPU - Defensoria Pública da União
 FSA – Faculdade Santo Agostinho
 ICF - Instituto Camilo Filho
 IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
 MPE – Ministério Público do Estado do Piauí
 OAB-PI – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí
 PGM(PMT) – Procuradoria Geral do Município de Teresina
 PLN – Programa Lagoas do Norte
 SDU-CN – Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro Norte de Teresina
 SPU – Subsecretaria de Patrimônio da União
 UFPI – Universidade Federal do Piauí
 UGP – Unidade de Gerenciamento do Projeto









TERMO DE RESPONSABILIDADE – Tradução

**Este documento é uma tradução da versão original do texto em Inglês.
Caso existam discrepâncias entre a versão original em Inglês e a presente
tradução, a versão original prevalecerá.**